

Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP)
Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, CRL,

Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social - Relatório da prática profissional para obtenção de grau de mestre.

Quando nos (des) Envolvemos em Projetos de Desenvolvimento Local...Análise Crítica da Prática Profissional

Cláudia Costa

Trabalho realizado sob orientação da
Professora Doutora Berta Granja

Setembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os profissionais que colaboram comigo ao longo do meu percurso profissional partilhando saberes, boas e más práticas, dúvidas e constrangimentos.

À população de Campanhã que sempre me acolheu com carinho e se envolveu nos projetos.

À Carmo pela ajuda na organização dos meus pensamentos, partilha de conhecimentos, carinho e disponibilidade. Sem ela não teria chegada a bom porto.

À Jú sempre presente em todos os momentos.

À minha mãe pelo apoio incondicional.

Ao Rubim pelas correções exímias nesta amálgama de versões e por ser o meu “compincha” em todos estes anos.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I Enquadramento teórico: conceitos orientadores da reflexão.....	4
1 Comunidade/ Desenvolvimento Local	4
2 Parcerias para o desenvolvimento – O poder local como catalisador de sinergias.....	9
3 Território / exclusões sociais.....	12
3.1 Política de cidade/ novos modelos de intervenção	15
4 A Participação das Crianças e Jovens - Construções Sociais em Análise.....	22
4.1 A construção Social da Família e da Infância	22
4.2 As práticas educativas em contexto familiar	26
4.3 A Criança/Jovem como sujeito de plenos direitos: Os con(textos) para a participação.....	31
Capítulo II Contexto sociopolítico e institucional em que decorreu a prática profissional entre 1996 e 2012	34
1 A experiência no Programa de Iniciativa Comunitária URBAN - Vale de Campanhã (1996/2001).....	34
1.1 Diagnóstico sociourbanístico do Vale de Campanhã	34
1.2 O modelo de intervenção Urban.....	36
1.3 Os domínios estratégicos de intervenção e os objetivos do Urban.....	37
2 A experiência no Programa de Iniciativa Comunitária URBAN 2 – Porto (2002/2008) ..	39
2.1 Contextualização e domínios estratégicos/objetivos de intervenção	39
2.2 Os resultados da intervenção Urban.....	43
3 Iniciativa Bairros Críticos IBC - Operação Lagarteiro (2008 – 2012)	46
3.1 Caracterização do Território.....	46
Capítulo III Reflexão sobre a prática: pistas que a análise reflexiva permite apontar	50
1 Desenho do Plano de Intervenção - A teoria na pratica profissional dos Assistentes Sociais.....	50
1.1 Constrangimentos sentidos na relação entre a teoria e a prática profissional	59
2 Eixos estruturantes da intervenção no Bairro do Lagarteiro: Desafios à re(s)significação das práticas profissionais	60
2.1 A Educação para a Cidadania na recriação da comunidade – Ações realizadas de nível macro	63
2.2 A estratégia de educação para a cidadania na construção de parcerias autossustentáveis - Ações realizadas ao nível meso.....	70
2.3 Educação para a Cidadania (Ativa) - Ações realizadas ao nível micro	80

2.4 O Serviço Social como instrumento de educação para a cidadania no trabalho com crianças e jovens	99
Notas conclusivas	102
Referências bibliográficas	107

Anexos

Anexo 1 - Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 143/2005

Anexo 2 - URBAN 2 - indicadores de realização e resultado

Anexo 3 - Protocolo de Parceria – Programa de Intervenção Lagarteiro

Índice de Abreviaturas

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ARSN - Administração Regional de Saúde do Norte

CMP - Câmara Municipal do Porto

DREN - Direcção Regional de Educação do Norte

GAT - Grupo de Apoio Técnico

GTIM - Grupo de Trabalho Interministerial

IBC – Iniciativa Bairros Críticos

IDT - Instituto da Droga e da Toxicodependência

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

IHRU - Instituto de habitação e da Reabilitação Urbana

IPJ - Instituto do Desporto de Portugal

IPJ – Instituto Português da Juventude

ISS - Instituto da Segurança Social

MAI - Ministério da Administração Interna

MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

ME - Ministério da Educação

MJ - Ministério da Justiça

MP - Ministério da Presidência

MS - Ministério da Saúde

MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

PJ - Polícia Judiciária

PSP- Polícia de Segurança Pública

RESUMO

O objeto deste relatório é a análise de vários processos de intervenção local em zonas urbanas degradadas e uma observação exaustiva sobre as práticas e os projetos implementados para e com crianças e jovens em risco de exclusão, na Iniciativa Bairros Críticos - Operação Lagarteiro Porto.

O processo de reflexão, parte da descrição da minha prática e experiência profissional em processos de requalificação de zonas urbanas desqualificadas, em que a participação e a implicação dos parceiros e demais atores constituem o fator essencial para o sucesso dos programas de desenvolvimento territorial e para a sustentabilidade futura dos progressos conseguidos. Contudo, trata-se de um caminho complexo que exige uma permanente construção e reconstrução dos modelos de intervenção. Como conciliar interesses multiversos em torno de práticas (com) sentidas que possam ser partilhados e mobilizadores de recursos, em territórios de exclusão, onde as crianças e os jovens são os públicos mais vulneráveis e fragilizados?

A descrição deste processo de desenvolvimento local, centrado na capacitação das faixas etárias mais jovens, com recurso a metodologias participativas, pretende demonstrar o quão estruturante é esta dimensão da intervenção, na reversão do percurso de exclusão das crianças e do território.

O trabalho teve em conta duas dimensões, centrando-se na reflexão em torno da participação das crianças e jovens, e na prática profissional do assistente social, num modelo concetual representativo de uma estratégia de educação para a cidadania. As ações desenvolvidas pretenderam criar condições para a implementação de práticas pedagógicas mais ajustadas, para aumentar o sucesso educativo, para apoiar os pais nas funções parentais, entre outras ações, pois só com empoderamento se torna possível que uma criança encontre a sua identidade, e se torne um cidadão, capaz de agir na escola, na família, no território e na cidade.

PALAVRAS – CHAVE: TERRITÓRIO. CRIANÇAS. JOVENS. PARTICIPAÇÃO. EXCLUSÃO. DESENVOLVIMENTO LOCAL. CAPACITAÇÃO. CIDADANIA

Abstract

The object of this report is the analysis of various processes of local intervention in rundown urban areas and a comprehensive note on the practices and projects implemented for and with children and young people at risk of exclusion, in “Iniciativa Bairros Críticos” – Operação Lagarteiro, Porto.

The reflection process is part of the description of my professional practice and experience in the requalification processes of degraded urban areas, where the participation and the involvement of partners and other agents are the essential factor for the success of territorial development programmes for future sustainability of our achievements. However, it is a complex path that requires a permanent construction and reconstruction of intervention models. How to reconcile various interests in territories of exclusion, where children and youngsters are the most vulnerable and fragile?

This local development process description, focused on the qualification of youngsters using cooperation methods, illustrates this dimension of structural intervention, in keeping children and their territory away from exclusion.

The report took two aspects into account, focusing on the reflection around the participation of children and young people, and in the social worker's professional practice, in a conceptual model representative of a strategy of education for citizenship. The developed actions were planned to create conditions for the implementation of pedagogical practices which are more likely to increase educational success and to support parents in their parental tasks, among other actions. Thus, only through empowerment, becomes it possible for a child to find its identity, and to become a citizen, capable of acting at school, in the family, in the territory and in the city.

KEYWORDS: TERRITORY. CHILDREN. YOUNG. PARTICIPATION. EXCLUSION. LOCAL DEVELOPMENT. CAPACITY. CITIZENSHIP.

Résumé

Ce rapport a pour objet l'analyse des processus d'intervention locale dans les zones urbaines dégradées et une observation exhaustive des pratiques et des projets mis en œuvre pour et avec les enfants et les jeunes à risque d'exclusion dans le cadre de l'Initiative Quartiers Critiques - Opération Lagarteiro Porto.

La réflexion part de la description de ma pratique professionnelle dans les processus de réhabilitation des espaces urbains disqualifiés, où l'engagement des partenaires et d'autres parties prenantes est un facteur clé dans la réussite des programmes de développement territorial et dans la durabilité des progrès accomplis. Néanmoins, il s'agit d'un chemin complexe qui exige la construction et reconstruction permanente des modèles d'intervention. Comment concilier les divers intérêts autour des pratiques consenties (et avec du sens) qui puissent être partagées et mobiliser des ressources au sein des zones d'exclusion où les enfants et les jeunes sont les plus vulnérables?

La description de ce processus de développement local, axé sur la capacitation des plus jeunes, en utilisant des méthodologies participatives, vise à démontrer l'importance de cette dimension de l'intervention dans l'inversion des trajectoires d'exclusion des enfants et du territoire.

Ce travail a pris en compte deux dimensions en mettant l'accent sur la réflexion autour de la participation des enfants et des jeunes et sur la pratique professionnelle du travailleur social, dans un modèle conceptuel représentatif d'une stratégie d'éducation à la citoyenneté.

Les actions développées ont visées à créer les conditions pour la mise en œuvre des pratiques pédagogiques plus ajustées pour favoriser la réussite scolaire, soutenir les parents dans leur rôle parental, entre autres, parce que seulement l'empowerment permet à l'enfant de trouver son identité et devenir un citoyen, capable d'agir dans son environnement, soit à l'école, soit à la maison, et dans le territoire, soit dans la communauté, soit dans la ville.

MOTS-CLÉS: TERRITOIRE. ENFANTS. JEUNE. PARTICIPATION. EXCLUSION. DÉVELOPPEMENT LOCAL. CAPACITÉ. CITOYNNETÉ

INTRODUÇÃO

Nas várias intervenções em que exerci a atividade profissional, facilmente identifico indicadores de sucesso, contudo, o impacto e a mudança na vida destas crianças e jovens raramente é mensurado. Por vezes, passados alguns anos (ou décadas) volto a encontrar a mesma pessoa, ou a mesma família em situação idêntica à que encontrara antes.

Quais os elementos imprescindíveis para que a mudança seja real e para que se possa, efetivamente, quebrar o ciclo de pobreza e de exclusão?

O presente relatório, “Quando nos (des) ENVOLVEMOS em Projetos de Intervenção Local: Análise Crítica da Prática Profissional” responde aos requisitos estabelecidos pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) no contexto de obtenção do grau de Mestre.

Propõe-se uma descrição reflexiva da prática profissional realizada entre 1996 e 2012 no âmbito de vários projetos com um denominador comum: intervenção local em zonas urbanas degradadas. É, assim, o resultado da prática profissional levada a cabo nos últimos 16 anos como Assistente Social, com particular enfoque junto de crianças, jovens e famílias.

Considerando a dimensão temporal do trabalho realizado, a multidimensionalidade e complexidade das ações desenvolvidas, a diversidade do(s) público(s)-alvo, e as diferentes atividades/funções desempenhadas em cada um dos projetos, optou-se por focar a análise na Iniciativa Bairros Críticos - Operação Lagarteiro (Porto), realizada entre 2008 e 2012, centrando a reflexão nas atividades desenvolvidas com crianças e jovens. Esta escolha baseia-se nos princípios que orientam a minha prática profissional em que a participação e o envolvimento destas faixas etárias constituem, na minha ótica, um dos maiores desafios ao trabalho direto com grupos sociais. Crianças e jovens envolvem-se e participam na medida em que as ações sejam geradoras de sentido para o seu “projeto de vida”, sendo que este, é muitas vezes aquele que a intervenção quer construir. A escolha fundamenta-se

também, pela observação do impacto positivo que a intervenção com este grupo etário tem na comunidade em geral, e especificamente nas famílias, sendo um excelente veículo para um trabalho mais alargado. Por último, pela constatação ao longo destes anos, que os resultados mais impactantes acontecem no seio destes grupos.

Optei assim por realizar um trabalho que me possibilitasse confrontar as experiências tidas ao longo da minha vida profissional, concebendo, desenvolvendo e avaliando projetos de intervenção local, com um conjunto de elementos conceptuais que me permitissem a produção de novos olhares sobre estas práticas e, em última análise, compreender toda uma teia de relações que interagem e que delimitam ou determinam as leituras e as interpretações das realidades vividas e sentidas, as que são tocadas pelo “Beijo da experiência” (Kishimoto, 1999, p.140).

Num primeiro momento apresento um quadro teórico-conceitual clarificador dos problemas enunciados e desde já definidores da tessitura a construir neste trabalho, nomeadamente os conceitos de desenvolvimento local, poder local e parcerias, como catalisadores de sinergias, desenvolvimento e de inclusão social. Um olhar diacrónico e sincrónico pelos constructos sociais da criança e da família, explorando o papel das práticas educativas informais no desenvolvimento das crianças e jovens, e por último, a apresentação dos instrumentos sócio normativos que transformam as crianças e os jovens em sujeitos de plenos direitos, com ênfase nos direitos de participação e especificamente no direito da pessoa ser consultada e ouvida, no acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e no direito de tomar decisões em seu proveito. Estas opções prendem-se com o fato de estes conceitos, encerrarem em si mesmos, os novos desafios que se colocam aos técnicos de intervenção social, ao estado, às empresas, às instituições, às organizações não-governamentais, e a toda a sociedade civil.

Num segundo momento, apresenta-se uma síntese das diferentes intervenções realizadas no âmbito das Iniciativas Comunitárias URBAN: a primeira, realizada entre 1996 e 2001, no Vale de Campanhã, Porto; a segunda, realizada entre 2002 e 2008, na zona oriental da cidade do Porto. A exposição de diagnósticos,

modelos de intervenção, domínios estratégicos de intervenção, objetivos e resultados, considera-se de todo o interesse para fundamentar a existência da Iniciativa Bairros Críticos IBC - Operação Lagarteiro 2008 – 2012 e para, à luz desta experiência, sistematizar a minha prática profissional nos projetos de desenvolvimento local. Para o efeito, apresenta-se neste ponto uma descrição das principais atividades realizadas na IBC, resultante da observação exaustiva sobre as práticas e projetos implementados para e com, crianças e jovens.

Por último, envolvo-me num processo de reflexão, que parte da descrição da minha prática e experiência profissional em processos de requalificação de zonas urbanas desqualificadas, encarando a participação dos diferentes atores e a implicação dos parceiros como peças essenciais para o sucesso dos programas de desenvolvimento territorial e para a sustentabilidade futura dos progressos conseguidos.

1 COMUNIDADE/ DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo Ornelas, uma comunidade competente pode ser definida como “...uma comunidade que utiliza, desenvolve e obtém recursos.” (Ornelas, 2002, p. 10). A abordagem de desenvolvimento local será a que realça e incentiva o desenvolvimento de capacidades e qualidades dos indivíduos, em vez de sobre enfatizar os seus défices e/ou os da própria comunidade. Caso esta atitude não seja tomada, os sistemas sociais que se criam retiram aos sistemas naturais, como, a vizinhança, as associações locais e os recursos já existentes na comunidade, a possibilidade de desempenharem um papel relevante na resolução dos problemas existentes. “Deveríamos fazer um esforço para compreender os mecanismos naturais utilizados pelas comunidades para promover a sua própria sustentabilidade, bem como a manutenção dos indivíduos que lhes pertencem” (Ornelas, 2002, p. 11). Sarason (1972), sustenta que “...os membros são melhor servidos quando a comunidade providencia o desenvolvimento pessoal a todos...”.

Este, é um dos objetivos, assim como algumas das estratégias subjacentes aos processos de desenvolvimento comunitário que serão desenvolvidas neste trabalho.

As comunidades onde exerci a minha prática profissional (zona oriental da cidade do Porto, freguesia de Campanhã) foram pensadas como sendo objetivamente focos de problemas, mas também, de oportunidades.

Entre os recursos endógenos, dos quais tínhamos que tentar tirar o máximo partido, contamos na maioria das intervenções com o envolvimento da camada jovem da população, com os recursos naturais (localização, zonas verdes, rios, áreas agrícolas, etc.), com a dinâmica do tecido associativo e institucional e com as relações existentes, de solidariedade e de grande coesão interna.

Programas consecutivos de realojamento nas décadas de 60 e 70, fizeram desta zona a mais densificada da cidade em termos de “bairros sociais”.

Estes bairros foram edificados numa perspetiva estritamente económica de curto prazo e geridos durante anos, sem a participação dos moradores. Asseguram há décadas, quase exclusivamente, a função residencial, sendo muito deficitários em equipamentos sociais, atividades económicas, culturais, educativas e de lazer.

O desenvolvimento local, pressupõe no essencial, uma capacidade de iniciativa e de organização das comunidades locais para a resolução dos seus próprios problemas, orientada por um projeto de desenvolvimento, por uma estratégia de mobilização e controlo de recursos locais, e por um processo de transformação, viabilizado quer pela ação coletiva, quer pela individual.

O conceito de “desenvolvimento” é recente, nasceu no pós-guerra (2ª guerra mundial) associado à ciência económica, deixando de fora as outras dimensões da realização humana. Assim, até aos anos setenta, este conceito estava associado ao crescimento económico, como refere Amaro (2000, p.16) “havendo crescimento económico, acreditava-se que o resto iria atrás, seria automático - se um país tinha aumento sistemático de produção iria ter, de certeza, mais hospitais, melhores escolas, mais educação, melhor ação social e menos pobreza”.

Desde meados dos anos setenta que este conceito tem vindo a ser posto em causa, sobretudo pela sua “não transversalidade”. Não obstante, é atualmente uma referência na intervenção junto das populações, graças às alterações que tem sofrido ao longo destes últimos sessenta anos, integrando aspetos fundamentais de bem-estar, progresso, felicidade e realização.

Na passagem da década de 60 para 70, um conjunto de fatores ligados ao crescimento económico, abalou as convicções sobre o desenvolvimento e as sociedades procuraram desde então conceitos novos e referências, que articuladas entre si, convergissem na busca de um conceito transversal: desenvolvimento sustentável, participado, local, humano e, integrado, sendo este último, uma síntese dos anteriores.

Sem me alongar na reflexão destes conceitos, gostaria de me centrar no conceito de “desenvolvimento local” e nos dez ingredientes que, segundo

Amaro, o integram, e que estarão subjacentes a todas as intervenções que serão abordadas neste trabalho:

1. O processo de mudança terá de refletir nas questões: Mudar, o quê? Para quê? Como? Qual o sentido da mudança? Quem ganha e quem perde?
2. Deverá ser centrado numa comunidade territorialmente definida;
3. Terá que partir de problemas que estejam por resolver, os quais terão sempre como ponto de partida uma ameaça, que se transformará numa oportunidade;
4. Deverá mobilizar as capacidades locais, na resolução dos problemas;
5. Deverá obedecer a uma lógica de participação e de capacitação (“*empowerment*”);
6. Terá recurso a contribuições externas (recursos financeiros, técnicos., materiais, etc);
7. Deverá ter uma visão integradora de todo o processo;
8. Trabalhará em parceria, com partilha de perspectivas, visões e intervenções;
9. Terá impacto em toda a comunidade;
10. Trabalhará com a diversidade de pontos de partida, de protagonismos, de ritmos, de soluções e de resultados.

Assim, este (s) novo (s) conceito (s) de desenvolvimento traz vários desafios à nossa intervenção enquanto agentes de desenvolvimento em áreas urbanas deprimidas, exigindo intervenções multidimensionais, territorializadas (em que o global e o local sejam complementares), que visem o empoderamento das comunidades e a realização das suas capacidades, valorizando a diversidade, numa lógica de cultura de partenariado.

O desenvolvimento local pressupõe, no essencial, a capacidade de iniciativa e organização das comunidades locais para a resolução dos seus próprios problemas, orientada por um projeto de desenvolvimento, por uma estratégia de mobilização, pelo controlo dos recursos locais e por um processo de transformação viabilizado pela ação coletiva e individual. Neste contexto, surgem projetos como o “Urban” e a “Iniciativa Bairros Críticos” (IBC), com uma visão estratégica para promover a mudança e um conjunto de ações para a alcançar, num processo de mobilização coletiva.

O envolvimento de todos os agentes sociais (locais ou não locais), na constituição de uma rede local de parceiros organizados em função de objetivos e projetos comuns, é fator essencial em programas de desenvolvimento local, e exige a conciliação de interesses, por vezes divergentes, na busca de projetos consensuais que possam ser partilhados e mobilizadores de recursos e energias. Condições vitais, segundo Roque Amaro (2000), para o desenvolvimento local, porque se trata de uma tarefa de todos e só pode ser resultante de um processo partilhado e participado.

Como refere Amaro (1992) "...este terreno privilegiado das relações diretas e próximas: entre a comunidade e os seus problemas; entre a população e o seu "habitat"; entre os atores locais; entre os agentes dos diferentes serviços e os organismos presentes localmente; entre as necessidades e as capacidades (ou recursos) locais; entre as capacidades autonómicas (potencialidades endógenas) e os constrangimentos heteronómicos (exógenos); entre as dimensões individual, social e ambiental do desenvolvimento; entre as diversas dimensões (económica, social, cultura) do desenvolvimento, aí vividas no concreto e no quotidiano e não em formulações abstratas." Sendo um espaço singular de relações em todas estas áreas, apresenta potencialidades para a concretização de projetos e iniciativas de desenvolvimento local, de tipo integrado, interdisciplinar, sistémico, solidário, flexível, participado e democrático.

A construção dos projetos esteve subordinada a uma sequência metodológica, começando pela elaboração de um diagnóstico participado (Guerra 2000 e Gaulejac e outros 1989) que fez parte de um processo de *empowerment* e de reforço de competências para lidar com os problemas, lançando as bases para a constituição de uma rede local de parceiros organizados e implicados na resolução dos problemas e na promoção ativa da inserção dos mais desfavorecidos.

A estratégia do "Urban" e da "IBC" pretendeu constituir uma ação articulada, pensada e executada coletivamente, de modo a que os objetivos e finalidades fossem reconhecidas e definidas pelo conjunto dos agentes locais.

No caso do “Urban”, a primeira etapa metodológica de construção começou por aprofundar o diagnóstico sobre a realidade socio urbanística do Vale de Campanhã, procurando identificar e estudar os processos que estiveram na origem e que reproduziram a situação de degradação urbana e de crise social que afetava o território, com particular incidência nos bairros de habitação social.

O trabalho de projeto começou por se apoiar numa breve avaliação *Ex-ante*, com base na informação disponível sobre a área e respetiva população, e na realização de entrevistas e encontros com os dirigentes de associações, instituições locais e escolas, e ainda num inquérito direto a uma amostra de famílias residentes nos bairros sociais da freguesia de Campanhã (Porto).

A focalização mais precisa em determinados públicos-alvo (crianças e jovens), a formalização dos objetivos específicos e a definição das ações, teve a sua origem nessa análise estratégica efetuada com todos os agentes locais, e que constituiu em si mesmo, um fator de dinamização comunitária, levando os diferentes atores locais a pensar os problemas, as soluções e a estabelecer prioridades.

No caso da IBC a fase de planeamento foi dinamizada pelo GAT (Grupo de Apoio Técnico) que desenvolveu um processo participativo, dialogado e consensualizado a nível local e que iniciou a cooperação e a construção das parcerias público-público e público-privada a nível vertical e horizontal.

A metodologia de diagnóstico criou uma dinâmica de parceria facilitadora da intervenção, baseada na cooperação e no consenso entre os agentes.

A elaboração dos diagnósticos baseou-se em metodologias que promoveram a participação de todos os atores e de organizações pertinentes no território, com ação ou com responsabilidade de intervenção local. O grande número, a diversidade e a natureza dos agentes envolvidos, mostrou a complexidade destes processos de desenvolvimento local socio-territorial e a importância de introduzir desde o arranque dos projetos, a função de animação e de apoio técnico para promover o debate alargado e para focalizar a reflexão no território. Ao envolver os parceiros com competências e experiências muito diversificadas, foi possível cruzar uma pluralidade de olhares que permitiu

desconstruir os problemas, e começar a construir uma visão integradora do território. Esta primeira fase da IBC cumpriu importantes objetivos, nomeadamente, elaborar um diagnóstico focalizado no território (Bairro do Lagarteiro- Porto) e criar dinâmicas de participação e de parceria potenciadoras da intervenção.

Através deste modelo de diagnóstico e das metodologias que lhe estão associadas, a IBC inaugurou um novo modelo e uma nova lógica de trabalho, tanto para as organizações públicas como para a Câmara Municipal do Porto, que pelo menos de forma tão sistemática e tão estruturada, não trabalham habitualmente em parceria com os residentes e com as organizações locais, muitas das quais são frequentemente encaradas por aquelas, mais como recursos e instrumentos para a execução local de iniciativas ou projetos, do que como parceiros ativos e influentes de uma estratégia territorial partilhada e integrada.

2 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO – O PODER LOCAL COMO CATALISADOR DE SINERGIAS

A constituição de parcerias sistemáticas, organizadas e formalizadas, começou em Portugal com o “Programa Comunitário Pobreza III”. No entanto, havia já antecedentes em projetos realizados nas décadas de 60 e 70. Destacaram-se os projetos de desenvolvimento comunitário de Manuela Silva, nos quais as parcerias não tinham uma constituição formal, mas eram o resultado de convergências informais entre pessoas e instituições com ação numa determinada zona. Para Manuela Silva, o desenvolvimento comunitário era “uma técnica de progresso social” que pressupunha a colaboração entre a população e os serviços públicos em cooperação e diálogo sistemático.

É nos anos 80 que as noções de parceria e de partenariado começam a fazer parte dos discursos e das práticas dos projetos. As candidaturas a fundos comunitários exigiram-no e continuam a fazê-lo (são exigidas, parcerias locais, sectoriais, nacionais, por vezes, transnacionais, constituição de consórcios, entre outras). A constituição de parcerias tornou-se uma rotina nos projetos, para tal contribuindo também, nos anos 90, a perspectiva proposta pela Direção

Geral de Ação Social, que salientava a importância da ação coordenada e do correspondente partenariado. Tal facto representou o reconhecimento explícito da existência de um individualismo institucional, incompatível com as exigências de complementaridade e coresponsabilidade (pública e privada), das novas intervenções.

Os vários quadros comunitários que se seguiram, foram reafirmando o princípio e a exigência do partenariado à escala local, nacional e transnacional, como critério de elegibilidade dos projetos. O programa de Iniciativa comunitária “EQUAL”, foi mais longe, talvez porque se tenha tido a consciência de que muitas vezes as parcerias são frágeis e sem sustentabilidade, tendo-se criado uma ação prévia que visou facilitar a criação e a consolidação das parcerias de desenvolvimento, que se pretendem, duradouras e eficazes.

Foi a reafirmação da necessidade de abordagens integradas, efetuadas por agentes com competências adequadas, que cooperaram para responder a problemas pluridimensionais. Significou também um progresso no sentido de criar condições efetivas para garantir eficácia imediata às ações e sustentabilidade futura à mudança produzida pelos projetos.

O partenariado constituiu para os projetos, uma evidente mais-valia, continuando por isso, desde o “Programa Pobreza III”, a ser encarado como estratégia chave dos programas comunitários “Urban I e II e da “IBC”, programas que detalharei ao longo de todo este trabalho.

No caso da IBC, a elaboração do protocolo de parceria resultou já de um processo de construção de modelos entre o estado central e a autarquia, discutidos com os parceiros antes da sua assinatura, com base num diagnóstico participado, onde todas as ações propostas estavam enquadradas, tendo sido inovador nesta vertente, face aos seus antecessores. Nesta fase inicial de envolvimento, relacionado com as características deste território e dos parceiros, os gabinetes locais constituíram o motor do processo, tendo criado uma nova dinâmica de parceria alargada, que desenvolveu um olhar estratégico e integrado sobre o bairro, contrariando as abordagens e as lógicas de intervenção segmentadas e setoriais.

Esta etapa revelou-se muito importante para cruzar os diferentes olhares e desconstruir as visões segmentadas, redutoras e autocentradas dos diferentes tipos de organizações, criando as condições para estabelecer a lógica e o consenso fundador de uma intervenção integrada e focalizada no território, que permitiu fundamentar um projeto de intervenção mais adequado à realidade local, bem como, um forte alinhamento com os princípios e os objetivos da Iniciativa, ao contribuir para a apropriação e exercício, por parte dos diferentes atores dos princípios da Iniciativa, nomeadamente os da participação, da parceria e da cooperação interministerial.

No caso das intervenções do Programa de Iniciativa Comunitária Urban I e 2, a parceria, entendida como constituição de uma rede local de parceiros organizados, fazia parte dos princípios chave dos programas e constituiu uma prioridade desde o primeiro dia de execução, sendo todas as ações planeadas com os parceiros locais. Começamos por identificar e estudar o sistema de atores locais, tomando conhecimento da sua perspetiva sobre os problemas e necessidades, das suas prioridades e dos seus projetos.

Neste contexto, e a título ilustrativo, uma das primeiras ações da qual fui responsável foi o Fórum Associativo Permanente, que tinha como objetivos, animar um espaço de debate sobre os problemas sociais e educativos, contribuir para a revitalização das dinâmicas locais, e promover a implicação das associações no processo de desenvolvimento da área de intervenção.

Assim, num primeiro momento (1996) realizamos o diagnóstico participativo (ou autodiagnóstico) que permitiu identificar os problemas e as necessidades mais valorizadas pelos dirigentes associativos, observadores privilegiados da realidade local, e que serviu para a criação de uma base de dados sobre o associativismo local e para a dinamização de sessões de trabalho temáticas, com a finalidade de pensar e aprofundar os problemas e clarificar prioridades.

Em termos metodológicos este processo decorreu em 3 etapas (1996- 2001):

- a primeira consubstanciou-se na aplicação de um inquérito às associações e instituições locais, que possibilitou aferir um diagnóstico que serviu de base ao plano de intervenção, nomeadamente no que dizia respeito às necessidades de formação, à reabilitação física dos espaços associativos e das Instituições

Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e às suas carências de equipamento. Em simultâneo, com os dados dos inquéritos, com o conhecimento propiciado pelos encontros regulares e com a realização de fóruns associativos, realizámos em conjunto alguns projetos de animação e dinamização local dirigidos aos públicos juvenis (1º Festival Viva o Desporto, Feiras das Associações e das Modalidades, Guia das Associações Locais – O Vale de Campanhã e as suas associações); numa segunda etapa, procedemos à operacionalização de ações que procurassem colmatar as necessidades e os problemas diagnosticados, bem como promover projetos que tivessem efeito exemplar e multiplicador, no sentido de estimular o trabalho em parceria e a inovação das atividades associativas, exemplo disso foram as iniciativas: As Tradições e os Jogos, a Iniciação Juvenil à Pesca, o 2º Festival de Desporto, projetos associados a um intenso programa de formação: *Atelier* de Formação em Animação e Espetáculo, Contabilidade Administrativa e Informática, Metodologia e Pedagogia Desportiva.

A terceira etapa foi de consolidação do trabalho desenvolvido, procurando elevar o seu grau de autonomia, que assegurasse a sustentabilidade futura da dinamização desportiva e cultural local. Durante o processo as associações e instituições beneficiariam: de obras e/ou equipamentos, de um centro de recursos técnicos, materiais e logísticos, de dois novos equipamentos (a quinta de Bonjóia e a Casa das Glicínias) de forma a potenciarem e inovarem nas suas atividades e projetos. Nesta fase, verificamos que a metodologia de trabalho, centrado sobretudo no envolvimento dos agentes locais, possibilitou que as organizações, depois de verem os seus problemas e necessidades atenuadas, se envolvessem e partilhassem novas preocupações, orientadas para o desenvolvimento local, exemplo disso foi o tema sugerido para o IV Fórum Associativo: O Espaço e o Tempo no Vale de Campanhã, que mobilizou 27 associações e instituições locais.

3 TERRITÓRIO / EXCLUSÕES SOCIAIS

Para compreender melhor o contexto desta zona, teremos que recuar até 1956, início do plano de melhoramentos para a cidade do Porto, responsável pela

construção dos principais bairros sociais da invicta, que previa o alargamento e a expansão da cidade, de forma controlada. Pretendia-se mudar a imagem da metrópole através da “libertação de terrenos no centro da cidade tão cheio das denunciadoras ilhas” (Ribeiro, 1979, p.28), transferindo do centro da cidade para a periferia, cerca de 15% a 20% da população, na sua maioria residente em ilhas.

“Os novos bairros dispostos perifericamente em relação ao centro da cidade, têm as suas soluções fortemente condicionadas pelo baixo custo atribuído a cada fogo e pela alta densidade exigida” (Ribeiro, 1979, p. 31).

Este processo, que se repete até aos dias de hoje, cortou laços de vizinhança e famílias, as quais raramente eram realojadas no mesmo bairro, criando mal-estar e algum sentimento de revolta nos habitantes, situação que se prolongaria até ao 25 de abril de 1974. No período pós revolução, como refere Gros “eclodem movimentos populares de reivindicação em torno da distribuição e, ainda mais pontualmente, da gestão do consumo social urbano: alojamento e equipamentos sociais” (Gros, 1994, p. 85).

A concentração de população de baixo estatuto socioeconómico, desenraizada do seu habitat, em bairros edificados numa perspetiva estritamente económica, deficitários em equipamentos sociais, sem atividades económicas, geridos durante décadas sem a participação dos moradores, adensou e complexificou os seus problemas urbanos e sociais.

A estes *handicaps* associam-se outros (educacional, laboral, cultural, etc.), causas e consequências do surgimento e da persistência duma situação de desvantagem e de subintegração urbana e social, que tornam estes territórios palcos de exclusão e de segregação.

Pretendo agora introduzir a questão da importância e do domínio territorial nas intervenções em áreas excluídas. Segundo Bruto da Costa, a relevância deste domínio no estudo da exclusão social é recente, e tem a ver com o fato de existirem certas situações em que a exclusão diz respeito não apenas às pessoas e famílias, mas a todo o território (Costa, 1998, p.16).

Nestes bairros degradados as condições de vida das famílias só poderão melhorar se promovermos o desenvolvimento de todo o espaço, nos domínios da habitação, equipamentos sociais e culturais, acessibilidades e atividades económicas. De um ponto de vista mais alargado, poderemos afirmar que só haverá desenvolvimento nestes territórios se a cidade os integrar em todos os seus domínios de atuação. Ainda hoje, é um facto, que um grande número de bairros sociais da freguesia de Campanhã se encontra excluído da cidade.

Esta estratégia foi adotada logo na minha primeira experiência profissional (projeto Pobreza III e Projeto Luta Contra a Pobreza do Bairro S. João de Deus- 1993/1996) e aperfeiçoada posteriormente, nas intervenções dos programas experimentais Urban, que nos trouxeram lições de futuro, implementadas na Iniciativa Bairros Críticos, em que toda a reabilitação territorial implicou as dimensões de valorização dos recursos ambientais, paisagísticos e patrimoniais, de melhoria das redes de infra-estruturas e equipamentos sociais, e de valorização dos recursos humanos, nos domínios da educação, da formação, da cultura e da cidadania, envolvendo sempre, ações nas áreas materiais e imateriais e na esfera do simbólico.

Na reabilitação do Vale de Campanhã (Urban) as dimensões físicas e ambientais, sociais e económicas, culturais e simbólicas foram imprescindíveis ao projeto e ao processo de desenvolvimento local. Como disse Jorge Gaspar no segundo encontro dos programas Urban e Reabilitação Urbana (Guimarães,1998)“reabilitação é sempre valorização, que se projeta nos domínios económico, social e político” (DGDR - Direção Geral de Desenvolvimento Regional, 1999, p.60).

É neste modelo de desenvolvimento e trabalho em parceria, que assenta grande parte da minha prática profissional, um modelo de intervenção comunitária, que tem como objetivo envolver toda a comunidade na construção de projetos de desenvolvimento social e humano, aplicada em diversos bairros sociais na zona oriental da cidade do Porto na freguesia de Campanhã, a mais extensa, e a segunda mais populosa do município do Porto.

3.1 Política de cidade/ novos modelos de intervenção

A política de cidade, está associada à ideia de ação integrada e globalizante e portanto, à recusa dos antigos programas sectoriais, com os seus projetos e ações centralizados, segmentados e burocráticos, promovidos à revelia das realidades, das especificidades e das dinâmicas locais.

Nas décadas de 70 e 80 as intervenções em áreas degradadas pautavam-se por respostas baseadas em abordagens sectoriais, mas a conjugação de uma serie de problemas urbanos, exige, a quem planeia a cidade, a necessidade de encontrar novos modos de intervenção, tornando-se necessário planejar, não pensando apenas no edificado e no espaço físico, mas assumindo os fatores económicos, sociais e ambientais.

Assim, desde os anos 90, valoriza-se um método global de intervenção que rejeita, em primeiro lugar, “separar artificialmente os problemas” e desliga-os do seu respetivo contexto. Uma das principais especificidades deste modelo radica no fato de se evitar intervenções sectoriais, através das quais “cada departamento atua separadamente de acordo com a sua própria lógica, sem ter em conta os problemas induzidos pelas suas decisões noutros domínios”, como refere Michel Bonetti (1994), bem como os possíveis efeitos perversos de certas atuações que podem mesmo agravar os problemas sociais.

Em muitos casos, estas serão não só incoerentes, mas também inconsequentes e até, contraproducentes.

O insucesso do tipo de intervenções e ações que prevaleceram no passado, levou ao reconhecimento de que um modelo de intervenção baseado na realização de um projeto de desenvolvimento social e urbano, tem uma eficácia acrescida.

Este modelo recusa análises lineares da realidade, o que leva ao questionamento do “modo de produção da ação pública nas suas formas clássicas: a divisão das tarefas através de um recorte técnico do objeto de intervenção, a determinação unilateral do conteúdo da ação”.

Isabel Guerra (1994) destaca a necessidade de identificar e intervir no “nó estruturador que une os problemas acumulados” e de “entender a diversidade das variáveis que estruturam uma situação e entender a complexidade dos laços que a unem”.

Nos contextos urbanos mais desfavorecidos, os problemas são complexos e multifacetados, o que implica uma intervenção coordenada no espaço e no tempo, de diferentes serviços e com incidência nas várias dimensões da vida social. Quando se trata de uma população excluída, existem sempre défices cumulativos em vários domínios da vida económica, social e cultural que não podem ser tratados atomizadamente, como veremos na segunda parte deste trabalho.

Neste sentido, como refere Michael Bonetti (1994), a política de revalorização dos bairros sociais não pode dissociar-se de uma gestão urbana integrada, passando, não só pela reabilitação e criação de equipamentos e serviços, mas igualmente, pelo desenvolvimento de uma nova relação das instituições gestoras e dos seus agentes com a comunidade/moradores (relação que se pretende democrática, de diálogo, pedagógica e responsabilizadora).

Isto, por oposição às atuações muito técnicas, que não procuram a concertação nem investem num processo de dinamização que faça das populações os sujeitos da ação.

De facto, esta nova perspetiva de gestão urbana, passa necessariamente pela revalorização do estatuto dos moradores e pelo desenvolvimento das suas capacidades e competências sociais, por um acréscimo de cidadania e de consciência dos direitos e deveres sociais (como foi visível no PIC Urban Vale de Campanhã), pelo trabalho de capacitação e envolvimento do tecido associativo e pelo modelo de governança adotado pela IBC, que a seguir se evidenciará.

Privilegiou-se por isso, uma metodologia de projeto em que os participantes e a participação estão no centro do processo, procurando criar uma dinâmica autossustentada onde cada um dos atores assume as suas responsabilidades,

no quadro de uma estratégia global que integra um conjunto diversificado de recursos e ações com incidência em vários domínios.

O âmbito da intervenção é alargado, isto é, consiste no conjunto dos problemas que se colocam num determinado bairro, desde a reabilitação urbana à educação, formação profissional, serviços, transportes, economia, passando pela dinamização cultural e pela revitalização associativa. Tudo isto no quadro de um programa de desenvolvimento global, fundamentado num diagnóstico participado e partilhado.

Esta lógica de intervenção correspondeu à passagem de processos centralizados, burocráticos e rígidos, para processos descentralizados, participados e flexíveis, com modalidades de gestão em que existe um permanente processo de diálogo interpessoal e interdisciplinar no diagnóstico, no planeamento e na execução, isto é, no processo de tomada de decisão sobre: o que fazer? Como, quando e com quem?

A “nova” política de cidade caracteriza-se por três aspetos essenciais:

- Uma visão sistémica da realidade que exclui análises redutoras e causalidades lineares;
- Articulação das dimensões, urbana, económica e social, trabalhadas integradamente;
- Participação dos diversos atores e parceiros locais no quadro de um projeto comum partilhado por políticos, técnicos e cidadãos.

Com base neste referencial teórico e nos princípios que lhe estão subjacentes, coloca-se a questão de optar, entre a quantidade e a qualidade, entre as ações pontuais e desgarradas ou uma estratégia integrada que assegure não só resultados no presente, mas a sustentabilidade futura das mudanças alcançadas criando as condições individuais e as dinâmicas sociais e institucionais que previnam os processos de degradação socio-urbanística que justificaram muitas das intervenções passadas e presentes.

O Programa de Iniciativa Comunitária Urban, foi criado por decisão da Comissão das Comunidades Europeias (nº94/C180/02- Jornal Oficial das

Comunidades Europeias de 1 de Julho de 1994) com o objetivo de contribuir para o apoio às áreas urbanas "em crise", e constitui uma referência das Iniciativas Comunitárias, pela forma como surgiu associado ao reconhecimento da gravidade dos problemas urbanos contemporâneos.

O programa Urban assumiu um carácter experimental associado à promoção da inovação na intervenção urbanística, orientada para as áreas urbanas "em crise".

Pela primeira vez, a Comissão Europeia lançou uma iniciativa, não apenas em infraestrutura ou em ações imateriais, mas na simultaneidade das duas intervenções, para atingir, no caso do Urban, a melhoria da qualidade de vida da população urbana, como fator condicionante ao próprio desenvolvimento das cidades.

A Comissão Europeia, no seio da qual o papel das cidades tem vindo a ganhar cada vez mais preponderância, justificada pelo fato de a maioria da população viver em meio urbano, reconhecendo que o desenvolvimento harmonioso das cidades não é compatível com a existência de assimetrias sociais, criou este tipo de PIC (Programa de Iniciativa Comunitária).

Esta iniciativa propôs-se a apoiar a revitalização e requalificação de áreas urbanas com fortes sinais de depressão e degradação, com problemas graves de declínio económico e urbano, desemprego e deterioração da qualidade de vida, acumulação de fenómenos de exclusão social e insegurança. Para além de propor a articulação das medidas infraestruturais com as medidas de carácter social, incentivou a preparação e implementação das ações em concertação entre o poder central e local, através do reforço de parcerias locais.

Paradoxalmente a União Europeia que apoia este tipo de iniciativa de combate ao desemprego e à pobreza é a mesma da qual tem emanado políticas económicas de austeridade que empobreceram, excluíram e nos levaram às mais elevadas taxas de desemprego.

Enquanto programa público de caráter experimental e orientado para a promoção da inovação, o Urban assentou numa ação concretizada num conjunto limitado de projetos locais, pressupondo-se o seu contributo para um novo estilo de intervenção urbanística, generalizável a todas as áreas urbanas. Este modelo surgia, como referi nos parágrafos anteriores, na tentativa de associar a reabilitação física à integração económica e social de grupos desfavorecidos, a governância urbana ao trabalho em parceria, e de obter um sentido estratégico nas intervenções em zonas urbanas desfavorecidas.

O programa Urban assentou no pressuposto de que mudanças na situação de pobreza e exclusão social de indivíduos e agregados, só se tornam persistentes através de mudanças no contexto local. Assim, contempla a necessidade de uma ação específica no combate à pobreza e à exclusão social, não redutível à promoção económica (animação, incentivos à localização de empresas, atração de investimento, etc.) ou social (ação social, equipamentos coletivos, etc.). Surge, associado ao reconhecimento de que o acesso ao emprego constitui uma dimensão central para a integração económica e social, e contempla a necessidade de associar o acesso ao emprego, à necessidade de criar nova iniciativa empresarial tradicional e não tradicional, de base local, cujo contributo potencial só se poderá realizar através de mudanças facilitadoras no próprio contexto local, como foi o caso da criação de empresas de inserção, do ninho de empresas, da constituição de microempresas nos territórios, e nos últimos anos, dos gabinetes de empreendedorismo, com recurso ao microcrédito.

O Urban correspondeu a uma mudança significativa nas Iniciativas Comunitárias, apelando à concentração de recursos públicos para a integração de domínios de intervenção tradicionalmente fragmentados, e a outros domínios a que nem sempre é atribuída prioridade na ação municipal convencional.

Em 2005 a Iniciativa Operação de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (IBC) foi concebida como uma iniciativa experimental, visando, na perspetiva do aprofundamento da Política de Cidades, prosseguir os esforços

de desenvolvimento das políticas anteriores, aperfeiçoando e inovando nas metodologias e nos instrumentos de intervenção.

Nesse sentido, as operações a desenvolver deveriam estimular e testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas, inovadoras em termos da conceção, implementação e avaliação da ação pública em áreas urbanas críticas, sendo a experiência recolhida, levada posteriormente em consideração na política de cidades que se pretendia executar.

A publicação da Resolução do Conselho de Ministros, refletiu o reconhecimento por parte do XVII Governo Constitucional, da necessidade de criação de uma política de cidades, que com base em experiências de projetos e intervenções anteriores, testasse um programa experimental que pudesse operacionalizar um dos vetores estruturantes dessa política: a qualificação e reinserção urbana de áreas críticas.

A criação da Política das Cidades, teve a sua génese legislativa naquele diploma, traduzindo assim o reconhecimento político do papel decisivo das cidades no desenvolvimento das sociedades contemporâneas e nos desafios associados às cidades enquanto concentrações de recursos humanos e institucionais, nos quais existem problemas e potencialidades, indo ao encontro do conceito de “Comunidades Sustentáveis”, segundo o entendimento do acordo de Bristol (2005) onde são definidas como *“locais onde as pessoas querem viver e trabalhar, agora e no futuro. Satisfazem as diversas necessidades dos residentes atuais e futuros, são sensíveis ao seu ambiente e contribuem para uma elevada qualidade de vida. São seguras e inclusivas, bem planeadas, construídas e geridas e oferecem igualdade de oportunidades e bons serviços para todos”*

A Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”, correntemente designada de Iniciativa “Bairros Críticos”, foi então um programa que contribuiu para a operacionalização de uma linha estratégica da política de cidades orientada para a integração socio-urbanística de territórios urbanos que apresentavam fatores de vulnerabilidade crítica do ponto de vista socioeconómico, urbanístico-arquitetónico ou organizacional.

Importa referir, e tal como reflete o diploma legislativo enunciado, que parte dos territórios que apresentam fatores de vulnerabilidade crítica, têm sido já objeto de intervenção no âmbito de diversos programas nacionais e/ou comunitários, ou têm vindo a ser incorporados como prioridades no âmbito dos planos de ação dos atores públicos e do setor solidário. Contudo, têm-se verificado dificuldades de natureza variada, na concertação e otimização desta intervenção de forma integrada - quer em matéria de contratualização estratégica dos vários planos de intervenção, quer de modelos de financiamento mistos e de modelos de gestão e monitorização das intervenções - suscetíveis de conciliarem e operacionalizarem um trabalho efetivo em rede, que integre as várias escalas, setores e naturezas interventivas.

O reconhecimento de que, frequentemente, as dificuldades emergem na operacionalização das orientações dos programas e da legislação e não nos seus objectivos ou intenções na partida, conduziu a um cuidado acrescido na definição do modelo de operacionalização e na consolidação do acompanhamento desta iniciativa piloto, tendo sempre por base a experiência acumulada em intervenções anteriores.

A Resolução do Conselho de Ministros 143/2005 (anexo 1) introduziu 3 aspetos inovadores:

- A convergência horizontal das instituições do Estado (ministérios e autarquias) num processo deliberativo que deveria incluir as populações locais, e que conduziria a um protocolo de parceria entre todas as entidades envolvidas;
- O reconhecimento das especificidades das diferentes comunidades, respeitando a natureza participativa do processo e deixando consequentemente, a definição dos programas de ação a grupos de trabalho integrando desde logo, seis ministérios, autarquias locais, e organizações com experiência de trabalho no território;

– A identificação das ações e projetos concretos a desenvolver, e a preparação de um protocolo de parceria que pudesse comprometer as entidades relevantes para o sucesso da operação;

- Uma coordenação estratégica entre as entidades da administração central, que viria a ser traduzida na constituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTIM), e a nível de cada operação, numa unidade de ação estratégica local, com um modelo e composição ajustados às problemáticas e à natureza das parcerias, às capacidades de ação e às intervenções a implementar em cada bairro;

Em termos de iniciativa experimental, a IBC visou dar corpo à aplicação de um conceito de ordenamento do território mais integrado, estratégico, prospetivo e participado (Ferrão, 2011). Reconhece-se que “a mobilização dos cidadãos e o recurso a formas de ordenamento do território colaborativo, envolvendo atores públicos, privados e associativos, alargando e diversificando as estratégias de participação, constituem um contributo importante (...) para reforçar as novas legitimidades políticas em afirmação e para criar novas identidades territoriais em torno delas” (Ferrão, 2011, p. 57).

4 A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS - CONSTRUÇÕES SOCIAIS EM ANÁLISE

4.1 A construção Social da Família e da Infância

A família, tal como a conhecemos hoje, não assumiu sempre as mesmas configurações nem permaneceu imutável ao longo das diferentes épocas, sendo trespassada por importantes valores políticos, religiosos, culturais, económicos e condições objetivas de vida. Apesar de todas as transformações, ela é a célula base da sociedade, importando para o efeito, analisar alguns acontecimentos que nas suas diversas dimensões, afetaram a família e consequentemente as crianças e os jovens.

As transformações que se vêm produzindo, sobretudo nos dois últimos séculos (Reher, 1996 in Rodrigo e Palácios, 1998 p. 30-32), particularmente desde

meados de 1800 e também, na viragem para o século XX, levaram muitos autores a falarem em crise. Assim, reclama-se que a família já não é o que era, que se encontra em rutura, e que os valores que lhe dizem respeito também atravessam um cenário de crise. No entanto, a História tem a resposta para este tipo de discurso. A família enquanto instituição, sobreviveu aos diferentes desafios, reorganizando-se, adaptando-se, mas não deixando nunca de existir. Por outro lado, este olhar sobre o passado permite-nos perceber exatamente de que forma é que a família tem exercido algumas das suas competências mais fortes, como sejam, a adaptação, a criatividade e a respetiva transformação (Leandro:1997).

A entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo desde meados do século XX, impulsionada pela Segunda Guerra, seguida das mudanças ideológico-políticas da década de 60, são factores que introduziram mudanças significativas no papel feminino na sociedade e virão a afetar também, os modelos de relação entre homens e mulheres. Tal ideia, é apontada por Leandro, ao afirmar que “Nos anos sessenta, nos países da Europa do Norte (...) dois acontecimentos centrais marcam a evolução dos comportamentos familiares: a entrada massiva das mulheres no universo do trabalho profissionalizado e o controlo da fecundidade” (Leandro:1994, p.18).

Alguns autores apontam para a ideia de que, as famílias do passado, teriam mais estabilidade por serem sujeitas a menores causalidades do que as famílias do presente. Ora, Saraceno (1997) desconstruirá esta ideia, explicando que, ao contrário do que se afirma, também as famílias do passado se encontravam sujeitas a desafios que afetavam quer a sua organização, quer a sua manutenção. A família era então, fundamentalmente, um grupo doméstico organizado como uma empresa produtiva, com interesses políticos e económicos fortes. Desta forma, a família organizava-se em torno da atividade produtiva, lutando contra vários tipos de adversidades, como, a falta de saúde, as fomes, a carência económica, os modelos de herança, a migração dos filhos, a morte das mães no parto e a morte das próprias crianças no nascimento, provocando tudo isto, enormes instabilidades às famílias de então (Saraceno, 1997).

Quando falamos de família, inevitavelmente colocamos no centro desta, as crianças, e a história tem-nos mostrado o quanto a sua história de vida é marcada pela família, e se é facto que a história tem construído em cada tempo “a família”, ela constrói também, mundividência, assim como o próprio conceito de criança.

Para Pinto (2000), abordar a infância a partir de um ponto de vista histórico “obriga-nos” a ir ao encontro do trabalho de Philippe Ariès (1988) e do seu trabalho pioneiro sobre a criança e a vida familiar no antigo regime, de onde o autor retira algumas conclusões. Na idade Média, as crianças são representadas como adultos em miniatura (homúnculos) que trabalham, comem, e que se divertem e dormem no meio deles. O “sentimento de infância” não existia (...) assim que a criança era capaz de viver sem a solicitude constante da sua mãe, da sua ama ou aia, passava a pertencer à sociedade dos adultos e deixava de se distinguir dela. (...) (Ariès, 1988, p. 182).

A ideia moderna de infância com uma fase autónoma relativamente à adultez, só começa a adquirir pertinência na sensibilidade e na vida social a partir do século XVII, e especialmente no século XVIII, em alguns sectores da aristocracia e, sobretudo da burguesia. Surge um novo “sentimento de infância”, que faz da criança e da sua ingenuidade, do seu encanto e da sua graça, uma fonte de divertimento e de distração para o adulto - aquilo a que poderíamos chamar sentimento da «criança brinquedo» ” (Ariès, 1988, p.184). Nas classes populares, os antigos géneros de vida e as antigas concepções de infância mantiveram-se quase até aos nossos dias, havendo mesmo razões para pensar numa regressão, verificada com o advento da industrialização, com a procura de mão-de-obra infantil (Pinto, 2000, p.60).

Esta recente mas longa caminhada que P. Ariès nos mostra sobre o conceito de infância, é importante para a definir como construção social a partir dos séculos XVII e XVIII “ (...) a propósito da qual se construiu um conjunto de representações sociais e de crenças e para a qual se estruturaram dispositivos de socialização e controlo que a instituíram como categoria social própria” (...). (Pinto e Sarmiento, 1997, p.11).

O aumento do investimento na criança, deriva do próprio reconhecimento do lugar da mesma na família, iniciado na burguesia em finais do século XVIII como defende Ariès, e reforçado na sociedade contemporânea. (...)“Constata-se que em muitos casos a realização dos pais parece, portanto, passar para a realização dos filhos e da família, constituindo hoje, um todo relacional onde cada um, a seu modo, é chamado a participar”. (...) (Leandro, 1994 p.87).

De um modelo de família tradicional como agrupamento familiar composto por homem e mulher unidos em casamento, com filhos vivendo sob o mesmo teto, passamos para novas realidades. O papel da mulher e a mudança de valores a este respeito contribuiu, em muito, para a alteração das próprias opções no momento de “constituir família” (Leandro, 1994, p.2001). Rodrigo e Palácios (2000) sugerem uma proposta de desconstrução do conceito de família tradicional: o casamento deixa de ser necessário para que possamos falar de família, aumentando as uniões não matrimoniais ou consensuais (uniões de facto); um dos progenitores pode não estar presente, ficando um com os filhos, sozinho (famílias monoparentais); os filhos são tidos pelo casal quer pela conceção de ambos, quer por adoção, quer ainda, recorrendo a técnicas modernas de reprodução assistida ou ainda, por provirem de relações anteriores dos cônjuges; a mãe, independentemente do tipo de estrutura familiar, não se limita à função de educação e cuidado dos filhos, investindo numa carreira fora do espaço doméstico; também a função do pai deixa a de ser apenas o de garante de sobrevivência material da família, para passar a estar ativamente implicado no cuidado e educação dos filhos; o crescente decréscimo do número de filhos por casal e, finalmente, as famílias reconstituídas fruto de, pelo menos, uma dissolução de laço conjugal anterior.

“Desde o século XIX que a família não se preocupa apenas com a sobrevivência do grupo e com a sua reprodução. Ela investe, ao mesmo tempo, na busca da felicidade no seu seio. Já nessa época não havia apenas a preocupação de como sobreviver em conjunto, mas de como ser feliz em conjunto” (Leandro,1994, p.21). A alteração no mercado de trabalho, a igualdade entre sexos – defendida dentro e fora do espaço doméstico – cria, no que ao papel da mulher diz respeito, uma nova realidade. A possibilidade de controlo da altura de nascimento dos filhos, o investimento na escolaridade e

numa carreira profissional, a procura de um projeto de felicidade, possibilitam a emergência de novos modelos familiares e acarretam, também, o aumento de ruturas familiares.

4.2 As práticas educativas em contexto familiar

O grande acontecimento destes tempos modernos, segundo Ariès (1998), dá-se com o ressurgimento das preocupações educativas. Nos nossos dias, a sociedade depende do bom funcionamento do sistema educativo, situação clara num dos paradoxos que Qvortrup (1995) descreve na relação dos adultos com as crianças (...) “Os adultos concordam que se deve ensinar às crianças o significado de liberdade e democracia, mas a sociedade limita-se a oferecer preparação em termos de controlo, disciplina e administração. Os adultos atribuem geralmente às escolas um papel importante na sociedade, mas não se reconhece como válida a contribuição das crianças na produção de conhecimentos”. (...) Desta forma “a família e a escola, juntas, arrancaram a criança à sociedade dos adultos. A escola encerrou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais estrito”. (Ariès, 1998, p 322).

Para Sebastião (2001), Portugal tem-se caracterizado por lentas, (e por vezes) contraditórias, transformações das políticas e das práticas familiares e institucionais relativas à infância. A década de 70 constitui um período chave de estruturação das tendências de mudança que hoje podemos identificar no campo da infância. Umas, como efeito de transformações genéricas na estrutura da própria sociedade portuguesa e outras, de medidas políticas específicas para a infância. A expansão da educação pré-escolar, apesar de incentivada por governos sucessivos, concretizou-se de forma limitada ao longo da última década. Por outro lado, a entrada da mulher no mercado de trabalho, as transformações na estrutura familiar, o maior acesso aos bens de saúde e a democratização do ensino, foram factores que se expandiram e massificaram, mas foram incapazes de criar condições para uma efetiva democratização do sucesso.

Envolta em dissensos, quer em relação à idade a partir da qual se considera ser criança, quer aquela a partir da qual se deixa de o ser, o «ser criança» (...) varia entre sociedades, culturas e comunidades, e pode variar também no interior de uma mesma família e ainda de acordo com a estratificação social, com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em cada época (...) (Sarmiento e Pinto, 1997 p.17). Assim, as nossas ações serão sempre influenciadas pelas características estruturais das sociedades em que somos criados e em que vivemos, características essas que ao mesmo tempo recriamos (e até certo ponto alteramos) com as nossas próprias ações. (ibidem, 1997 p 32).

Neste contexto, a “interpretação das culturas da infância não pode ser realizada no vazio social, necessitando de se sustentar na análise das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem” (Sarmiento, 2000, p.159-160).

A estas alterações, não é também alheia uma nova visão de infância. Os filhos serão parte integrante e ativa no projeto comum de felicidade da família, constituindo-se como seus parceiros e solidificando o espírito de família (Leandro: 1994 p.86). Assim, intervindo com crianças e jovens na promoção das suas competências, rapidamente se consegue entrar nas famílias, o que explica, na nossa opinião, a facilidade com que a maioria das mulheres/mães participam nos projetos de intervenção comunitária envolvendo os restantes elementos do agregado e da comunidade.

A discussão em torno das funções da família, acompanha as da sua própria definição. Para que serve a família? Que função cumpre relativamente aos seus membros?

Podemos, resumidamente, dizer que a família cumpre vários tipos de funções ao mesmo tempo e que, essas mesmas funções, variam em função do tempo que se analisa. Assim, começaremos por referir aquelas que podem ser designadas de “funções tradicionais da família”:

- Reprodutiva: garantindo a continuidade da espécie;

- Educativa: representando-se como o primeiro agente educativo e socializador das crianças, a par com outras instituições, como a escola. Esta tarefa encontra-se, hoje, igualmente distribuída entre pai e mãe, educando a família no sentido da responsabilidade e da autonomia dos seus membros, relacionada com o meio em que se insere (educação integrada);
- Económica: deixando de ser considerada, hoje, como unidade de produção e consumo, a família vê a sua função económica ser produzida num espaço separado do espaço doméstico. No entanto, Leandro (2001) considera a manutenção desta função, mas exercida agora de uma outra maneira: a família continua a garantir a recolha do necessário para a manutenção do seu grupo, e no espaço doméstico é produzido trabalho, ainda que de forma gratuita.

Nos contextos aqui em análise, as funções educativa e económica da família, são comprometidas pelas condições socioeconómicas de vida das mesmas.

O papel socializador e educativo atribuído à família e à escola, e a importância de realizarem estas funções em complementaridade, não é conseguido. Assim, nas intervenções por nós realizadas, consideramos um conjunto de ações que fossem facilitadoras desta interação. A título de exemplo, apresentamos a ação “Escola em rede”, integrada no Eixo 2 *Promover uma Cidadania Ativa (ver quadro 1)* onde foram pensadas um conjunto de atividades que fortalecessem a relação entre a escola e a família. As dificuldades em trabalhar com estes dois polos foram grandes e obrigaram a reformular o plano e a considerar o trabalho formativo em separado, com cada um dos agentes educativos (famílias e professores), sensibilizando as famílias para a importância de se envolverem no processo educativo dos filhos (oficinas de educação parental), e os professores para a importância da integração das famílias no processo (projeto de formação em Coaching Parental).

Estas funções, continuam a estar presentes na família, embora vividas de forma diferente, dada a alteração profunda da sociedade. Às mesmas, poderíamos ainda acrescentar a função afetiva da família, contribuindo como rede de apoio eficaz para os seus membros, não apenas a um nível material mas também afetivo (Leandro, 2001, p.87-90).

Rodrigo e Palácios designam a família como contexto de desenvolvimento e socialização, como espaço de relações íntimas e privilegiadas.

Assim, para os autores, a família cumprirá as seguintes funções (Rodrigo e Palácios, 1998, p.34-37):

- Cenário de construção de pessoas adultas: analisam aqui a família como espaço de construção de autoestima e sentido de si mesmo, que se inicia na infância e continua até à vida adulta dos seus membros;
- Espaço onde se assumem compromissos e responsabilidades: orientando os adultos para uma função produtiva e integrada no seu meio social. A família será então um espaço onde se encontram diversas oportunidades para crescer e desenvolver recursos pessoais;
- Cenário de encontros intergeracionais: os adultos assumem o papel de ponte de ligação entre o passado (avós) e o futuro (filhos). A principal matéria neste caso, são os afetos por um lado, e os valores, por outro. É neste sentido por exemplo, que os avós se tornam fortes aliados na educação dos netos;
- Rede de apoio para as transições dos indivíduos: esta transição refere-se especificamente à passagem para o estado adulto, em que a família exerce uma forte influência na procura de trabalho, na saída de casa e na velhice. A família, exerce assim uma função de proteção e de estabilidade para os seus membros;

Neste sentido, cumpre aos pais assegurarem três elementos fundamentais aos seus filhos: a conceção de um projeto educativo vital, garantindo a socialização dos seus membros, a sua educação e a sua preparação; a implicação pessoal e emocional na condução deste projeto; garantir o conteúdo desse mesmo projeto educativo, permitindo aos filhos uma socialização que seja o suporte de posterior sucesso. E, é nesta função da família e no reconhecimento do seu papel na comunidade e nos seus serviços sociais, considerando-a como contexto privilegiado de educação e de desenvolvimento, que ancoramos várias intervenções e projetos, uma vez que a mesma se constitui como uma peça fundamental em projetos de intervenção comunitária.

Hoje, com a crescente especialização da sociedade e das instituições, a família não detém em exclusivo a função educativa e socializadora da criança. Se dantes era garantida por ela, a par de instituições como a Igreja, hoje, partilha essa função com instituições educativas especializadas, como os jardins-de-infância e as escolas. Nesse sentido, a família vê-se obrigada a abrir a outros contextos educativos. A importância social da escolaridade é apontada como uma das principais razões para este facto, a par da impossibilidade da família contemporânea poder garantir esta função. Para Musgrave, a autoridade dos pais diminuirá, na exata medida em que outras instituições aumentam a sua participação nas tarefas educativas das crianças e jovens (Leandro, 2001, p. 87). Ainda a este respeito, há que considerar que apesar de todas as modificações, a tarefa educativa continua a ser confiada primeiramente à família. Esta tarefa poderia ser definida como “ (...) o conjunto de ações que nos vários agentes sociais desenvolvem, deliberadamente, para integrarem a criança sob o ponto de vista social.” (Leandro, 2001, p.277)

Aquilo que podemos designar de “estratégias educativas das famílias” não ocorre da mesma forma em todas elas, diferenciando-se por exemplo, de acordo com os diferentes grupos sociais: “(...) poderá dizer-se que as estratégias educativas da família, além de se prenderem com o projeto familiar, no sentido de um maior investimento na integração social, o que inscreve mais na linha da tradição ou, ao invés, da individualização dos seus educandos, o que vai mais de encontro aos valores da modernidade, variam também, em função da sua condição social” (idem). A autora, aponta ainda modificações nas valorizações da família relativamente aos seus projetos educativos, recorrendo atualmente, menos a modelos autoritários e normativos, preferindo os relacionais, promovendo assim uma relação mais próxima entre pais e filhos, valorizando a importância das relações humanas e da construção de uma identidade própria, investindo no valor da afetividade.

Parece então possível, admitir-se que os pais valorizarão hoje em dia o desenvolvimento harmonioso dos seus filhos, proporcionando-lhes a construção de uma identidade própria que os conduza a um projeto individual no caminho da felicidade. É nesta medida, que os direitos da criança dentro da família assumem particular importância. Como veremos mais à frente, todas as

declarações que visam o estabelecimento dos direitos fundamentais da família incluem uma dimensão educativa e uma dimensão de desenvolvimento infantil, valorizando o conhecimento que as crianças devem ter dos seus próprios direitos como por exemplo, o de participar na tomada de decisões que a envolvam direta ou indiretamente.

Após esta análise irei explorar estes direitos, o que ajudará a compreender a realidade dos direitos da criança em contexto familiar, bem como a fundamentar e a legitimar os contextos de participação.

4.3 A Criança/Jovem como sujeito de plenos direitos: Os con(textos) para a participação

Constatamos que desde o século XVI que o estatuto das crianças dentro da família tem vindo a alterar-se. Assistia-se nessa altura, a um não reconhecimento da criança como objeto próprio de direitos, uma vez que esta se encontrava limitada pelos direitos dos seus pais sobre ela. Por outro lado, a não definição da criança como categoria social e geracional própria, e portanto, diferente dos adultos, não lhe providenciava uma identidade individual própria. E é precisamente a partir desta altura que se inicia um percurso diferente, alterando o estatuto da criança relativamente ao do adulto (Soares: 1997 p.78-79).

No início do século XX, e face às principais modificações sociais, políticas, económicas e culturais já analisadas, surgem novas condições para uma maior atenção à criança e aos seus direitos, bem como aos direitos e deveres da própria família. Assistimos durante este século, à produção dos documentos centrais nesta matéria. Saliente-se que em todos estes documentos não eram diferenciados os direitos da criança dos da família, considerando-se sempre, que esta se constituía como o núcleo central na proteção e educação das crianças. E mesmo na ausência desta, previa-se que os Estados garantiriam medidas de acolhimento e apoio.

Com a reforma da Constituição da República Portuguesa (CRP) em 1977, alteram-se algumas conceções jurídicas no tocante à família, a nível do próprio

conceito, do casamento, da relação entre marido e mulher e entre pais e filhos (ver artº 36º CRP). Centremo-nos neste último aspeto, uma vez que é aquele que mais diretamente concorre para a análise deste trabalho.

Leandro (2001) referirá alguns pontos importantes os quais, na nossa opinião, se relacionam diretamente com a conquista dos direitos da criança também dentro do espaço familiar. Um primeiro aspecto, prende-se com a relação estabelecida entre pais e filhos, sendo que uns e outros se devem mutuamente em auxílio, respeito e assistência (art.º. 1874º do Código Civil). Deixamos então de assistir a uma relação hierarquicamente superior entre pais e filhos, e segundo a autora, verificamos o reforço do papel da criança, nomeadamente quando é tido em conta o facto de que os pais a deverão orientar na sua educação e ouvir no que respeita a assuntos familiares, bem como reconhecer a sua autonomia. Veja-se neste ponto, a relação estreita destes mesmos direitos com uma das funções básicas da família, tal como a descrevemos atrás – a família deverá providenciar à criança um projeto educativo, que contemple, quer a sua autonomia, quer a sua preparação para responder aos desafios da sociedade em que se insere (ver arts. 67º e 68º da CRP). Por outro lado, a não discriminação das crianças, sejam elas nascidas dentro ou fora do casamento e a regulamentação pelo Estado da adoção, relacionam-se diretamente com o direito garantido de todas as crianças a um nome e uma família (ver artº 36º da CRP).

Não se pode, por isso, falar na conquista dos direitos da criança, sem se analisar as suas conquistas dentro do espaço familiar, tal como temos vindo a fazer ao longo deste trabalho.

Há na história, estórias que tecem até aos nossos dias os direitos da criança. Para Fernandes “importa considerar que os direitos da criança consagrados nas instituições jurídicas atuais, estão intimamente ligados à criação e ao aprofundamento das instituições democráticas (...) é a partir da implantação dos Estados democráticos que a criança como sujeito de direitos, e de direitos específicos em relação aos adultos, se começa a projetar em textos normativos (Fernandes,2003, p.2)

O(s) projeto(s) da e na modernidade, inicia assim a trama que suporta hoje a ideia da criança como sujeito de plenos direitos. Assim, “ (...) o século XVIII é o século fronteira que separa um período anterior, de desprezo, ou de desvalorização da criança (LeGoff, 1985) do período posterior onde a personalidade da criança vai ser crescentemente tida em conta quer nos processos educativos quer na proteção social e jurídica (...) sendo, sem dúvida, o século XX o mais marcante nesta evolução”. (Fernandes, op.cit:2)

O século XX, foi assim palco da mais diversa produção de documentos internacionais e nacionais, onde finalmente a criança adquiriu o papel principal no contexto das declarações, convenções e outros normativos produzidos que declaram os seus direitos. Destacam-se neste contexto e neste processo, duas instituições,” (...) a Sociedade das Nações (SDN) que vigorou entre a I e a II Guerra Mundial, e a Organização das Nações Unidas (ONU), criada na sequência deste último conflito. No total, foram três as declarações aprovadas durante o século por estas duas organizações:

- A Declaração dos Direitos da Criança da Sociedade das Nações (SDN) aprovada na Assembleia Geral de 24 de Setembro de 1924. Trata-se de uma declaração sintética de cinco artigos sem carácter vinculativo;

- A 1ª Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU, aprovada na Assembleia Geral de 20 de Novembro de 1959. É já uma declaração maior, constituída por dez princípios não vinculantes;

- A Convenção Internacional dos Direitos da Criança aprovada na Assembleia Geral de 20 de Novembro de 1989. Tem carácter vinculativo para todos os estados contratantes e consta de cinquenta e quatro artigos.

A estes textos internacionais deve ainda acrescentar-se a Carta Europeia dos Direitos da Criança, aprovada pelo Parlamento Europeu em 8 de Julho de 1992, que acrescenta alguns elementos específicos em relação à situação da criança residente na Europa”.

Para Hammarberg (1990) esta diversidade de direitos tem tendido a ser agrupada em três categorias:

- Direitos de provisão – onde são reconhecidos os direitos sociais da criança, nomeadamente aqueles associados à salvaguarda da saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura;

- Direitos de proteção – onde são identificados os direitos da criança relativamente à discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito;

- Direitos de participação – onde são identificados os direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança ao nome e identidade, o direito de ser consultada e ouvida, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito de tomar decisões em seu proveito.

O estado garante os direitos de provisão e de protecção, mas o acesso a estes é condicionado pelas características dos territórios onde as crianças e jovens estão inseridos e que serão caracterizados nos capítulos seguintes. Áreas urbanas segregadas, urbanisticamente desqualificadas e distantes dos centros, com deficientes condições de acesso a transportes públicos e a equipamentos da cidade (educativos, sociais, culturais).

Capítulo II CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E INSTITUCIONAL EM QUE DECORREU A PRÁTICA PROFISSIONAL ENTRE 1996 E 2012

1 A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA URBAN - VALE DE CAMPANHÃ (1996/2001)

1.1 Diagnóstico socio urbanístico do Vale de Campanhã

A Câmara Municipal do Porto, submeteu uma candidatura ao programa de iniciativa Comunitária Urban para o território do Vale de Campanhã, sendo aprovada em 1996 a referida intervenção. Em simultâneo, criou a Fundação

para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, para a implementação do referido programa. Neste contexto, é constituída, em Julho de 1996, a equipa de trabalho na qual fui integrada para dar início à intervenção.

O Vale de Campanhã é um território com uma área de 374.028 hectares, localizado na parte mais ocidental da cidade do Porto e da Freguesia de Campanhã, a mais extensa e a segunda mais populosa.

Em 1996 procedeu-se ao diagnóstico sócio urbanístico do Vale de Campanhã que serviu de base ao estabelecimento das prioridades de intervenção e à definição da estratégia e à estruturação de um plano de ação, identificando os seguintes problemas, recursos e dinâmicas (pág. 25, relatório final URBAN):

Económicos - Declínio da indústria; taxas de desemprego geral e de desemprego juvenil muito superiores à média da cidade e da região; precaridade do emprego e trabalho informal ou subterrâneo generalizado.

Sociais - Elevada incidência de pobreza e de exclusão social; desqualificação simbólica da área face à cidade; problemas de consumo e de tráfico de drogas.

Educação e formação profissional - Taxas elevadas de insucesso escolar e de abandono precoce; elevada percentagem de ativos sem escolaridade básica e sem um mínimo de qualificação profissional.

Urbanísticos e ambientais - Elevada concentração de habitação social, acentuada degradação do edificado, da envolvente e dos espaços verdes; descontinuidade física relativamente à malha urbana envolvente.

Equipamentos sociais - Insuficiência quantitativa e qualitativa de equipamentos e serviços de apoio social.

Como já referi, é crucial na leitura e na análise da realidade, identificar as potencialidades e todos os recursos disponíveis na comunidade para dinamizar a mesma. Desta leitura destaco:

- Existência de uma estrutura etária relativamente jovem;
- Existência da maior mancha verde contínua da cidade do Porto;

- Valioso património arquitetónico;
- Tecido associativo local extenso, diversificado e com muitas tradições;
- Vários programas e projetos de renovação e de requalificação da zona oriental.

1.2 O modelo de intervenção Urban

O modelo, integrou aspetos que iam, desde a participação das populações à constituição de parcerias alargadas (público-privado-associativo), à coordenação local e territorial de medidas de política sectorial e à articulação com estratégias gerais de longo prazo, à escala da cidade.

O Urban integrou-se na estratégia de regeneração da zona oriental, através da reabilitação dos espaços e da criação de novas infraestruturas e equipamentos sociais, e no quadro de uma estratégia de qualificação da cidade como um todo.

Esta perspetiva de atuação baseou-se numa metodologia de projeto, que deu lugar a processos abertos, flexíveis e interativos, baseados na implementação de forma participada, de uma sequência de etapas que iam do diagnóstico à avaliação, passando pela construção de estratégias e pelo planeamento e execução de ações amplamente refletidas e partilhadas pelos diversos agentes envolvidos.

Os participantes e a participação estiveram no centro do processo, procurando criar-se uma dinâmica autossustentada, onde cada um dos atores assumiria as suas responsabilidades no quadro de uma estratégia global. Por isso, a questão não foi a de saber o que é que o Urban poderia fazer pelas pessoas, mas sim o que é que estas, com o apoio dos recursos do programa, poderiam fazer por si próprias e pelo local onde viviam.

O referencial teórico das questões do (sub) desenvolvimento local, da educação, do desenvolvimento social e urbano, da pobreza e da exclusão social, atravessou permanentemente o debate interno da minha equipa de trabalho, sempre centrado na resolução dos problemas concretos suscitados pela intervenção.

O nosso entendimento da luta contra a exclusão social, envolvia várias vertentes, não podendo nunca ser unidimensional, nem unilateral.

Os processos e os fatores de exclusão são predominantemente económicos, sociais, políticos e institucionais, sem deixarem de ser também, individuais e familiares. Por conseguinte, a ação foi direcionada em diferentes sentidos. É preciso que os excluídos mudem, para se integrarem, e que a sociedade e as instituições se transformem para não excluírem, o que faz também destas e dos seus agentes, alvo privilegiado de intervenção.

Entendo que o desenvolvimento local está relacionado com um processo de qualificação das pessoas, no sentido de se assumirem como cidadãos plenamente implicados na construção da sua própria vida. Penso porém, que não basta qualificar os indivíduos, sendo igualmente importante capacitar as próprias comunidades e as instituições, o que implica formar através da ação, os atores estratégicos para a mudança (no nosso caso, os agentes educativos e os quadros associativos) e fortalecer as suas iniciativas e projetos.

Tal como a entendemos, a noção de desenvolvimento supõe o reforço do associativismo de base local.

A ideia de discriminação positiva de um território e de determinados segmentos da sua população, faz parte de uma etapa intermédia de um processo que tem progressivamente de se abrir à cidade. Assim, objetivo do programa foi abrir a zona à cidade do Porto, integrando-a física, económica, social e culturalmente na dinâmica global da cidade, uma vez que o isolamento foi, é, e será sem dúvida um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento e à integração urbana e social.

1.3 Os domínios estratégicos de intervenção e os objetivos do Urban

O objetivo geral do Urban consistia em produzir transformações ao nível sócio urbanístico, compensando défices de equipamentos e de valências sociais, através da recuperação, criação e dinamização de espaços e de estruturas de apoio à população e às instituições locais, para que estas, dotadas de

melhores condições materiais, melhorassem o seu quadro de vida e pudessem assumir mais protagonismo na resolução dos seus problemas.

Os domínios de intervenção selecionados foram aqueles que melhor poderiam suscitar mudanças qualitativas, tanto na situação das pessoas, como nas condições do meio, produzindo resultados imediatos e induzindo a médio prazo, um efeito estruturador e multiplicador:

- Melhoria das condições sociais básicas, ao nível do espaço urbano e dos elementos ambientais (reabilitação urbana, requalificação funcional dos espaços...);
- Qualificação dos recursos humanos, apoio a iniciativas de emprego e à dinamização de atividades económicas locais (informação, formação, apoio aos desempregados, ao emprego e ao autoemprego, apoio ao pequeno comércio e à implementação de quiosques e mercado de levante);
- Dinamização local e revitalização do associativismo (reabilitação e adaptação de espaços associativos e educativos e formação de quadros associativos e agentes educativos, apoio a projetos culturais, pedagógicos e desportivos).

O Programa de Iniciativa Urban Vale de Campanhã, implementou-se entre Julho de 1996 e Junho de 2001, concretizando-se nos seguintes Domínios de Intervenção: Reabilitação Urbana dos Bairros Sociais; Criação de dois equipamentos âncora (Casa das Glicínias e Quinta da Bonjóia); Dinamização Local – Associações e instituições; Educação; Animação; Emprego e formação profissional, com particular incidência nos Bairros do Cerco do Porto, Lagarteiro, S. Roque da Lameira e Eng.º Machado Vaz.

A equipa de trabalho do Urban foi responsável pela execução de um vasto número de ações e projetos dentro destes domínios de intervenção, numa lógica de trabalho de projeto em que todos (equipa base central) eram recursos e participavam na execução das diversas medidas, apesar de existirem subequipas responsáveis por áreas específicas.

Numa fase inicial, o meu trabalho centrou-se nas áreas da animação, dinamização local (associações e instituições) e na dinamização dos

equipamentos âncora (Casa das Glicínias e Quinta da Bonjóia), com articulação estrita com a educação, formação profissional e emprego.

2 A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA URBAN 2 – PORTO (2002/2008)

2.1 Contextualização e domínios estratégicos/objetivos de intervenção

Como em qualquer outro projeto comunitário de duração tão curta, era impossível consolidar todas as dinâmicas despoletadas e autonomizar a gestão dos equipamentos construídos (Casa da Brincadeira, Centro de formação, Casa do Pinheiro Grande) ou reabilitados (Casa da Bonjóia, Casa das Glicínias). Assim, com o objetivo de dar continuidade, surge uma nova candidatura de “alguma continuidade”, com as mesmas linhas orientadoras do anterior PIC, mas para um território contíguo, que poderia utilizar recursos e equipamentos do anterior, e a implementar em parceria com o Município de Gondomar.

Este período correspondeu também ao final de um ciclo político na Câmara Municipal do Porto, ao alargamento do âmbito de atuação da Fundação, que desde a sua criação se tinha cingido ao Vale de Campanhã, e legitimava agora a sua intervenção à cidade e a um fervilhar de projetos, que, alavancados pelo Urban, tinham traçado vários caminhos, reforçando o desenvolvimento do território: EQUAL, Ser Criança, Empresa de Inserção, Projeto de Luta Contra a Pobreza, entre outros.

É neste contexto que a candidatura apresentada ao “PIC URBAN 2” é aprovada para o Município do Porto, o qual delegou (novamente) a sua execução na Fundação, e que eu passei a coordenar.

A área de intervenção do URBAN 2, correspondeu tal como no anterior, à freguesia de Campanhã, mas a Nordeste, na fronteira com o Município de Gondomar, onde os sintomas da crise urbana eram mais evidentes, expressos

na degradação socio urbanística e na consequente falta de condições de vida de vários segmentos da população residente. Estes, eram particularmente visíveis em alguns dos núcleos de habitação social (S. João de Deus, Bairro Pio XII, Bairro de Contumil), com elevada extensão e gravidade dos problemas urbanos e sociais:

- Bairros municipais extremamente degradados
- Percentagem elevada de beneficiários do RMG (atual RSI)
- Predomínio de categorias profissionais desqualificadas
- Taxa de desemprego anormalmente elevada
- Numerosas situações de abandono escolar precoce e altas taxas de insucesso escolar
- Problemas de toxicodependência a minar a saúde, a segurança e a economia locais
- Presença de grupos étnicos minoritários com problemas de integração e de aceitação social
- Taxas de pobreza muito superiores à média da cidade e dos bairros municipais

Verificavam-se consideráveis défices de integração ao nível do trabalho, da qualificação profissional, da educação, da habitação, do ambiente urbano e da participação social, e carências cumulativas a ameaçar a coesão social.

Um contexto urbano pobre, social e urbanisticamente segregado, empobrece os cidadãos que o habitam e a cidade no seu conjunto. Acresce ainda uma dimensão simbólica de desqualificação, estigmatização e guetização da população e do espaço, principalmente no Bairro de S. João de Deus, constituindo este último uma situação limite de desqualificação a todos os níveis. Os problemas e as necessidades eram múltiplos e exigiam uma estratégia integrada e multidimensional.

Urban assumiu a prioridade de promover a zona Nordeste do Porto, nomeadamente os seus núcleos residenciais mais carenciados, associando-se de forma complementar a outros programas e projetos de âmbito nacional, regional e local, no sentido de concretizar uma estratégia de requalificação urbana e de desenvolvimento social.

Esta intervenção, que conjugou a ação das autarquias do Porto e de Gondomar, permitiu uma abordagem territorialmente integrada das zonas limítrofes dos dois concelhos. Os espaços de fronteira entre a cidade polarizadora e a coroa suburbana envolvente, são áreas urbanas degradadas, onde se concentram os maiores problemas de requalificação urbana e de revitalização social. A realização conjunta desta iniciativa permitiu desenhar um novo quadro institucional de abordagem das zonas urbanas em crise, o que, no contexto nacional, se reveste de um cariz inovador com potencialidades para desempenhar um papel demonstrador e piloto.

Assim, a estratégia Urban incidiu sobre uma área delimitada, partindo das suas especificidades e dos seus problemas, mas situando-se no contexto de um processo de requalificação mais amplo de toda uma estrutura urbana mais vasta, na qual se deve integrar e de qualificação da própria cidade do Porto, nomeadamente da área oriental.

Os objetivos estratégicos da intervenção consistiram em inverter a crescente tendência de desqualificação urbana e social da zona, através duma intervenção sobre os domínios essenciais para alcançar a revitalização social e económica das comunidades alvo, melhorando o seu quadro de vida e promovendo a sua integração.

Os objetivos estratégicos do Urban eram:

- Requalificar o ambiente urbano e valorizar o espaço público
- Contrariar e enquadrar o flagelo da toxicodependência
- Revitalizar o ambiente social
- Dinamizar o contexto económico
- Valorizar o contexto socioeducativo da população juvenil

A intervenção permitiu ultrapassar algumas das debilidades estruturais de zonas socioeconómicas e urbanisticamente degradadas, ensaiando e formatando, simultaneamente, novos modelos de referência para futuras operações de regeneração urbana em espaços com características idênticas.

Ao nível das debilidades urbanísticas, o projeto realizou intervenções nos bairros sociais de Contumil, Pio XII e S. João de Deus, traduzindo-se estas na

construção de uma rede viária estruturante do Bairro de S. João de Deus com o objetivo de inserir o bairro no tecido urbano da cidade, e no arranjo urbanístico dos bairros Pio XII e Contumil. No que concerne às intervenções imateriais, as mais relevantes, quer do ponto de vista do investimento, quer do público-alvo inserem-se na medida da educação e da revitalização sociocultural e desportiva e encontram-se descritas, com indicadores de realização e resultado em anexo (anexo 2).

Os modelos de referência que experimentamos e que vieram a incorporar as futuras intervenções de base territorial, centraram-se na integração de medidas de ordem física com ações de caráter imaterial, no envolvimento dos atores, na corresponsabilização da administração local e central e na execução de operações integradas e estratégicas.

A operacionalização de uma intervenção desta amplitude e com um horizonte temporal de cinco anos, implicou a sua estruturação em torno de etapas e de objetivos intermédios cuja concretização era uma condição essencial para que o projeto produzisse os impactos pretendidos. A operacionalização concretizou-se através de medidas com objetivos específicos, que corresponderam a uma execução faseada, articulando os diferentes projetos que, em vários casos, se conjugaram, complementaram e reforçaram mutuamente.

A intervenção foi estruturada em torno de três eixos estratégicos e um operacional, de assistência técnica, e materializou-se através de projetos e de programas de ação desenvolvidos no âmbito das seguintes oito medidas:

Eixo Estratégico I - Construção da Coesão do Espaço Urbano

Medida 1. Requalificação Urbana e Ambiental

Medida 2. Plataformas de Integração Social

Eixo Estratégico II – Inclusão Social e Valorização Profissional

Medida 3. Pré – Formação, Formação Profissional e Promoção do (Auto) Emprego

Medida 4. Valorização das atividades económicas locais e promoção da capacidade empresarial

Medida 5. Prevenção da toxicodependência

Eixo Estratégico III – Revitalização social, cultural e desportiva

Medida 6. Educação

Medida 7. Promoção da vitalidade sociocultural e desportiva

Medida 8. Participação e cidadania

Eixo Operacional – Assistência técnica

2.2 Os resultados da intervenção Urban

A zona de intervenção em geral, e em particular os núcleos que foram alvo de ações de reabilitação urbana e de implementação de novos equipamentos sociais, oferecem hoje condições materiais que melhoraram visivelmente o quadro de vida e conforto da população, oferecendo além disso, melhores condições para o seu desenvolvimento integral, bem como para o reforço da sua identidade, autoimagem e inserção social. No entanto, apesar destas enormes transformações, estes núcleos continuam a ser conotados negativamente e excluídos, na cidade.

A degradação urbana, desvaloriza, não só a imagem social das populações que residem em determinadas zonas da cidade, como degrada a própria auto imagem dos seus moradores. Com a ação do Urban, a zona oriental passou a oferecer, por um lado, melhores condições para a ocupação lúdica, recreativa e cultural dos tempos livres, e para a implantação de atividades económicas nos espaços reabilitados. Por outro lado, conseguiram-se progressos evidentes no que respeita à reabilitação simbólica da zona, uma vez que foi possível mostrar o lado criativo das pessoas, que, tendo-se envolvido diretamente na reabilitação do espaço que habitam, viram nesse facto uma oportunidade de afirmação positiva e de reforço da auto estima (Ex: Azulejaria Comunitária).

O caso mais emblemático, foi o da reabilitação do Bairro do Cerco, através da manifestação demonstrada pelos residentes na recuperação do gosto em morar naquele espaço.

A partir da reabilitação e da requalificação urbana, criaram-se oportunidades de animação e de desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, as quais têm, por sua vez, constituído a base da sua animação e revitalização.

Suscitaram um movimento de reapropriação e de identificação com o espaço reabilitado (visível principalmente no Bairro do Cerco e na Casa das Glicínias e zona envolvente) que se tem vindo a fortalecer e a consolidar, e que foi um fator decisivo para a sua preservação.

Houve domínios, nos quais o projeto foi responsável direto pela criação de postos de trabalho. Começou por proporcionar oportunidades de emprego e estágio para jovens licenciados, mas também, trabalho para um leque muito diversificado de trabalhadores qualificados e semiqualeificados, integrando cerca de 28 desempregados nos quadros da Fundação, na estrutura técnica operacional e nos serviços e respostas sociais dos equipamentos criados, no âmbito do Urban.

A aproximação integrada aos problemas locais, significou na prática e no curto prazo, que a par e na sequência das ações de reabilitação urbana, se tenham criado oportunidades de formação e de criação de novos empregos, que garantiram não só a inserção profissional de pessoas desempregadas, mas também a preservação e a revitalização dos espaços reabilitados. No médio prazo, numa perspetiva de abertura e integração sócio urbanística da zona, importava atrair a atividade económica e favorecer o estabelecimento de microempresas. No Urban I dinamizamos 13 cursos de formação profissional (a maioria com dupla certificação) que qualificaram cerca de 114 pessoas, na sua maioria jovens desempregados e/ou com abandono escolar precoce, tendo o projeto integrado em posto de trabalho, 234 pessoas.

Globalmente, as condições entretanto criadas, tanto no plano material como no da qualificação dos recursos humanos, melhoraram a atratividade da zona. Longe de ter terminado, o processo iniciado com o Urban permitiu melhorar as condições e implementou uma maior dinâmica para continuar e para se aprofundar, abrindo-se à cidade.

Quanto aos efeitos do projeto sobre os beneficiários diretos das ações imateriais, designadamente os estratos socioeconómicos mais desfavorecidos, foi possível evidenciar toda a sua influência local e capacidade transformadora.

Esta, implicou transformações qualitativas ao nível das capacidades e competência individuais, tendo sido impactadas no plano educativo,

profissional e social, sobretudo no médio prazo, particularmente explícito nos ateliers de pré formação, que constituíam uma resposta intermédia e organizada entre os contextos informais e as respostas tipificadas e formais, permitindo a aquisição de saber-fazer através da experimentação, numa lógica de pré-formação profissional, em atividades preparatórias da integração ou formação profissional.

Mesmo existindo indicadores de mudança, reveladores de um sucesso imediato, importa ter presente que a consolidação dessa mudança depende de vários fatores, alguns deles incontrolláveis e imprevisíveis, desde a evolução do contexto local, passando pelas trajetórias individuais, até às oportunidades económicas e sociais, gerais. Porém, houve mudanças que permaneceram independentemente das circunstâncias externas aos indivíduos. Efetivamente, as pessoas podem não dominar os acontecimentos, mas conseguem dominar melhor a sua resposta aos mesmos, se tiverem maior confiança em si próprias para lidar com as situações.

Tudo isso, foi promovido e exercitado nos projetos em que participaram. Hoje, têm recursos que não tinham antes, têm informação, têm capacidade para procurar recursos e para criar relações. A influência do projeto não terá sido determinante em muitos casos, mas não foi, seguramente, irrelevante, na maior parte deles.

Os grupos-alvo de intervenção não se limitaram aos setores mais desfavorecidos, pois foi assumido com esta opção, que o processo de integração para ser bem-sucedido não podia ter um sentido único, tendo que ser capaz de mexer também com as instituições e com os seus agentes de forma a capacitá-los para promoção de práticas integradoras levando-os a assumirem-se como parte dos processos de integração. Os encontros inter associativos, os fóruns educativos, os programas de formação e valorização dos agentes educativos e quadros associativos, o apoio a projetos de escola e a melhoria dos espaços (escolares, associativos, institucionais) e equipamentos, foram ações que permitiram apoiar e reforçar algumas destas mudanças institucionais:

- Distanciamento dos problemas individuais e participação na construção de soluções para os problemas locais;
- Crescente aprendizagem da partilha de equipamentos e recursos;
- Apresentação de projetos inovadores;
- Trabalho em rede

Fez parte da pedagogia do projeto, uma preocupação com a responsabilização coletiva a qual procurou sempre afirmar-se teoricamente, progredindo na prática quotidiana. Isto contribuiu para desenvolver uma cultura de projeto que se foi progressivamente interiorizando e que fortaleceu o partenariado local, criando novas relações interinstitucionais e parcerias estáveis, minimamente organizadas. Esta, foi sem dúvida alguma, uma das principais heranças que o Urban deixou no terreno, e que teve um efeito multiplicador, tornando-se um dos principais fatores de sustentabilidade futura, nomeadamente no que respeita às práticas de intervenção, passando estas a ser muito mais integradas, convergentes e participadas do que eram anteriormente.

As novas condições materiais e imateriais, concretizadas em novos equipamentos, projetos, parcerias e dinâmicas sociais e comunitárias, constituíram uma garantia de sustentabilidade, que precisou no entanto de ser continuamente alimentada e fortalecida por todos os agentes envolvidos, começando desde logo, na população residente, passando pelos técnicos, pelas instituições e pelos responsáveis políticos.

3 INICIATIVA BAIROS CRÍTICOS IBC - OPERAÇÃO LAGARTEIRO (2008 – 2012)

3.1 Caracterização do Território

A Iniciativa Bairros Críticos, criada em Dezembro de 2005, assumiu como prioridade a intervenção integrada num território específico situado na zona oriental da cidade do Porto – Bairro do Lagarteiro.

O Bairro do Lagarteiro é constituído por 446 fogos com cerca de 1766 habitantes. A construção foi efetuada em duas fases, tendo a primeira sido concluída em 1973, e que contemplou 248 fogos, e a segunda em 1977, constituída por 198 fogos, num total de 13 Blocos.

O Bairro do Lagarteiro, situa-se na zona oriental da cidade do Porto, é constituído por 446 fogos com cerca de 1766 habitantes. A construção foi efetuada em duas fases, tendo a primeira sido concluída em 1973, e que contemplou 248 fogos, e a segunda em 1977, constituída por 198 fogos, num total de 13 Blocos.

O Bairro do Lagarteiro, resultou de uma mera ocupação de terrenos disponíveis na zona mais periférica da cidade, sem acessibilidades nem equipamentos e desarticulada da malha urbana envolvente, nomeadamente da zona de Azevedo de Campanhã. Assim, este conjunto habitacional constituiu-se à partida, de forma segregada e fragmentada, sem coerência morfológica e internamente desarticulado.

A população apresenta uma composição etária jovem, com uma média etária de 35 anos (37,8% tem menos de 25 anos), no entanto 9,8% das famílias são compostas exclusivamente por indivíduos com 65 ou mais anos. Atendendo a este facto, estes agregados estão mais sujeitos a situações de pobreza, isolamento social, dependência e doença.

No bairro predominam as estruturas familiares de grande dimensão, múltiplas e monoparentais, fenómenos resultantes da dependência económica, social e residencial de familiares próximos e da gravidez em mulheres muito jovens (18-22 anos).

Os níveis de qualificação escolar são extremamente baixos, com uma população residente que limitou a sua frequência escolar ao ensino básico e principalmente ao 1º ciclo, situação que se traduz numa qualificação e inserção profissional de elevada fragilidade face aos desafios do emprego.

As ocupações profissionais dos residentes que trabalham por conta de outrem (90,1%), correspondem a funções administrativas ou comerciais nas empresas, e a atividades operacionais (operários, trabalhadores indiferenciados)

correspondendo geralmente, a trabalho pouco qualificado (empregados de balcão e de armazém, empregadas de limpeza, operários da construção civil, motoristas, seguranças, costureiras, eletricitas, serralheiros, etc.), sendo estas profissões marcadas por baixos níveis de qualificação. No plano da desocupação profissional, as características do desemprego são vincadamente negativas, quer pelo elevado número de desempregados, quer pela falta de perspectivas de encetar uma nova atividade profissional, devido aos baixos níveis de qualificação, e ao facto de por vezes estarem associados a atividades na economia informal e ao auferimento de prestações sociais.

Para além das questões sociais que caraterizam o território, e que são semelhantes a outros territórios em contextos de exclusão, existiam dois problemas estruturais no bairro: o fechamento e a segregação social e urbana, e a ausência de instituições de base local. Tratava-se de um território desintegrado da malha urbana envolvente e caracterizado pelo seu afastamento relativamente à cidade. Representado como um espaço segregado, económica, social, urbanística e culturalmente, face à cidade. Sendo uma das suas principais características, quando comparado com o Concelho do Porto, ou mesmo com os dados nacionais, a predominância de jovens e de estruturas familiares de grande dimensão.

Ao longo das últimas décadas, o bairro esteve expectante face a um conjunto de intervenções de carácter sócio urbanístico, que nunca chegaram a ter intervenção material no território, como foi o caso do programa URBAN - Vale de Campanhã, a construção do Centro Social do Lagarteiro e a descontinuidade do projeto de Luta Contra a Pobreza.

O esquema seguinte, ilustra as principais dimensões que ressaltam do diagnóstico:



Para além das questões enunciadas no esquema, podemos sintetizar os problemas do Lagarteiro em torno de sete dimensões estruturantes e interligadas:

- Segregação sócio espacial e autofechamento*
- Degradação do edifício, dos espaços coletivos e acessibilidades deficientes*
- Velhice fragilizada e monoparentalidade materna*
- Insegurança: criminalidade e toxicodependência*
- Fracos níveis de escolaridade e de qualificações profissionais conjugam-se com altos valores no desemprego*
- Cultura de pobreza e assistência reivindicada*
- Ausência de base institucional*

Para além dos problemas, o território do Lagarteiro encerrava em si também um conjunto de potencialidades, não negligenciáveis, que foram perspetivadas enquanto vantagens, no quadro do programa de intervenção a implementar. Resultantes da disponibilidade do espaço na envolvente, da existência de um projeto de investimento urbanístico-ambiental pensado para a sua envolvente, da pequena dimensão do bairro e, consequentemente, das fortes redes de

vizinhança e de solidariedade existentes e da concentração de grupos sociais muito jovens, podiam ser sintetizadas nas seguintes dimensões:

- a) Existência de espaço de qualidade e disponível no bairro e na envolvente*
- c) Redes de solidariedade e vizinhança e sentimento de pertença*
- d) População muito jovem*

Uma vez que se trata da minha experiência profissional mais recente e que introduz novas formas de governança e de um modelo de trabalho interministerial, centrar-me-ei nesta intervenção.

No próximo capítulo pretendo apresentar as atividades desenvolvidas, com enfoque naquelas realizadas com as crianças e jovens, analisando-as à luz dos modelos teóricos e metodológicos que definem a prática do serviço social e concomitantemente o perfil e as funções inerentes, num contexto de intervenção comunitária.

Capítulo III REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA: PISTAS QUE A ANÁLISE REFLEXIVA PERMITE APONTAR

1 DESENHO DO PLANO DE INTERVENÇÃO - A TEORIA NA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

A inscrição da teoria no campo da intervenção profissional dos assistentes sociais, é consumada sobre a forma a que Payne (2002) e Viscarret (2007) denominam, modelos de Intervenção, os quais se definem tendo por base:

- Os **fundamentos teóricos** onde se suportam;
- Os **elementos de análise** que explicam a sua aplicação a uma determinada realidade;

- Os **elementos filosóficos**, ideológicos e valores implícitos que lhe estão associados;
- Os **elementos metodológicos** que vão acompanhar a utilização da teoria seleccionada, e os **elementos funcionais** que vão permitir avaliarem os resultados obtidos. (cit. Mouro, 2014, p. 35,36).

Como refere Mouro (2014) a relação entre serviço social e teoria singulariza-se por, paradoxalmente, se ter empenhado em dar sustentabilidade às práticas profissionais.

A presença destes elementos na conceção da Iniciativa Bairros Críticos (IBC), criada em Dezembro de 2005, é visível na definição do seu propósito: contribuir para a operacionalização de uma linha estratégica da Política das Cidades, orientada para a integração socio-urbanística de territórios apresentando fatores de vulnerabilidade crítica.

A Iniciativa pretendia ser uma resposta territorializada, que sem rejeitar a experiência e o conhecimento de iniciativas urbanas precedentes, procurou no entanto, demarcar-se dos anteriores programas de intervenção (Urban, IORU, Polis) sublinhando as diferenças fundamentais que lhe conferiam uma especificidade própria e uma vocação inovadora e experimental, que era, a de estimular e testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas inovadoras, integradas e participadas e procurar a concertação e a otimização dos atores e da ação pública em intervenções integradas. Pretendia-se por conseguinte, ter um maior alcance, suprimindo algumas das dificuldades metodológicas e processuais das ações precedentes, com vista a assegurar a *“sustentabilidade das ações, a durabilidade dos resultados e a perenidade dos seus efeitos, sem dependência permanente de recursos públicos”* (RCM nº 143/2005). Para atingir esse desiderato, assentou num conjunto de pressupostos que foram apropriados e incorporados na prática dos projetos locais e integrados na gestão corrente da iniciativa, ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento das intervenções.

A IBC foi operacionalizada a partir da intervenção em três territórios claramente diferenciados: Cova da Moura (Amadora), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto) e assentou num conjunto de pressupostos que foram

apropriados e incorporados na prática dos projetos locais e integrados na gestão da IBC, e que passavam entre outros, pelo envolvimento interministerial formalizado, no sentido de assegurar a concertação das iniciativas e a definição das prioridades, pela participação (construção coletiva) dos parceiros locais na definição e na conceção dos planos de intervenção (formalizados em protocolos de parceria – anexo 2) e pelo desenvolvimento de parcerias e mobilização de diferentes atores aos vários níveis, quer em matéria de modelo de financiamento, quer no que se refere aos modelos de gestão dos projetos.

Com a Iniciativa “Operação de Qualificação e Reinserção de Bairros Críticos”, correntemente designada de “Iniciativa Bairros Críticos” (IBC), o governo pretendia criar um painel de metodologias, instrumentos e modelos de intervenção passíveis de poderem ser objeto de transferibilidade e aplicação alargada.

Para Mouro (2014), quando se opta pela seleção da teoria que irá orientar a intervenção profissional, esta pode ser uma teoria de longo alcance ou de médio alcance, sendo que esta última se diferencia das anteriores por estar correlacionada com universos específicos de intervenção social, como por exemplo a violência doméstica. A “teoria de longo alcance”, é aquela que influencia a forma de pensar e refletir a situação, o problema, ou a política de intervenção. Neste contexto, o programa assumiu na sua conceção os contornos da “teoria de longo alcance”, um conjunto de princípios orientadores da ação e do trabalho de cada ator envolvido na intervenção, nomeadamente através da assunção de realizar uma intervenção com os seguintes pressupostos:

- Projetos integrados de base sócio territorial;
- Focalização no território;
- Envolvimento e participação dos atores locais na implementação, mas também na conceção;
- Mobilização de novas formas de financiamento;
- Coordenação estratégica e parceria;
- Sustentabilidade e durabilidade dos resultados, designadamente através da criação de redes que giram sinergias e que propiciem a racionalização de recursos;

- Intervenções orientadas para a inovação e com capacidade de impacte estrutural;
- Avaliação *ongoing* e monitorização.

Perspetiva-se desde logo, na assunção destes princípios orientadores, a sistematização de modelos de práticas profissionais. De acordo com Mouro (2014), as práticas profissionais na sua dimensão política, podem ser: Controladoras, Reguladoras e Propositivas. Não hesitamos em situar esta prática profissional nas práticas propositivas as quais se distinguem, segundo a autora, por “desvalorizarem a dimensão executora do Serviço Social em detrimento de uma potenciação de empowerment. Desenvolvem-se com base na construção de competências individuais e sociais, as quais conduzem a uma interação na mudança, tanto ao nível da realidade do sujeito, como ao nível do contexto social onde o mesmo se insere (...) e distinguem-se das restantes praticas, por:

- investirem na preparação do sujeito para a tomada de decisões;
- construir alternativas viáveis à redução, no tempo e no espaço, dos danos ou privações sociais com que as pessoas se confrontam;
- garantirem o respeito e a compreensão;
- valorizarem a capacidade crítica de qualquer sujeito;
- se sustentarem numa dimensão projetiva como meio de ultrapassarem as vivências instaladas. (Mouro, 2014, p.52, 53) ”.

A IBC, foi assim uma iniciativa experimental que pretendeu criar dinâmicas locais para o desenvolvimento, através da concretização de abordagens inovadoras, testando especialmente novas metodologias e instrumentos de gestão, financiamento, governança e gestão urbana integrada, susceptíveis de contribuir para a inovação nas políticas urbanas. Como afirma Esgaio: “o atual contexto económico e social reforça (...) a necessidade de utilização de estratégias comunitárias em paralelo com as restantes estratégias de intervenção, analisando e intervindo de forma integrada sobre os problemas sociais que afetam os agregados populacionais.” (Esgaio.2014, p.209).

Com base no diagnóstico consensualizado, foi possível (entre Maio e Julho de 2006) definir um plano de intervenção para o Bairro do Lagarteiro, assente em 3 eixos de intervenção, com o objetivo estratégico de promoção de uma mudança baseada na animação dos atores locais, enquanto:

- i) Estratégia para a requalificação sustentada do território
- ii) Estratégia para o envolvimento dos indivíduos
- iii) Modo de promoção da vivência quotidiana dos espaços públicos e de reinserção do bairro na Cidade.

Estratégias consonantes com o conceito de “comunidade competente” (Ornelas 2002), já referido no capítulo 1 deste trabalho, aquela que utiliza, desenvolve e obtém recursos, incentivando o desenvolvimento de capacidades e qualidades dos indivíduos, em vez de sobre enfatizar os seus défices e/ou os da própria comunidade.

Mas como intervir para conseguir capacitar comunidades frágeis, tornando-as capazes de identificarem as suas potencialidades, para que se tornem autónomas e suscetíveis de providenciar o crescimento pessoal e coletivo de todos os seus elementos?

Para responder a esta questão foram definidos os objetivos gerais da Intervenção: abertura do bairro à cidade e vice-versa, diminuindo o efeito de gueto; melhoria da sua imagem e da qualidade urbana; aumento da qualidade de vida da população residente; melhoria das expectativas de vida dos residentes e reforço das competências individuais e coletivas, numa lógica de empowerment, operacionalizados nos seguintes objetivos específicos:

1. Requalificar urbanisticamente o bairro
2. Promover a qualificação dos alojamentos habitacionais
3. Resolver carências funcionais
4. Melhorar os níveis de mobilidade
5. Dinamizar as redes de relacionamento com a cidade
6. Criar e animar espaços de sociabilidade

7. (Re)construir um clima de segurança e de enraizamento
8. Densificar os espaços de concertação social numa base intergeracional
9. Aumentar a autoestima e o empreendedorismo de base local
10. Reforçar os níveis de escolaridade e de formação dos residentes
11. Melhorar os níveis de ocupação e promover a qualificação profissional
12. Aumentar a capacitação institucional e os níveis de participação

Na definição dos objectivos, é visível a utilização de modelos de intervenção que definiram as opções teóricas, metodológicas e estratégicas da construção do plano de intervenção da IBC. A complexidade envolvida num processo desta natureza, visível nas características atrás enunciadas situa esta intervenção profissional numa encruzilhada de modelos.

Para os explicitar, adota-se a nomenclatura utilizada por Mouro (2014, p.43):

Modelos de Intervenção Profissional	Principais características
Advocacia	“(…)Defesa dos Direitos Sociais de todas as pessoas que são vitimas de exclusão ou de discriminação por parte da sociedade, das entidades politicas e governamentais, pelas instituições publicas ou privadas e muitas vezes pelos próprios pares (...) centrada na defesa da cidadania (...) na capacitação como meio de integração social. Necessita de um grande domínio ao nível do conhecimento da legislação e regulamentação jurídica.”
Coaching Social	“(…) Desenvolve o exercício do aconselhamento social . O objetivo central passa por criar um processo de trabalho que associa acompanhamento com aconselhamento e tutorização. Utiliza o relacionamento como dispositivo para, sem ferir os aspetos éticos, refletir com a pessoa sobre os seus problemas (...) o acompanhamento implica

	regularidade (...) tem uma dimensão propositiva, tendo como finalidade a construção de uma autonomia.”
Intervenção Comunitária	“(…) intervenção que se singulariza por se sustentar numa conexão de teorias entre as quais se integra a de redes complexas, a de comunicação e a dos papéis sociais. É um modelo de intervenção de largo espectro (...) podendo ter como epicentro um grupo, a finalidade é envolver toda a comunidade na construção de um projeto de desenvolvimento social e humano. Tem um caráter promocional e educativo ”

A utilização dos diferentes modelos é visível na definição de três eixos de Intervenção, os quais garantem uma visão sistémica da realidade, excluindo análises redutoras e causalidades lineares, articulando as dimensões (urbana, económica, social e cultural), de forma integrada: Intervenção no espaço físico com o envolvimento da comunidade (Eixo 1); trabalho com grupos sociais específicos na defesa dos direitos sociais e na capacitação, como meio de integração social (Eixo 2); promoção da participação dos diversos atores e parceiros locais, no quadro de um projeto comum partilhado por políticos, técnicos e cidadãos (Eixos 2 e 3).

Apresenta-se de seguida uma síntese das principais iniciativas/atividades que corporizaram o Plano de **Intervenção IBC – Operação Lagarteiro** (anexo 3):

Quadro 2

EIXO 1. Requalificação Urbanística e Ambiental do Bairro

1.1. Reabilitação/Conservação

Edifícios

a) Reabilitação das partes comuns dos edifícios

1.2. Reabilitação e Manutenção de Espaços de Habitação a) Reabilitação física de frações habitacionais devolutas. b) Apoio e mobilização dos residentes para a reparação e remodelação do interior dos fogos de acordo com o programa municipal “Casa como Nova”. c) Reabilitação física do interior dos alojamentos sempre que tal se mostre necessário e não se encontre no âmbito do programa “Casa como Nova”. d) Disponibilização aos moradores de um Manual da Casa: uso, fruição e manutenção.

1.3. Novos espaços públicos ou coletivos a) Qualificação e reorganização urbanística de novos espaços públicos no bairro. b) Promoção de acessibilidades que articulem o bairro com o seu exterior (via pedonal e rodoviária). c) Desenvolvimento de ações de sensibilização para a “Manutenção e Vivência dos Espaços Públicos”.

1.4. Novos equipamentos no bairro e na envolvente do bairro a) Sede do projeto – a ativar; b) Espaço(s) ANIMAR – a ativar; c) Centro social de Azevedo.

EIXO 2. Promover uma Cidadania Ativa

2.1. Saúde É Vida a) Ações dirigidas à problemática das dependências e outras manifestações de exclusão social. b) Ações saúde e família: cuidados intergeracionais.

2.2. Segurança Ativa a) Núcleo de Segurança Comunitária. b) Iniciativas de mediação familiar e comunitária.

a) Nós e o Ambiente: promover o desenvolvimento da educação para a cidadania ambiental. b) Educar para a Arte (1.º Ciclo e pré-primária). c) Eu sou Capaz: Promoção de projeto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das potencialidades. d) Férias Grandes. e) Escola Acessível. f) Tempos livres para o sucesso escolar.

2.3. Escola Em Rede

2.4. A.N.I.M.A.R. – Atrair, Negociar, a) E-Bairro – Criação de uma Plataforma de Incentivar, Mobilizar, Ativar, divulgação das TIC's. b) Oficinas (de) Vida – Reinserir implementação de espaços destinados à prática de desportos, dança, expressão plástica, artesanal, de fotografia, de teatro, de música, etc. c) Oficina da Criança - espaço destinado ao desenvolvimento de atividades lúdicas e de dinamização do tempo livre. d) Preparação do espaço de convívio e lazer para a população. e) Bairro (Com) Vida - promover uma oferta sistemática de manifestações artísticas. f) Desporto é Futuro. g) Eco Bairro. h) Aprenditeca. i) Lagarteiro Mix – Rádio Comunitária. (Pro)habilidades Sociais

2.5. Comunidade Empreendedora a) Criação do Gabinete/equipa de Emprego e Empreendedorismo do Lagarteiro

EIXO 3. Questões Operacionais, Participação, Proximidade, Informação

3.1 Criação gabinete técnico local.

3.2 Avaliação, monitorização, apoio técnico.

3.3 COP's, E-Learning.

3.4 Seminários apoio técnico/Formações específicas locais.

3.5 Documentário/sistema de comunicação.

O plano de ação do Lagarteiro (novembro de 2008 e abril de 2012) centrou-se em **3 Eixos** de intervenção: o **Eixo 1** que concentrou toda a intervenção de carácter mais urbanístico, o **Eixo 2** que teve o seu enfoque no desenvolvimento de um conjunto de dinâmicas imateriais, com o qual se pretendeu por um lado, potenciar e fazer emergir as competências e recursos daquela comunidade, tanto ao nível individual como ao nível das entidades interventivas no território,

e por outro lado, potenciar as sinergias de um trabalho em rede e de co construção das respostas necessárias, e por último, o **Eixo 3** como suporte de toda a intervenção, garantindo uma gestão adequada de recursos humanos (formação/capacitação), bem como todo o processo de monitorização e de avaliação do processo de intervenção. Este eixo foi transversal aos três territórios (Lagarteiro, Cova da Moura e Vale da Amoreira).

Tendo estado presente nas três intervenções (Urban 1, Urban 2 e IBC), constatei que foi na Intervenção IBC que foram conseguidos os melhores resultados no processo de diagnóstico participado, identificando à partida, três situações que concorreram para o seu sucesso: a dimensão mais reduzida do território, o recurso a metodologias mais qualitativas, e o facto de ser a mesma equipa a fazer o planeamento e a execução.

1.1 Constrangimentos sentidos na relação entre a teoria e a prática profissional

Explicito neste ponto, os constrangimentos sentidos ao longo desta experiência na fundamentação/assunção teórica da intervenção. Reconheço, que a minha atividade profissional tem sido desenvolvida maioritariamente em projetos de desenvolvimento local/intervenção comunitária, situação que me permite pensar, fazer e partilhar a intervenção de uma forma (con)sentida e crítica e que a construção deste “saber-fazer” é já reconhecida pelos pares e, institucionalmente.

Reconheço também, a continuidade e a congruência entre teoria e prática nos princípios gerais que definiram a existência da IBC e as estratégias definidas para a sua operacionalização.

Contudo, no trabalho de concetualização/reflexão da minha prática, exigido para este efeito, tive a necessidade de procurar mais informação que validasse o meu quadro teórico de referência, sentindo neste momento, aquilo que Fook refere quanto “ (...) à forma como falamos da teoria e da prática como se fossem duas entidades opostas e separadas ou como se pertencessem a duas categorias muito diferentes. Está implícita quando falamos de “integrar teoria e

prática”, como se fosse algo que tenha de ser ensinado ou aprendido, em vez de ser um fenómeno natural.” (2014, p.269).

Estas e outras situações da relação teoria e prática, restringem “(...) o aceso à construção das nossas próprias teorias (...). Teoria, prática e a forma como concetualizamos e agimos com base nesse entendimento, são em grande parte da nossa responsabilidade. Reconhecê-lo, pode ser um grande passo para melhorarmos a forma como compreendemos pessoas e situações, e como lhe respondemos.” (Fook, 2014, p.272).

Este sentimento pode ser justificado por aquilo que afirma Granja, para quem “Os profissionais confrontam-se com a pertinência do seu saber diante da grandeza dos seus problemas e acham-no sempre insuficiente para uma prática que se exerce na complexidade das relações sociais, na instabilidade, na particularidade e no conflito de valores. Os sentimentos de ignorância e a fragilidade das teorias para ajudar a ação estão sempre presentes e os espaços de reflexão e critica sobre a ação profissional são reduzidos” (Granja, 2104, p.70).

2 EIXOS ESTRUTURANTES DA INTERVENÇÃO NO BAIRRO DO LAGARTEIRO: DESAFIOS À RE (S)SIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Neste ponto de trabalho ambicionamos dar a conhecer os projetos, ações e atividades que foram desenvolvidas com as crianças e jovens, sabendo à partida, que nesta descrição do trabalho realizado é difícil mostrar toda uma teia de ações, sentimentos e emoções que atravessam a intervenção, como refere Granja no texto supracitado, uma prática que se exerce na complexidade das relações sociais, na instabilidade, na particularidade e no conflito de valores. (Granja, 2104. p.70). Neste sentido, pretende-se que esta narrativa espelhe todos os aspetos teóricos, metodológicos, princípios e valores e a cultura interdisciplinar e transdisciplinar que informou esta experiência, nomeadamente:

- Criação e dinamização de um modelo de governação e a presença de diferentes níveis da administração central e local;
- Interdependência e simultaneidade das ações, apesar de estarem agrupadas em três eixos de intervenção;
- Visão sistémica da realidade que exclui análises redutoras e causalidades lineares;
- Articulação das dimensões, urbana, económica e social, que são trabalhadas integradamente;
- Explicitação das estratégias para garantir a cooperação e o consenso entre os diferentes agentes;
- Processos de participação de “todos” os atores, com ação ou com responsabilidade de intervenção local;
- Estratégias que garantiram a construção de espaços de crescimento e desenvolvimento social, verdadeiras oficinas do saber fazer, pensar e ser, espaços do exercício e de promoção de uma “ Cidadania Ativa” (tema orientador do segundo eixo).

Construímos um itinerário para a apresentação das atividades com base na proposta apresentada por Carmo: “Rotas de intervenção social” (Carmo, 2014, p.119), que define os níveis de intervenção social prioritários:

1. Ao nível macro – promoção de uma **cultura de solidariedade e recriação de comunidades** para restaurar os sistemas de vinculação;
2. Ao nível organizacional (meso) - particularmente no espaço educativo, organizar **parcerias autossustentáveis** entre escolas e instituições das comunidades envolventes (autarquias, forças de segurança, serviços de saúde e de segurança social, IPSS, associações de cultura e recreio);
3. Ao nível micro – relações grupais e interpessoais, a implementação de programas de desenvolvimento da **autonomia (personalidade e liderança)** e da educação para a democracia.

Inspirada nesta proposta, apresento as ações agrupadas por níveis (macro, meso e micro), considerando contudo, que todas as respostas constituem contributos para a definição de um “Mapa concetual representativo de uma estratégia de educação para a cidadania” (Carmo, 2014, p.117).

Para Carmo (2014) “(...) a eficácia do serviço social como instrumento de educação para a cidadania decorrerá inevitavelmente da convergência entre o que os seus profissionais **souberem, disserem e fizerem**, ou seja, da **autenticidade** da profissão e da **integridade** dos profissionais (...). Este papel indissociavelmente ligado à profissão desde o seu início, será determinante para a sustentabilidade do Serviço Social como profissão” (Carmo, 2014, p. 126).

Ao nível macro, com vista à criação de uma cultura de solidariedade e orientando a intervenção para a melhoria objetiva das condições de vida da população, agrupamos as ações que apoiam a sustentabilidade das famílias e estimulam a inclusão e a justiça na comunidade, através da requalificação urbanística e ambiental do bairro e das ações orientadas para a promoção da saúde e da segurança.

No nível meso integra-se todo o trabalho de capacitação e consolidação da rede de parceria, desde a fase de diagnóstico, elaboração do plano de ação partilhado, execução e avaliação, numa lógica de construção coletiva. Para se criar parcerias autossustentáveis, os parceiros sociais, económicos e a sociedade civil, têm que participar neste desenvolvimento local de base comunitária, reforçando as suas capacidades com vista a essa participação. No Lagarteiro, o envolvimento de todos os agentes na parceria com a administração pública constituiu a base de uma verdadeira representação dos interesses e das necessidades desta comunidade, e dos seus cidadãos.

Ao nível micro, assinalamos as atividades desenvolvidas ao longo da intervenção, denominadas no plano de ação como aquelas que promovem a Cidadania Ativa (Eixo 2) com crianças e jovens, mas também, as desenvolvidas com adultos, pois como refere Carmo (2014) “Qualquer programa de educação para a cidadania deverá ter em conta que para se ser cidadão, é necessário que cada um se desenvolva como pessoa, isto é, fazer desabrochar o seu potencial individual. Mas, esse potencial individual de nada serve se não for posto ao serviço da comunidade (...)” (Carmo, 2014, p. 117).

2.1 A Educação para a Cidadania na recriação da comunidade – Ações realizadas de nível macro

Foi realizado um conjunto de ações materiais e imateriais, tendo a componente material sido concretizada em quatro dimensões de intervenção: reabilitação do edificado; apoio aos moradores para a reabilitação dos fogos e a reabilitação do espaço público do bairro, e construção de novos equipamentos sociais.

Na **reabilitação do edificado**, uma ação muito dependente de parceiros específicos (Empresa Municipal Domus Social, Empresa Municipal de Gestão de Obras Publicas da Câmara Municipal do Porto, IHRU e PROHABITA) que financiavam a reabilitação, houve necessidade de gerir muitos imprevistos, não tendo a obra, por essa razão, sido realizada no tempo previsto. A decisão de descontinuidade da intervenção de reabilitação do edificado, quando parte do bairro tinha já sido intervencionado, gerou desconforto entre a população, e na relação desta com as instituições, por ser difícil de entender porque é que só parte do Bairro tinha sido objecto de reabilitação. Esta situação gerou ‘boatos’ de suposto favoritismo de uns moradores em relação a outros, para além de reforçar a ideia de que, uma vez mais, as intervenções naquele bairro seriam sempre descontinuadas, acentuando o estigma e o descrédito dos seus habitantes. As intervenções nos blocos 10 a 13, só foram concluídas em 2015, tendo a Câmara Municipal assumido esta reabilitação.

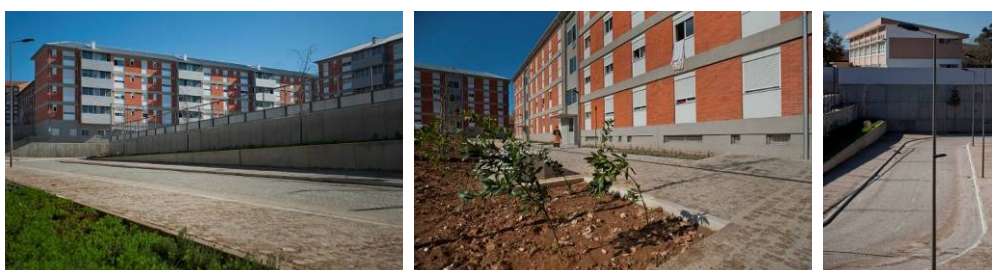
A **reabilitação nas habitações** foi fundamental e estruturante em toda a intervenção, uma vez que se tratava de um conjunto habitacional com cerca de 40 anos, com as infraestruturas muito degradadas e sem ter sido alvo de qualquer manutenção ao longo de décadas.

Complementarmente à intervenção no edificado, procedeu-se a uma operação de requalificação e reorganização do espaço público, com a criação de novas acessibilidades ao bairro, infraestruturas e desenvolvimento de ações de âmbito imaterial que visavam potenciar novas vivências e apropriações do espaço.

A intervenção a este nível permitiu:

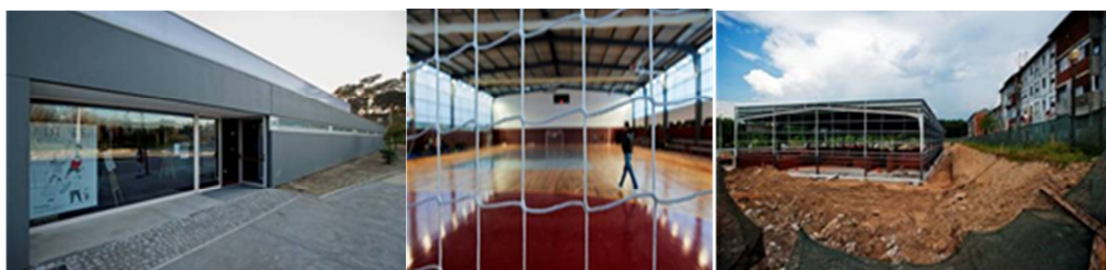
- Criar ligações viárias internas no bairro;
- Requalificar o ringue desportivo, situado no centro do Bairro, colocando bancadas e relvado sintético;
- Criar uma nova acessibilidade entre o bairro e a zona de Azevedo de Campanhã. Esta criação tornou a envolvente ao bairro (onde se situam a maioria dos serviços como a Farmácia e o Centro de saúde) mais próxima da população.

Criação de nova via

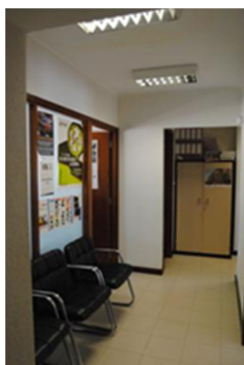


Paralelamente a este processo concretizou-se a criação de dois novos equipamentos no bairro e na sua envolvente:

Espaço ANIMAR



Criação da sede do projeto num bloco habitacional do bairro

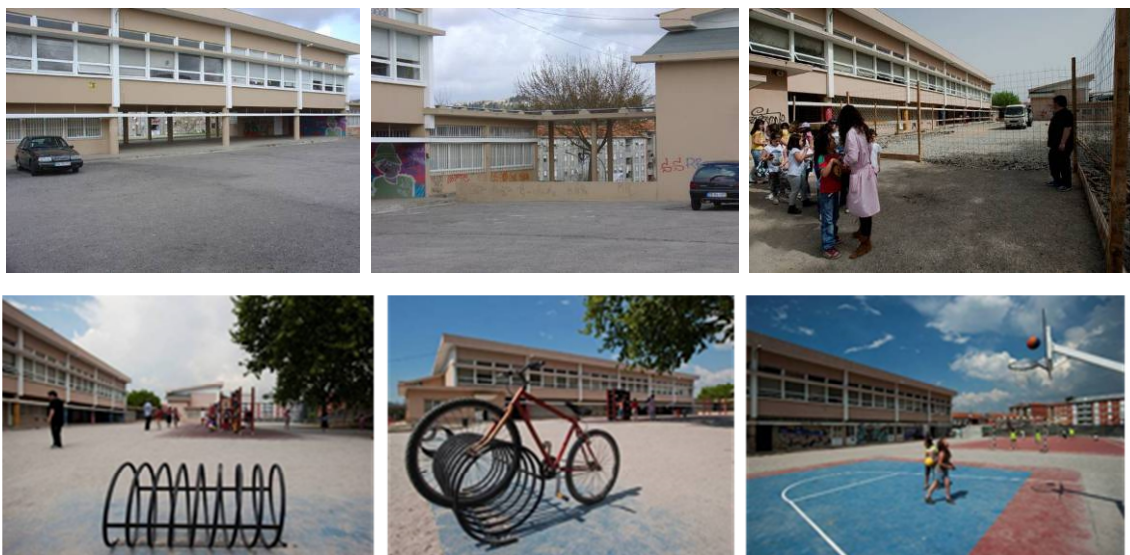


A construção do **Espaço ANIMAR** – equipamento multiuso. A IBC definia que em todos os territórios se construísse um espaço âncora que aglutinasse projetos socioculturais de iniciativa local. Esta construção, foi precedida de um forte processo de negociação entre os parceiros, no sentido de alcançar um consenso quando às suas características. Este novo espaço, foi ainda uma oportunidade de concertar os parceiros em torno da discussão de um modelo de utilização partilhado do mesmo, encontrando-se o equipamento actualmente a funcionar com a presença permanente da Associação de Moradores para o Desenvolvimento do Lagarteiro (AMDL) (criada durante a intervenção), do Lagarteiro e do Mundo/Programa Escolhas, da Associação Norte Vida e do Centro Social da Obra Diocesana de Promoção Social. A utilização da parte desportiva por entidades externas ao Bairro, funciona como elemento facilitador da abertura deste à envolvente, e de ligação do mesmo à Cidade.

A criação da sede do projeto num bloco habitacional do bairro onde estava instalada a equipa, constituiu um espaço fundamental em toda a intervenção, tendo facilitado o meu trabalho no papel de coordenação da rede de atores, tornando-se igualmente num local de ancoragem para os parceiros e para muitos dos moradores, funcionando como um elemento facilitador da relação dos diferentes serviços, e entre estes e a comunidade, na implementação das suas políticas.

O contributo e a participação das crianças e dos jovens na Requalificação Urbanística e Ambiental do Bairro do Lagarteiro

Ainda no âmbito da intervenção material, foi realizada a **reabilitação do recreio e do edifício** da Escola EB1 do Lagarteiro, um espaço marcado pela falta de recursos pedagógicos e lúdicos, e foi criada uma **horta biológica**,.



O trabalho de **requalificação dos espaços exteriores da escola** envolveu todos os agentes educativos (equipa técnica do projeto, professores, alunos e famílias) nas diferentes fases de planeamento e execução. As atividades foram incluídas no plano curricular e desenvolvidas em horário letivo para garantir a continuidade do trabalho. Realizaram-se também ações de formação para capacitar os docentes nestas áreas de intervenção.

Dar voz às crianças e jovens... “A minha opinião conta”.

No âmbito da componente imaterial da intervenção no espaço público, foram desenvolvidas atividades que visavam a capacitação das crianças e o seu envolvimento na intervenção e preservação dos espaços públicos, esperando que deste trabalho resultasse uma apropriação positiva e construtiva. Como profissional, foi um privilégio ter assistido a todo o processo de participação das crianças e jovens e perceber a pertinência e a importância de conhecermos a realidade a partir das suas mundividências. Pessoalmente, acredito neste tipo

de abordagem. Na construção deste “novo” espaço, destaco seguidamente as ações que se revelaram essenciais para o sucesso da intervenção.

Realizamos com as crianças e jovens, uma **Oficina de Cinema de Animação** da qual resultou o filme, “**O Lagarteiro**”, que recebeu vários prémios e menções honrosas em festivais nacionais e internacionais. O filme, espelhava as visões que eles tinham do bairro e envolveu todos os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico (público e IPSS's).

Que bairro queremos?

Foi construída uma **maquete do Bairro**, trabalhando as expectativas das crianças em relação ao Bairro após a sua reabilitação, bem como a relação daquele com a cidade. A maioria das suas propostas foi integrada na reabilitação do bairro (ringue relvado, pavilhão desportivo, zonas verdes). Esta ação incluiu ainda visitas a monumentos da cidade do Porto para um melhor conhecimento do concelho e um apuramento da perspetiva da inserção do bairro na Cidade.



A realização de **workshops de fotografia** no espaço público do Bairro, foi outra das estratégias utilizadas para os envolver no processo, fazendo-os adquirir outro tipo de competências, como, a redescoberta da realidade onde viviam, e em última estância, de si próprios. Numa reflexão entre todos os que contribuíram para esta ação, foi decidido apresentar os trabalhos do grupo publicamente num espaço nobre, uma vez que a qualidade das fotografias assim o exigiu. A iniciativa culminou com a realização de uma exposição dos trabalhos entre 30 de Abril e 30 de Maio de 2011, no Centro Português de Fotografia, tendo tido um impacto inesperado nesta comunidade e principalmente entre os jovens, uma vez que viria a ser o primeiro reconhecimento público por parte da cidade, a uma ação vinda de um bairro, conhecido até então através da comunicação social, apenas por notícias relativas a tráfico de droga ou a conflitos étnicos. Ao verem o reconhecimento do seu trabalho, os jovens ganharam autoconfiança, criando a consciência de que vale sempre a pena ir um pouco mais longe, e a ideia de que um bairro como o do Lagarteiro, poderia facilmente constar em qualquer cartaz cultural da Cidade.



Revelou-se ainda como uma estratégia eficaz para o envolvimento de jovens adultos sem ocupação e sem projeto de vida, insatisfeitos e com poucas perspetivas de emprego.

Outras dinâmicas...

Paralelamente a estas ações, foram sendo desenvolvidas outras, entre parceiros e pessoas da comunidade, com carácter pontual, mas com impacto na mesma. Convergiram para o efeito, grupos de parceiros: Associação Norte Vida, “Lagarteiro e o Mundo”, Centro Social do Lagarteiro-ODPS, Associação de Moradores para o Desenvolvimento do Lagarteiro, Associação Juvenil Pegámoda, PSP, Eb1/JI Lagarteiro, Junta de Freguesia de Campanhã e o Centro de Saúde, os quais se vieram a constituir como um grupo de trabalho, tendo-se em Agosto de 2012 iniciado uma nova ação designada de “**a semana do Lagarteiro**”, no âmbito da qual se realizaram **ações de sensibilização** de tabagismo, sexualidade, higiene, saúde ambiental e reciclagem, **ateliers** de

dança, música, arraiolos, hora do conto, workshops de manicure e dança indiana, “Festand de Andebol”, futebol feminino e Karaoke.

Tendo como objectivo, potenciar a apropriação pelos moradores do novo Parque da cidade na zona Oriental (contíguo ao Bairro) e festejar o dia Mundial da Árvore, foi realizado um **peddypaper** no dia 21 de Março de 2011, o qual contou com a presença de 200 crianças, e envolveu na sua conceção todas as instituições a trabalhar direta ou indiretamente com crianças e jovens.



O papel da Educação para a Cidadania na tomada de consciência do bem comum.

A realização de oficinas para a decoração do Bairro, em Maio e Junho de 2011, no quadro da reconstrução de **tradições na utilização do Espaço Público**, foi uma iniciativa apropriada pelos moradores, que no ano seguinte se viriam a constituir como “Associação de Moradores do Lagarteiro”.



Ainda neste âmbito, e cruzando com a intervenção feita na área da promoção da cidadania, importa destacar que toda a dinâmica de intervenção ganhou particular expressão com a constituição, em Abril de 2011, da **Associação de Moradores para o Desenvolvimento do Lagarteiro (AMD)**, a qual desenvolve actualmente um conjunto significativo de atividades visando

mobilizar os moradores para a utilização do espaço público através de várias iniciativas: dinamização do Baile de S. João; realização de ações desportivas no ringue reabilitado; atividades desportivas regulares no ANIMAR (andebol para crianças e jovens com uma equipa federada), futebol feminino e ginástica; promoção de atividades lúdicas e recreativas (passeios, visitas culturais, espetáculos, entre outras).

A criação desta associação foi um dos resultados mais impactantes deste longo processo de capacitação da comunidade, e a garantia da sustentabilidade de alguns dos projetos (ainda hoje, reúne semanalmente com esta associação, no âmbito do modelo de intervenção profissional do Coaching social, numa perspetiva de aconselhamento e tutoria, com vista ao reforço da sua autonomia).

2.2 A estratégia de Educação para a cidadania na construção de parcerias autossustentáveis - Ações realizadas ao nível meso

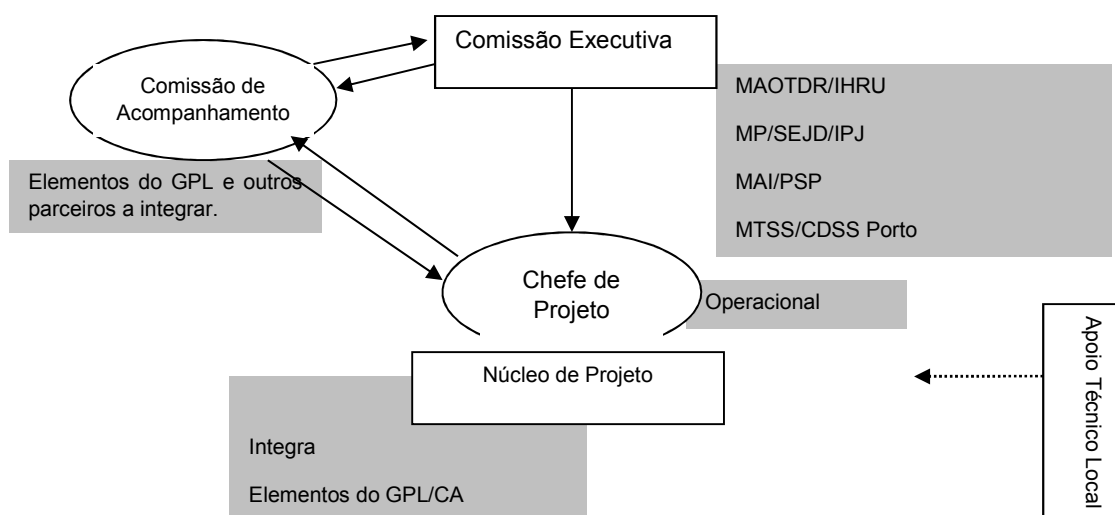
O papel do assistente social no modelo de gestão da IBC

A IBC concretizou-se no Lagarteiro, através da criação de um modelo de parceria alargada tendo assumido a seguinte estrutura:

- **Comissão Executiva** envolvendo um grupo restrito de parceiros (MAOTDR/IHRU; MP/SEJD/IPJ; MAI/PSP; MTSS/CDSS Porto; ME/DREN; CMP/Fundação Porto Social e Junta de Freguesia de Campanhã). No seu conteúdo funcional “A Comissão Executiva assumiu a responsabilidade pelos resultados globais do projecto, tendo assegurado a adequada coordenação entre todas as iniciativas previstas no âmbito do plano de intervenção desenhado”. Esta comissão tinha várias responsabilidades: selecionar o chefe de projeto; facilitar, promover a rápida implementação e avaliar os projetos; informar e comunicar o impacte do projeto; promover mensalmente iniciativas de acompanhamento do projeto e de apoio à tomada de decisões com o chefe de projeto (Protocolo de Parceria - Programa de intervenção Lagarteiro, 2008, p. 34).

- **Comissão de Acompanhamento** – uma comissão consultiva em que participaram todas as Instituições/entidades envolvidas no plano de intervenção, com as seguintes funções: acompanhar a execução do projeto; facilitar as ligações entre outros projetos da iniciativa (ou fora dela); assegurar a necessária sinergia entre todos os participantes visando o cumprimento dos objetivos; prestar assistência técnica alargada; discutir eventuais alterações ao plano de ação. Esta comissão assumiria poderes deliberativos em caso de alteração do plano de ação e reunia de três em três meses em sessão plenária e sempre que se justificasse (Protocolo de Parceria- Programa de intervenção Lagarteiro, 2008, p. 35).

Apresento de seguida a esquematização do modelo de gestão do Lagarteiro:



O Protocolo de parceria (Maio de 2008) foi homologado pela Câmara Municipal do Porto, pelos 9 ministérios envolvidos, e assinado pelos seguintes outorgantes: Ministério da Administração Interna; Ministério das Finanças e da Administração Pública; Presidência do Conselho de Ministros; Ministério da Justiça; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Câmara Municipal do Porto; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI); Instituto Português da Juventude (IPJ); Instituto do Desporto de Portugal (IDP); Polícia de Segurança Pública (PSP); Polícia Judiciária (PJ); Direção Geral de Reinserção Social (DGRS); Direção Geral de Serviços

Prisionais (DGSP); Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana Habitação (IHRU); Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Instituto da Segurança Social (ISS); Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN); Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT); Direção Regional de Educação do Norte (DREN); Direção Geral das Artes (DGA); Fundação Porto Social; Junta de Freguesia da Campanhã; Obra Diocesana de Promoção Social; Fundação FILOS; Associação para a Promoção da Saúde NORTE VIDA; Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS); Futebol Clube “Os Amigos da Campanhã”; Associação Juvenil CAOS; Benéfica e Previdente, Associação Mutualista (anexo 3)

A fase inicial de planeamento foi dinamizada pelo **GAT (Grupo de Apoio Técnico)** que desenvolveu um processo participativo, dialogado e consensualizado a nível local, e que iniciou a cooperação e a construção das parcerias Público-público e Público-privada, a nível vertical e horizontal.

A metodologia utilizada no diagnóstico criou uma dinâmica de parceria facilitadora da intervenção, baseada na cooperação e no consenso entre os agentes. O grande número, a diversidade e a natureza dos agentes envolvidos, mostram a complexidade deste processo de desenvolvimento local socio-territorial, e a importância de introduzir consensos desde a fase inicial, e de garantir que todos os parceiros estão alinhados com os mesmos objetivos.

Ao envolver os parceiros com competências e experiências muito diversificadas, foi possível cruzar uma pluralidade de olhares, o que permitiu desconstruir os problemas e começar a construir uma visão integradora do território. Esta fase da IBC cumpriu importantes objetivos, nomeadamente, a elaboração de um diagnóstico focalizado no território (Bairro do Lagarteiro - Porto) e a criação de dinâmicas de participação e de parceria potenciadoras da intervenção.

Através deste modelo de diagnóstico e das metodologias associadas, a IBC inaugurou um novo modelo e uma nova lógica de trabalho, tanto para as organizações públicas, como para as privadas. A elaboração do protocolo de parceria, resultou de um processo de construção de modelos entre o estado central e a autarquia, discutidos com os parceiros antes da sua assinatura, com

base num diagnóstico participado, onde todas as ações propostas estavam enquadradas, tendo sido inovador face aos seus antecessores. Numa fase inicial de envolvimento, relacionado com as características deste território e dos parceiros, **os Gabinetes Locais** constituíram o motor impulsionador do processo, tendo criado uma nova dinâmica de parceria alargada, que desenvolveu um olhar estratégico e integrado sobre o bairro, contrariando as abordagens e as lógicas de intervenção, segmentadas e setoriais.

Esta etapa revelou-se muito importante para cruzar os diferentes olhares e desconstruir as visões segmentadas, redutoras e autocentradas dos diferentes tipos de organizações, criando as condições para estabelecer a lógica e o consenso fundadores de uma intervenção integrada e focalizada no território. Foi assim possível, fundamentar um projeto de intervenção mais adequado à realidade local, bem como, manter um forte alinhamento com os princípios e objetivos da Iniciativa, ao contribuir para a apropriação e exercício, por parte dos diferentes atores, dos princípios da Iniciativa, nomeadamente os da participação, da parceria e da cooperação interministerial.

Podemos ver neste modelo de parcerias, as características do trabalho colaborativo. Segundo Esgaio (2014) “O trabalho colaborativo surge como estratégia de trabalho fundamental no âmbito da intervenção comunitária, afirmando a utilidade do trabalho em rede numa fase inicial da intervenção, e a utilização da estratégia de coordenação, para facilitar o acesso dos utilizadores/clientes/beneficiários a programas, serviços e sistemas. A cooperação exige por parte dos atores, processos e compromissos organizacionais mais complexos, e por último a colaboração que envolve a partilha de riscos, recursos e benefícios” (Esgaio, 2014, p.217).

Foi neste contexto que integrei a Iniciativa Bairros Críticos – Operação Lagarteiro, em Novembro de 2008, com funções de Chefe de Projeto, para dar início à operacionalização do Programa de Intervenção (2008-2012).

O meu papel na IBC como “Chefe de Projeto” (designação que em minha opinião, é pouco convergente com uma intervenção tão inovadora nos seus processos de governança), teve como conteúdo funcional os seguintes pontos, tal como definido no protocolo de parceria:

- Seleção da equipa técnica;
- Coordenação da equipa técnica das parcerias executoras;
- Monitorização.

O chefe de projeto, em conjunto com a equipa técnica (assistente social, sociólogo, administrativo, animador) e com a parceria executora (assistentes sociais, educadores sociais, animadores, medica, agentes de segurança, enfermeira, psicólogos, nutricionista e professores), constituíram o “Núcleo de projeto” que tinha como principais tarefas:

- Desenvolver e propor um plano de ação;
- Conduzir diariamente o desenvolvimento e a implementação do plano;
- Gerir e supervisionar a ação dos diferentes parceiros locais;
- Comunicar a evolução do projeto à comissão executiva;
- Gerir as operações administrativas e financeiras do projeto.

Para além das funções atrás referidas, onde se incluíam ações de planeamento, organização, controle, comunicação e motivação, assumi também a responsabilidade do trabalho direto com a população. Esta forma de estar faz parte do ADN da profissão, e está também em consonância com o meu modo de estar pessoal, e profissionalmente. Este sentimento beneficiou da presença de profissionais de diferentes áreas disciplinares que se influenciavam mutuamente.

É neste exercício que se (re) constroem as formas identitárias do assistente social, que como afirma Granja: “Como construções sociais implicam sempre a interação entre trajetórias individuais, sistemas de formação e sistemas de emprego, sistemas de relações e de poder dentro das organizações, resultam das transformações e ruturas, procuram unidade e coerência, mas são sempre projetos em construção que questionam, validam, e recusam características identitárias e procuram sentido para as novas formas” (Granja, 2014, p.61)

Considerando o número e a diversidade do grupo de trabalho, a crença de que não é fácil trabalhar com um grupo com estas características e que trabalhar em

equipa é uma aprendizagem que se constrói com a interação e em diálogo informado, foi pensada a medida **A.N.I.M.A.R. – Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Reativar, Reinserir**, por forma a trabalhar de forma estruturada diversas ações, permitindo experimentar novos projetos e novas abordagens metodológicas que funcionassem como “motor” de animação, tanto da comunidade, como da própria estrutura de parceiros. A intenção da dinamização deste conjunto alargado de ações, passou pela criação de condições de apoio às entidades parceiras, para que estas pudessem dar continuidade às atividades que se afigurassem como mais pertinentes para o desenvolvimento do território.

De destacar o trabalho realizado entre os técnicos, no sentido de se explorar novas metodologias de trabalho, facilitadoras não só de uma maior capacidade reflexiva sobre as problemáticas e expectativas dos moradores do Lagarteiro, mas também, promotoras de um reforço de práticas de trabalho interinstitucional e colaborativo, pelo envolvimento dos próprios públicos-alvo na construção das respostas.

a) As ações regulares com técnicos e professores visaram criar espaços de partilha e de confiança, que pudessem vir a tornar-se facilitadores do trabalho interinstitucional



- a. **LGT mexe com os Técnicos** – uma vez por mês, foram desenvolvidas sessões com os diversos técnicos da parceria IBC, com atividades que visavam promover o bem-estar e o desenvolvimento pessoal, através de momentos lúdicos e utilizando a expressão artística como ferramentas desinibidoras e facilitadoras da comunicação/interação.
- b. **LGT mexe com os professores** – formação que visava, através da utilização das linguagens artísticas, a exploração dos temas, violência e agressividade na comunidade escolar. A formação, que decorreu no ano letivo 2010/2011, teve como produto a elaboração de um programa de receção aos alunos da Escola Ramalho Ortigão no ano letivo 2011/2012.

b) Ações de formação com temáticas específicas, e conhecimento de novas metodologias de abordagem:

a) Formação para técnicos, em articulação com a CIG (Comissão para a Igualdade de Género), relacionada com o tema da Igualdade de Género e Violência Doméstica (Março e Abril de 2011), com o objetivo de planejar um projeto para este território;

b) Formação para técnicos nas questões da promoção da Participação Pública – técnicas e metodologias (Junho de 2011), com o objetivo de fornecer instrumentos e ferramentas, e também de refletir sobre as práticas que normalmente se utilizam em processos que se pretendem participativos, pensando no sentimento de frustração pela não adesão dos públicos-alvo e no que se poderia alterar nas práticas.

No âmbito das ações, que visavam a promoção/valorização das competências sociais dos moradores do Bairro – que denominamos de “**(pró)habilidades sociais**” - e tendo presente a necessidade de trabalhar com os agregados familiares do Lagarteiro que beneficiavam de Rendimento Social de Inserção (RSI) mas que não tinham programas de inserção contratualizados, foi implementada a metodologia de atendimento integrado, que possibilitou desenvolver programas de inserção mais adequados às necessidades e às expectativas de cada agregado familiar. É importante destacar que o trabalho a este nível só foi possível, porque o Centro Distrital de Segurança Social afetou uma assistente social para trabalhar especificamente todas as situações do Bairro do Lagarteiro.

No quadro das atividades enquadradas na ação “**(Pró)habilidades Sociais**”, destaca-se:

a) A implementação do **Atendimento Integrado** no Lagarteiro, no qual foi possível a realização de reuniões regulares com caráter mensal, entre todas as entidades com responsabilidade na intervenção junto dos agregados familiares (Segurança Social; DGRS; IDT; ARS; Associação NORTEVIDA; Associação Juvenil CAOS/Projeto Lagarteiro e o Mundo;

Cooperativa ARRIMO; Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão; Hospital Joaquim Urbano; PSP; Junta de Freguesia de Campanhã).

b) O acompanhamento regular, em termos de atendimento integrado, de 383 famílias com processos de RSI;

c) A criação de respostas adequadas às necessidades e expectativas das famílias:

- a. Alfabetização, que abrangeu cerca de 30 Adultos
- b. O desenvolvimento de três ações de formação incluídas na “formação para a inclusão do POPH” e formações modulares
- c. O curso de formação de operador de informática e novas tecnologias no âmbito do POPH, com 15 jovens inscritos
- d. Encaminhamentos para formação profissional (do centro de formação profissional) e para RVCC (210 indivíduos, 75 integrados em ofertas formativas), mantendo no bairro o acompanhamento de proximidade que permitiu intervir atempadamente em situações de constrangimentos vários.
- e. O espaço M.Mexe – especificamente direcionado para as mulheres, uma vez que o diagnóstico social do Bairro permitiu identificar a necessidade de trabalhar as questões da autoestima e da autovalorização enquanto mulheres e mães, antes de se poder trabalhar nos percursos de inserção.



As ações desenvolvidas no âmbito do espaço M.Mexe, acabaram também por ser o resultado do processo de participação das quinze mulheres envolvidas. Inicialmente, a participação foi formalizada por via do programa de inserção tornando-a obrigatória, mas posteriormente, a continuidade de um espaço

desta natureza veio a ser uma “reivindicação” das mulheres. Esta mudança, é claramente ilustrativa da ausência de expectativas, e na acomodação em que vivia este grupo.

Permitiu também, alavancar novas parceiras:

- PRIMARK – oferta de peças de roupa que, com o apoio do Estilista Miguel Flores, foram redesenhadas à medida de cada uma;
- Casa da Musica – participação nos workshops;
- Estilista Miguel Flores - oficina “Fazer e Refazer” motivou e apoiou as mulheres a transformarem peças de roupa que já não usavam, em peças originais. O trabalho realizado foi apresentado num desfile de moda nos jardins da Quinta da Bonjória e numa instalação, durante a Inauguração do equipamento ANIMAR.

Como resultado do trabalho realizado no Espaço M.Mexe, as mulheres realizaram um evento final, fotográfico, que visou materializar a visão de cada uma delas sobre os direitos essenciais (direito ao amor, direito à felicidade ou o direito a sonhar). Em Outubro de 2011, o trabalho esteve exposto ao público numa exposição no Palácio das Artes, e foi ainda exposto na inauguração do Espaço ANIMAR (em novembro de 2011). Este cuidado em levar o trabalho desenvolvido no território até à cidade, foi uma constante em toda a intervenção.

Esta colaboração entre todos os parceiros, revelou-se fundamental na intervenção comunitária, tendo o meu papel nesta área sido especialmente de carater coordenativo da rede, promovendo a cooperação e a colaboração entre todos, alavancando por vezes, recursos para a concretização das ações e das atividades e introduzindo novas abordagens e novas ideias, que nos levariam posteriormente a novas relações.

Este trabalho de parceria marcou de forma profunda todos os atores envolvidos, e de tal modo, que no final da IBC os parceiros criaram a Associação para o Desenvolvimento Integrado – Campanhã XXI, como forma de dar continuidade e de manter este modelo de parceria. A Campanhã XXI integra atualmente onze organizações (nove do terceiro sector, e duas públicas), e visa “o desenvolvimento do trabalho em rede num modelo de construção coletiva da intervenção local, com o objetivo de implementar,

promover e desenvolver atividades com vista à qualificação e à reinserção urbanas dos territórios da freguesia de Campanhã e das suas comunidades” (estatutos art.º 2º).

Apesar da metodologia de atendimento integrado não ser uma inovação na área social, a forma como os parceiros se organizaram para dar respostas às famílias foi considerada um processo de inovação social em contexto comunitário, especificamente a constituição desta associação.

“Ajudar a ação” através da (IN) formação

Por último recupero a afirmação de Granja (2014) sobre a necessidade de se criarem espaços de reflexão e crítica sobre a ação profissional para “ajudar a ação”. Nesta experiência, os espaços que Granja atrás refere, existiram em diferentes momentos e a diferentes níveis:

- Reuniões entre os técnicos e os consultores/avaliadores (Isabel Guerra, José Manuel Henriques, Manuel Pimenta e Virgínia Sousa), com uma regularidade bimensal (quarenta reuniões);
- Seminários semestrais de apoio à intervenção com todos os parceiros dos três territórios (oito), decorrente da dinâmica estabelecidos nestes seminários foram criados dois grandes momentos de reflexão recorrendo a metodologias de Outdoor e team- building, visando potenciar e desenvolver a capacidade de trabalho em parceria em cada território, mediante a operacionalização de “instrumentos” e de “formas” de atuação em conjunto, com uma forte componente pedagógica;
- Realização de um seminário internacional onde se apresentou a outros países a experiência da IBC;
- Fóruns de partilha com especialistas internacionais em diferentes áreas.

Reconheço agora, que para construir “as nossas próprias teorias” teremos que ter à partida a intensão clara de registar e de sistematizar os momentos de produção de conhecimento. O conhecimento produzido nestes e noutros momentos, clarificam metodologias, apuram ferramentas e modelos de governança e de financiamento e estão registados e organizados em diferentes documentos. Contudo, no que diz respeito ao papel do assistente social

enquanto “chefe de projeto” neste tipo de intervenção, só agora se está a sistematizar através deste trabalho. O encerramento do projeto, um ano antes do previsto, por decisão do coordenador da Iniciativa (IHRU), precipitou também a urgência de execução, em detrimento de um processo de reflexão e sistematização da minha prática profissional e do seu lugar no seio de uma equipa multidisciplinar.

2.3 Educação para a Cidadania (Ativa) - Ações realizadas ao nível micro

Que estratégias adotar para dotar os cidadãos de instrumentos que lhes permitam ser sujeitos da sua própria história? (Freire, 1972, cit Carmo, 2014, p.113).

A opção de estudar e aprofundar o conceito de cidadania, numa visão diacrónica ou mesmo sincrónica, não foi considerada neste trabalho, apesar de se reconhecer a sua utilidade e necessidade. Contudo, convém explicitar que nesta experiência, a utilização do conceito de “cidadania ativa” decorreu da assunção, *à priori*, de outros princípios e valores congruentes com a educação para a cidadania “ativa”. Assim, para nos situarmos na compreensão de uma noção de cidadania enquadradora da IBC e especificamente das ações realizadas com os diferentes grupos sociais, assumimos o modelo atrás descrito por Mouro (2014, p.43) “Intervenção de largo espectro ” cuja finalidade é sempre educativa e de desenvolvimento social e humano.

Hoje, a discussão em torno da Cidadania, atravessa e cruza as dimensões socioeconómicas, políticas e culturais. O conceito de cidadania surge, como afirma Viegas, com as primeiras disposições legais que conferem direitos cívicos aos indivíduos, e alarga-se aos direitos políticos com a implementação dos estados democráticos liberais (Viegas. J e Dias C, 2000 a). Neste contexto o cidadão torna-se um ator privilegiado nos projetos políticos. “O novo conceito de cidadania contém de facto, os princípios originários da responsabilidade e da participação cívico-política, e incorpora, igualmente, direitos do campo económico e social – agora também de âmbito cultural – alargando a sua base de apoio social e política” (Viegas J e Dias C, 2000 b). Neste processo o

exercício da cidadania foi assumindo diferentes configurações, exigindo-se cada vez mais responsabilidade por parte dos agentes económicos, das instituições e do próprio cidadão, enquanto agentes ativos e cruciais na implementação e dinamização de práticas conducentes a situações de equidade e coesão. Para Faulks (2000), a cidadania deve assentar em quatro eixos fundamentais: uma ética da participação, já que não se pode participar sem a referência a valores éticos; a garantia dos direitos sociais, sem os quais a cidadania ficaria em causa; a cidadania íntima, dado que há questões da esfera privada e familiar que são de cidadania; e uma cidadania múltipla, com diferentes vertentes e espaços de intervenção.

Estamos a falar de uma noção de cidadania abrangente, que se tem vindo progressivamente a expandir desde os direitos civis, políticos e sociais, aos direitos de participação e, mais tarde, aos direitos económicos e culturais. Acontece em diferentes áreas e espaços, e é realizada sempre na relação do sujeito consigo próprio, deste com o outro, e também com o mundo, num contexto de valorização da igualdade, da democracia e da justiça social. Um processo participado que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade. Esta aprendizagem exige o desenvolvimento de diferentes competências. Audigier (2000) entende que a educação para a cidadania deve desenvolver três tipos de competências: cognitivas – incidem sobre aspetos políticos e jurídicos, sobre as questões do mundo atual, processos, princípios e valores dos direitos humanos e da cidadania democrática; éticas, e da escolha de valores; de ação (ou sociais) – na comunidade, na resolução de problemas, no debate público. Nestas competências, identificamos os três aspetos fundamentais duma prática pedagógica participativa: saber, valorizar e agir. Na realidade, toda a ação cívica supõe a conjugação de conhecimentos, valores e ações, para uma participação refletida e empenhada.

As respostas que a seguir apresentamos com crianças e jovens, envolveram diferentes contextos (escola, ATL, casa, espaço público) e diferentes agentes (famílias, pares, professores e outros agentes educativos). Uma intervenção multinível que convocou e congregou os diferentes níveis da parceria: administração central e local (Dren, Agrupamento de Escola, parceiros locais,

Câmara Municipal, Segurança Social, IEFP, Instituto da Juventude, associações locais). Neste quadro complexo optamos estrategicamente por duas grandes opções de plano:

- a) Definir, a partir do diagnóstico, grandes áreas setoriais/Medidas que delimitavam as áreas de intervenção: Saúde é vida; Segurança ativa; Escola em Rede, A.N.I.M.A.R. – Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Reativar, Reinserir, e a Comunidade Empreendedora;
- b) Iniciar a intervenção no território com a Medida A.N.I.M.A.R. – Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Reativar, Reinserir. Funcionando em jeito de oficina para a ação, permitiu-me desenvolver diferentes tipos de ações em articulação com os parceiros e em linha com a estratégia de animar/dinamizar/mobilizar as diferentes entidades para novas práticas de trabalho em rede com a comunidade.

Passarei a descrever de forma sucinta as principais ações desenvolvidas, centrando a descrição naquelas que foram dirigidas para a infância e juventude. Apesar de integrada, a iniciativa priorizou este grupo, numa lógica de desenvolvimento pessoal e social e como estratégia privilegiada no trabalho com as famílias.

A.N.I.M.A.R. – Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Reativar, Reinserir

Esta medida, assentou como atrás referido, numa lógica de “Laboratório Social”, experimentando novos projetos e novas abordagens metodológicas.

De uma forma global, agrupamos a intervenção realizada neste âmbito em seis grandes conjuntos de ações:

- a) Promoção de novas competências e/ou de valorização do potencial da comunidade;
- b) Adoção de hábitos de vida mais saudáveis;
- c) Reforço de autoestima e promoção de competências sociais;
- d) Promoção de atividades direcionadas para ocupação dos períodos não letivos das crianças e dos jovens;
- e) Promoção de uma nova imagem do Bairro, pela apresentação e divulgação do trabalho da comunidade;

- f) Novas abordagens de trabalho junto dos técnicos.

Importa destacar que este conjunto de ações se articulou de forma estreita não só entre elas, mas com as restantes medidas do eixo 2 e com algumas atividades do eixo 1.

Oficinas (de) Vida

Espaços destinados à experimentação e ao desenvolvimento de competências em áreas artísticas, como, a fotografia, o cinema, o teatro, a música, a expressão plástica, entre outras, incluindo os grupos mais jovens e a população adulta. Enquadramos neste conjunto de ações, algumas atividades:

- a) **Oficina de Música**, realizada em articulação com a Associação NORTEVIDA, destinada a crianças e jovens. Esta associação assumiu a continuidade da Oficina no final da IBC.



- b) **Oficina de Cinema de Animação**, já descrita no “nível macro”, da qual resultou o filme “O Lagarteiro”. Este filme participou em alguns concursos de cinema de animação: Competição nacional – 34ª Edição do CINANIMA (tendo feito parte da programação do festival); Menção honrosa para a categoria do prémio “Jovem Cineasta”; Festival VALFI - Croácia; Festival ANIMAMUNDI - Brasil; Festival ENCONTRARTE 2011 - Amares.



- c) O **Clube de Jornalismo** decorreu ao longo de dois anos letivos (2010/2011 e 2011/2012), com alunos do 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão, com o objetivo de

reforçar as competências socioeducativas. Começou o seu trabalho com alunos e alunas de uma turma do 4º ano, na qual se concentravam os casos com maior número de retenções e que tinha o maior grau de absentismo. Na sequência deste trabalho, passou a ser produzida trimestralmente, uma publicação para todos os moradores, à qual chamamos, “Diário do Lagarteiro”. Redigida e ilustrada pelas próprias crianças, dava conta à população de tudo o que estava a acontecer no bairro, apresentando as associações e as instituições, os líderes locais, os projetos, os costumes, as culturas do bairro, bem como exteriorizando as suas expectativas e os seus sonhos.

Ao longo da intervenção, o “Diário do Lagarteiro” foi desempenhando um importante papel no processo de envolvimento das crianças, reforçando as suas ideias e dando voz às suas opiniões, levando-as a assumirem-se como atores e como agentes de mudança no território, através da participação na construção das soluções, desde, a forma como perspectivavam a inserção do seu bairro na cidade, até à construção de uma maqueta gigante, já anteriormente referida, que espelhava aquilo que desejariam incluir no programa de reabilitação do bairro. A maioria dos desejos foram satisfeitos, não tendo sido apenas possível, a construção da piscina.

Num mundo em que o poder é assumido pelos adultos, foi muito importante dar voz às crianças, dando a conhecer aos primeiros, o bairro através de olhares inquietos e puros. Para além de um espaço de aprendizagem de temáticas curriculares (escrita, leitura, organização de ideias), o clube foi também, e sobretudo, um espaço de crescimento intelectual, emocional e relacional, que promoveu o desenvolvimento pessoal e social dos seus protagonistas.



Como reconhecimento do trabalho desenvolvido, **O Diário do Lagarteiro** foi

premiado com uma menção honrosa no Concurso Nacional de Jornais Escolares, do Jornal Público, sendo o grupo posteriormente convidado a produzir um número especial dedicado às eleições.



d) O **Teatro Fórum do Lagarteiro**, foi um trabalho iniciado em Outubro de 2010, dinamizado pela Associação PELE (de um grupo de “Teatro Fórum”), e dirigido aos jovens em situação de abandono escolar e aos alunos do Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão. Deste trabalho resultou a apresentação pública da peça **“Procura-se Futuro”** no Hard Club do Porto, e em vários outros locais da cidade. Alguns dos jovens envolvidos, continuam atualmente ligados a grupos de Teatro Comunitário, enquanto atores e formadores de pares.

Do trabalho realizado, resultou ainda a criação em Novembro de 2010, de mais um grupo de teatro fórum, dirigido desta vez aos adultos do bairro, e do qual surgiu a peça **“Aurora”** que viria a ser apresentada nos seguintes espaços: Teatro Municipal Rivoli, Escola EB1/JI do Lagarteiro, festividades do S. João do Bairro do Lagarteiro, Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, Centro de Formação Profissional do Cerco do Porto, FNAC, Marco de Canaveses, etc. Quatro dos elementos encontram-se atualmente incluídos noutros projetos de teatro comunitário.



O desenvolvimento do teatro fórum com o grupo de adultos, teve um impacto para além do esperado, funcionando como um importante elemento de auto valorização dos participantes, tendo-os inclusivamente motivado para o envolvimento numa segunda peça, com o foco na área da violência doméstica. A peça, de nome “Meto a colher” foi também, apresentada em vários espaços públicos da cidade.

O teatro é efetivamente uma atividade muito impactante nos sujeitos, pois como considera Cruz, “O teatro permite ter acesso a uma linguagem universal. É possível criar uma linguagem nova e comum num grupo de pessoas com linguagens, vivências, níveis socioeconómicos, religiões, culturas diferentes, é possível reencontrar ou abrir novos canais de comunicação com os outros (...)”. (Cruz, 2010, p.12).

Desporto é Futuro

Conjunto de atividades para promover hábitos saudáveis nas crianças e nos jovens, através da experimentação de novas práticas desportivas. A ação ganhou particular importância com a reabilitação do campo desportivo e com a construção do pavilhão ANIMAR, que dotou de excelentes infraestruturas desportivas a freguesia de Campanhã. Importa destacar que toda a consolidação da dinâmica desportiva, foi reforçada pela criação da Associação de Moradores do Lagarteiro que, com a sua dinâmica, promoveu (e tem vindo a promover) o enraizamento e sustentabilidade das práticas de andebol e de futsal, pela inscrição das equipas nos campeonatos regionais.

Para além destas atividades, possibilitou-se que os jovens do Bairro desenvolvessem a prática de outras modalidades: **Surf na Escola**, **Salto com Vara**, e **Aikido**, desenvolvidas em contexto escolar e integradas no desporto escolar.



“Oficinas da Criança”

Realizadas para todas as crianças e jovens, com o objetivo de animar os períodos não letivos: Oficina afrokids, para promover as relações multiculturais e estimular o desenvolvimento pessoal e social através da dança e da música; férias desportivas; torneios de atletismo jogado; oficinas ao ar-livre no bairro (aos fins de semana e férias escolares), promovidas em parceria com as instituições a trabalhar no bairro; paradas/desfiles de Carnaval; festas de natal, envolvendo todas as organizações, numa lógica colaborativa e participada; atuação da Orquestra Comunitária em vários eventos na cidade e no país.

“Lagarteiro-MIX”

Sendo a segregação sócio espacial e o isolamento do bairro, problemas estruturantes deste território, inscrevemos no plano várias ações que visavam trabalhar a imagem do bairro pela projeção das suas potencialidades na Cidade. Destacamos neste âmbito, a criação da **Orquestra Comunitária LGT Mexe**, o **Diário do Lagarteiro** e a cobertura jornalística de todas as ações, para difusão no programa da Antena 1 – Rede da Rádio.

A Orquestra Comunitária, aberta a todos os moradores do bairro, proporcionou a aprendizagem e a produção de música a partir de novas metodologias de trabalho, com instrumentos musicais e com objetos do quotidiano.

A orquestra contou com a participação de cerca de cinquenta moradores (crianças e adultos), apresentou-se publicamente em diferentes eventos e diferentes espaços, e teve um papel importante na animação do bairro. Como resultado da qualidade do trabalho da Orquestra LGT Mexe e da articulação com a Orquestra Valentim de Carvalho, seis jovens do bairro foram premiados com um ano de formação, na Escola de Música da Valentim de Carvalho.



Estas ações, contribuíram para o reforço de identidades e sociabilidades, orientadas agora para uma nova leitura do território e dos seus modos de vida, bem como para uma representação mais positiva da vivência no bairro e na cidade, alicerçada em novas referências de criatividade, cidadania e de intervenção social.

Educação e a experiência do trabalho em rede

O desenvolvimento e a implementação da Escola em Rede, assentou num trabalho estruturado que envolveu a equipa técnica da IBC e os docentes, na conceção e no desenvolvimento das seguintes ações:

a) **“Nós e o ambiente - promover o desenvolvimento da educação para a cidadania ambiental”**- A partir da horta biológica, atividade acima referida, desenvolveu-se um programa anual, com vista à introdução de hábitos alimentares saudáveis. O projeto “Comer Sem Dramas” abrangeu todos os alunos da escola e jardim-de-infância do Lagarteiro, e foi dinamizado por um Chefe de Cozinha Profissional, através de oficinas de confeção de alimentos. A ação cruzou-se ainda com a manutenção da horta biológica, tendo ambas as atividades sido enquadradas nas atividades curriculares.

Foram ainda realizadas ações de carácter mais pontual, que se cruzaram também com a medida 1.3 - manutenção e apropriação do espaço público – como, a limpeza do rio tinto (que passa no parque oriental, limítrofe ao bairro), para além de outras atividades que concorreram para a sensibilização ambiental.



b) **“Eu Sou Capaz – promoção do projeto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das suas potencialidades”**, decorreu durante o ano 2010/2011, tendo sido realizado o Laboratório da Matemática, no Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão, enquadrado no Plano de Matemática.

c) Outras das ações estruturantes da intervenção nesta área, passou pelo projeto **“Educar para a arte no 1.º ciclo e pré-primária”**, através da implementação do projeto **Dançar – Cidades Imaginárias**.

Esta ação, que decorreu no ano letivo de 2010/2011, para além de ter fornecido ferramentas metodológicas aos docentes, teve como objetivo central, proporcionar experiências formativas de caráter artístico que contribuíssem para o desenvolvimento pessoal e social das crianças. As oficinas (dança, música e expressão plástica) decorreram em horário curricular e foram associadas aos conteúdos programáticos de cada ano de ensino, envolvendo cerca cento e vinte alunos da escola básica do Lagarteiro.

Um dos impactos mais significativos deste projecto, foi a integração de quatro alunos do bairro, na Escola de Dança Ginásiano.

Para além das ferramentas metodológicas que a experiência possibilitou aos educadores, e das dimensões formativas que possibilitou aos alunos, o culminar da ação com um espetáculo final “Uma linda bola azul” no Teatro Municipal Rivoli, a 13 de Julho de 2011, concorreu para a promoção de uma nova imagem do bairro na cidade, mas também para o reforço da confiança dos educadores na comunidade (nomeadamente nos seus alunos), da confiança dos pais nos seus filhos, e para uma melhoria da autoestima dos próprios alunos, como referiu uma das professoras: “Os alunos apresentaram evoluções ao nível da autoestima, autoconfiança, imaginação e criatividade. Desenvolveram competências que facilitaram o processo de aprendizagem tais como: saber estar, saber ser e saber fazer. Adquiriram maior concentração e atenção, maior partilha e respeito pela diferença” (testemunho de uma professora).



Outra das ações com impacto na comunidade educativa que importa destacar, foi a ação de formação em **“Coaching Parental: uma nova abordagem no trabalho com pais”**, destinada a professores, educadores de infância, psicólogos, assistentes sociais, mediadores e a todos aqueles cujo trabalho passa pela ação direta com as famílias. Esta ação, (creditada) decorreu no ano letivo 2011/2012, nas interrupções letivas entre Setembro de 2011 e julho de 2012, e teve a duração de 50h, divididas em dez sessões, envolvendo um grupo de vinte e seis elementos.

A ação foi concebida de modo a que fosse feita uma reflexão em torno do papel e dos limites destes dois agentes educativos (pais e professores). Durante a formação, os formandos foram convidados a trabalhar a autoconfiança, dado que esta é uma das peças chave para fazer a mudança acontecer. Ao longo das sessões, foram propostas aos participantes (na sua maioria professores e educadores da Escola Básica do Lagarteiro) pistas para a reflexão acerca de como se poderiam criar relações mais positivas e de como estabelecer comunicações mais eficazes com as famílias.

Definiu-se assim um conjunto de objetivos gerais e de outros mais específicos, que nortearam todo o trabalho desenvolvido na formação. O pretendido, era que estes técnicos, no final da formação, fossem capazes de estabelecer uma comunicação positiva com as famílias do bairro, apoiando-as na procura de soluções para os problemas identificados e ajudando-as a identificar e respeitar os valores da família, aplicando ao seu trabalho os princípios do Coaching parental.

Foram analisados os contextos de interação com os pais, e discutidas, como poderiam as estratégias do Coaching parental ser aplicadas no trabalho de cada um dos técnicos. O resultado, foi a organização ao longo de todo o ano letivo, de várias atividades junto dos pais, passando estas a integrar os conteúdos formativos (ex: comemoração de datas significativas, reuniões temáticas, etc).

As sessões de Coaching foram muito dinâmicas e permitiram aos participantes encarnarem vários papéis, dramatizarem diferentes situações e encontrarem diversas respostas e soluções para alcançar o mesmo objetivo. Permitiram ainda, questionar as atitudes dos educadores/técnicos e encontrar alternativas às práticas, rotinas e hábitos, correntes.

A ação teve um impacto positivo no relacionamento dos professores e técnicos com as famílias, e com os alunos, com evidentes implicações ao nível do aproveitamento. Da ação (que o agrupamento gostaria de ter desenvolvido com mais professores), resultou a constituição de um grupo de partilha sobre as situações e ansiedades com que os docentes e técnicos se confrontam no seu quotidiano e sobre a utilização das melhores estratégias.



Para além das ações descritas, foi ainda possível estabelecer uma parceria com Serralves, que possibilitou uma formação para professores e alunos, no âmbito do **projeto Máquinas** e o desenvolvimento de um workshop com as crianças e jovens do bairro, no âmbito do projeto “**Cidade Flexível**”.

A intervenção com a escola, assumiu-se no Lagarteiro como um pilar estruturante, uma vez que permitiu, através das crianças e das ações desenvolvidas, trabalhar a relação das instituições com as famílias. A relação com a escola, foi desde sempre e ainda é, por parte das famílias mais desestruturadas, marcada por uma grande desconfiança, quer pela experiência própria de sucessivos insucessos e consecutivos abandonos enquanto educandos, quer pela relação negativa que estabelecem com a escola como encarregados de educação. Esta situação é bem visível durante os intervalos letivos, em que, principalmente as mães, se deslocam à escola, permanecendo junto ao gradeamento do edifício, para dar o lanche aos filhos e também para vigiar. Apesar desta desconfiança, a escola é também, um espaço de referência.

Considerando a importância desta instituição, enquanto espaço de referência positivo dentro das representações sociais da população do bairro, e atendendo ao fato de ser o único local disponível no início da iniciativa para a realização de todas as atividades, quer do projeto, quer dos restantes parceiros (Associação Nortevida, Centro Social, Lagarteiro e o Mundo), a Escola EB 1 do Lagarteiro assumiu-se como o centro de toda a intervenção na área da educação.

A escola, foi assumindo no território uma crescente importância enquanto espaço nuclear de socialização, e estrategicamente como motor de mudança, dado que é nesse contexto que as crianças passam a maior parte do seu tempo. A intervenção no espaço físico, a capacitação dos agentes e a diversificação das práticas educativas ao nível da adaptação dos currículos, tornaram a escola num espaço de excelência para as crianças e para as famílias.

As ações elencadas, capacitaram todos os agentes educativos para a promoção e para a sustentabilidade da mudança, tendo-se observado no final da intervenção, os seguintes impactos:

- Reforço da identidade do bairro e transformação do espaço num palco para o exercício de uma nova forma de estar na vida e na cidade;
- Melhoria dos índices de satisfação da população discente e das suas famílias, face à escola;
- Melhoria das inter-relações entre escola e comunidade;
- Mobilização da população para atividades de natureza comunitária e envolvimento com a escola.

Outras conclusões se retiram desta experiência, também importantes para o desenho de projetos de intervenção:

- A intervenção com a escola assumiu-se no Lagarteiro (face à dimensão do bairro) como um fator estruturante, por permitir também trabalhar, através das crianças e das práticas educativas, a relação das instituições com as famílias;
- Simultaneamente, permitiu garantir uma maior articulação entre a comunidade educativa e os restantes parceiros, clarificando melhor o papel de cada ator e deste modo, fortalecendo a complementaridade e a responsabilização, em lugar da sobreposição de funções;
- O trabalho com os professores, técnicos e restantes agentes da comunidade educativa e a procura de novas metodologias e ferramentas de trabalho, demonstrou ser uma opção promotora de uma maior sustentabilidade dos resultados, por permitir frequentemente, a mudança de práticas de trabalho.

Educação para Saúde...uma responsabilidade partilhada

Na área da saúde, trabalhamos áreas temáticas distintas, dirigidas a grupos específicos, mas com a opção metodológica e estratégica de desenvolver todas as atividades com a rede de parceiros, pelo know-how que cada um aportava e também como garantia da continuidade deste trabalho para além da Iniciativa Bairros Críticos. As ações dirigidas à problemática das dependências e outras manifestações de exclusão, permitiram articular alguns dos projetos existentes no território (projeto Recomeçar e Programa ELOS - da Cooperativa ARRIMO), com novas actividades: criação de uma equipa de Futsal para participação na liga da inclusão social, integração de elementos/utentes da Cooperativa ARRIMO em processos de reinserção na Orquestra Comunitária e nos grupos de Teatro Fórum. O trabalho dos parceiros, foi assim fortalecido pela criação de respostas à medida das suas necessidades e dos públicos-alvo.

A ação no âmbito dos **cuidados intergeracionais**, permitiu cruzar com outros parceiros, os projetos e as atividades da Associação para a Promoção da Saúde Norte Vida (acompanhamento técnico de psicologia aos agregados, acompanhamento de processos RSI, ações de prevenção de riscos de comportamentos ligados aos consumos de droga e de bebidas alcoólicas e ações de prevenção para comportamentos de bulling), reforçando dessa forma, as respostas dos agentes com intervenção na área da prevenção e iniciando a construção de um modelo integrado, no trabalho com as famílias.

Foi também possível fazer convergir e desenvolver de forma integrada, um conjunto de ações da responsabilidade da ARS/ACES Porto Oriental/USCP Azevedo de Campanhã, na área da saúde escolar, das famílias e da comunidade:

- a) Saúde escolar, garantindo-se a vacinação de situações em falta; monitorização e acompanhamento de situações de NEE (necessidades educativas especiais); monitorização dos acidentes escolares e peri-escolares; distribuição de cheques-dentistas a todas as crianças com sete, dez e treze anos, inscritas nas listas escolares; desenvolvimento do programa de alimentação saudável e saúde escolar - PASSE, na EB 1 do Lagarteiro e jardim-de-infância, e o desenvolvimento de ações de educação para a saúde a alunos e professores.



b) A “saúde do idoso”, permitiu trabalhar com as diferentes entidades que prestam serviços aos idosos do Lagarteiro, em apoio domiciliário e no centro de dia. No âmbito desta articulação, foram realizadas avaliações das condições de higiene e salubridade, foi facultada formação aos técnicos e aos prestadores de cuidados, foi dada vacinação aos idosos e foi elaborado um manual de procedimentos do cuidado do idoso.

c) As ações ao nível da intervenção na comunidade, passaram por: Vacinação a técnicos, Identificação de crianças não vacinadas, intervenção ao nível da saúde junto das grávidas moradoras no bairro, realização de testes rápidos de VIH, referenciação de pessoas doentes ou em risco, entre outras medidas de âmbito comunitário.

Ao nível da prevenção, os parceiros desenvolveram várias atividades, que foram de encontro aos problemas diagnosticados:

- Formações do programa “eu e os outros!”, promovidas pelo Instituto da Droga e da Toxicoddependência (IDT) - CRI Oriental, dirigidas a professores, técnicos da equipa e às entidades parceiras que desenvolviam trabalho de intervenção junto dos jovens;
- Conceção de um projeto de desenvolvimento de competências parentais, envolvendo os Agrupamentos de Escolas Ramalho Ortigão e do Cerco do Porto, a equipa do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade e a equipa do IDT, dirigido a pais/encarregados de educação.
- Implementação, pela equipa do IDT, de um projeto de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais na área da prevenção de comportamentos de risco, para crianças com idades compreendidas entre os nove e os doze anos.

- **Projeto Pro'Saúde** implementado pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social, em parceria com a EB1 e a equipa da IBC, durante dois anos letivos. Consistiu na prevenção da obesidade, pelo incentivo e promoção de estilos de vida saudáveis, em duas turmas do 2º ano da Escola Básica do Lagarteiro. A escolha destas turmas, surgiu na sequência de um estudo realizado pelo Centro de Saúde de Campanhã, que identificou estas idades como sendo as mais problemáticas, com identificação de taxas elevadas de excesso de peso e de tensão arterial.

O Trabalho desenvolvido nesta medida, para além dos benefícios diretos nas áreas da sensibilização, tratamento e da prevenção, concretizou um outro ganho igualmente impactante: pôr a trabalhar em conjunto, no Bairro do Lagarteiro, um conjunto significativo de recursos já existentes na área da saúde, mas dispersos no território, fortalecendo a experiência do trabalho em rede já iniciado com a criação do **Gabinete de Atendimento Integrado** e com a criação da figura do **gestor de caso**.

Esta organização dos parceiros, revelou-se o cenário propício para a realização de uma intervenção multidisciplinar, multidimensional e intersectorial, como refere Esgaio “este trabalho colaborativo surge como estratégia de trabalho fundamental no âmbito da intervenção comunitária”, que exige aos parceiros, processos e compromissos exigentes e uma partilha de riscos e de recursos.

Segurança...uma prioridade na comunidade

Na medida da Segurança ativa foi implementado o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), que desde 2010 funcionou no bairro do Lagarteiro, sendo um dos parceiros do Gabinete do Atendimento Integrado.

No quadro da ação regular do PIPP, foram desenvolvidas ações para as crianças do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico, com o objetivo de as sensibilizar para as temáticas da prevenção rodoviária, do tabaco e do álcool, dos estupefacientes, e dos perigos da internet.

Com a população em geral, foram dinamizadas sessões dirigidas a públicos específicos: prevenção de furtos e roubos em residências (idosos); violência doméstica (adultos); Campanha comércio seguro (comerciantes).

Para além das sessões de sensibilização, a equipa da PSP assegurava também o acompanhamento das situações de vítimas de violência doméstica e de outros crimes, e de situações identificadas pelos tribunais, CPCJ, DGRS, IDT, e a articulação com a Segurança Social.

Importa destacar a participação da equipa do PIPP no atendimento integrado do Lagarteiro, situação que permitiu que a intervenção dos vários serviços se passasse a fazer de forma mais integrada, estruturada e consequente, tendo sido estabelecido um calendário de reuniões quinzenais entre a equipa da DGRS, PSP, Segurança Social, ARS, IDT, Arrimo e Junta de Freguesia, lideradas numa primeira fase, por mim, e posteriormente pelo elemento da segurança social, destacado na nossa equipa, para o efeito.

A proximidade da equipa do PIPP à população do Bairro, permitiu reforçar a componente preventiva de intervenção em diferentes áreas: violência doméstica, maus tratos, isolamento social e solidão de idosos, entre outras. A disponibilidade pessoal para participação da equipa do PIPP em momentos de carácter mais lúdico/menos formal, concorreu para o reforço da proximidade e da relação das forças de segurança com a comunidade. Este projeto e o grupo de agentes da PSP do PIPP, continuam hoje a intervir neste território, na mesma lógica integrada e multisectorial.



Comunidade Empreendedora

No Lagarteiro, o diagnóstico apontava para níveis de qualificação escolar da população jovem muito baixos, situação que limitou a sua frequência escolar ao ensino básico e particularmente, no caso dos jovens de etnia cigana, ao 1º ciclo.

Sabe-se que estes dados indiciam uma clara propensão para a exclusão e para a marginalização, que, sendo males comuns à sociedade portuguesa, se vêem aqui agravados pela concentração espacial e pelos restantes fatores negativos que caracterizam a situação socioeconómica do bairro.

As qualificações e as competências educativas dos jovens na sociedade atual, são fatores de importância vital para a sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade. Neste bairro, era evidente por parte de alguns jovens e das suas famílias, o desinteresse pela escola, com o conseqüente nível de insucesso, determinante na opção pelo abandono e pela interrupção do percurso educativo. As experiências negativas associadas à vivência escolar, que se materializam no fato de muitos destes jovens desenvolverem no seu dia-a-dia outro tipo de competências que não as que lhes são fornecidas naquele contexto, faz com que muitos assumam os seus projetos de vida, orientados para a procura de trabalho.

É cada vez mais evidente a influência da baixa escolaridade e da falta de formação, como fator de empobrecimento e de exclusão, e que a questão do emprego é essencial para promover a integração.

Neste contexto, o primeiro passo foi a realização de um diagnóstico de necessidades e potencial de formação/emprego da população juvenil do bairro, o que nos permitiu delinear um percurso formativo adequado ao perfil da população, garantindo uma maior adequação e integração das ofertas formativas propostas pelos parceiros e promovendo uma maior proximidade dos serviços à comunidade.

Este trabalho de proximidade foi realizado com cerca de 300 jovens, e passou (entre outras ações) pelo seguinte:

- a) Dinamização de sessões coletivas sobre temas de técnicas de procura de emprego, ofertas formativas que melhor se adequem aos diferentes perfis e divulgação de ofertas formativas;
- b) Elaboração de balanços de competências;
- c) Formatação de ações/respostas à medida das necessidades e das características dos destinatários.

A intervenção no Lagarteiro nesta área, teve frequentemente de ser antecipada por ações de reforço de competências sociais/relacionais e de reforço da autoestima.

Implicou ainda, um conhecimento aprofundado da realidade social de cada agregado familiar, potenciado pelo trabalho realizado no âmbito da definição dos programas de inserção das famílias (RSI) e do trabalho de desenvolvimento no atendimento integrado. Contudo, estas intervenções estão longe de terem atingido os impactos desejáveis, uma vez que a desarticulação entre as medidas propostas pela segurança social e o Instituto de emprego e formação profissional, é enorme. As políticas de emprego são desadequadas para estes públicos, contando com medidas e instrumentos pouco flexíveis. Apesar deste modelo de governança ter trazido aspetos positivos, que, em alguns casos foram incorporados pelos técnicos e pelos serviços públicos e privados, a sua quebra abrupta, imposta pelo governo com o final da IBC, deixa a todos uma nova desconfiança no setor público e nos seus dirigentes e lança aos profissionais no terreno uma nova questão, que é sem dúvida um desafio: como conseguir ganhar novamente a confiança desta população?

Ainda no decurso deste trabalho de aproximação das ofertas formativas à população, foi constituído (no final de 2011) um grupo de trabalho para reflexão sobre o processo de alfabetização e sobre o modo de o implementar no quadro das reestruturações pensadas pelo Ministério da Educação.



Como resultado, durante o período de execução do projeto foi possível integrar:

- a) 25 Indivíduos nas ofertas formativas do Centro de Formação do Porto
- b) 15 Mulheres na formação do POPH medida 6.1, promovida pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social, no curso de formação para a inclusão
- c) 5 Pessoas em mercado de trabalho, na área das limpezas
- d) 6 Pessoas na formação do POPH, dinamizada pela Associação CAOS, no curso de “Gestão Orçamental e Doméstica”
- e) 15 Jovens na formação do POPH, também dinamizada pela Associação

CAOS, no curso de “instalação e operação de sistemas informáticos”

- f) 12 Adultos na formação de informática do CIDNET, que seguirão depois para o curso de literacia digital
- g) 2 Cursos de alfabetização de adultos (em dois anos letivos consecutivos), que envolveram 4 turmas e 30 adultos em cada um dos anos.

Estes foram alguns dos resultados visíveis nesta intervenção, essencialmente participativa, de um coletivo de pessoas/organizações que com diferentes olhares aceitaram o desafio de se alinharem na resolução de problemas e de melhorarem as condições de vida das pessoas.

2.4 O Serviço Social como instrumento de educação para a cidadania no trabalho com crianças e jovens

A escola e a família são espaços de socialização com muito impacto na vida das crianças e das famílias. Acredito que toda e qualquer intervenção com crianças e com jovens se deve fazer com base no diálogo com estes espaços.

Constituem-se como contextos ideais para a aprendizagem e para o exercício da cidadania, sendo no caso da escola legitimado pelas instâncias de poder. Neste trabalho, não consideramos inovador, nem as áreas de intervenção, nem mesmo a forma como estas foram trabalhadas, pois as nossas propostas não diferem muito daquelas indicadas pelos diferentes instrumentos normativos que descrevem as diferentes dimensões da educação para a cidadania: educação para os direitos humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os médios; educação para a saúde e a sexualidade. (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de Julho). No mesmo documento, é afirmado que sendo estes temas transversais à sociedade, a sua inserção no currículo requer uma abordagem transversal, tanto nas áreas

disciplinares e disciplinas, como em atividades e projetos, desde a educação pré-escolar, ao ensino secundário. Subjacente a esta conceção educativa, está uma visão integradora das diversas áreas do saber, que atravessa toda a prática educativa, e que supõe, para além de uma dinâmica curricular, também uma vivência de escola, coerente e sistemática, alargada ao contexto em que esta se insere. Então, não estando a inovação no método nem nos conteúdos perguntamo-nos, qual é marca diferenciadora desta iniciativa?

Na lógica desta intervenção que só pode “ser posta em prática através de uma teia de relacionamentos sociais entre atores comunitários que na sua diversidade possam questionar os modelos sociais e criar a necessária proximidade entre atores, promotora de coesão e mobilização social” (Esgaio, 2014, p.222), a criação de sinergias é indispensável para o relacionamento destes grupos com as instâncias de socialização, família, grupo de pares, escola e comunidade.

Como técnica de serviço social e no papel de Coordenadora da IBC, esta experiência colocou-me grandes desafios: convivência com situações de vida comunitárias dramáticas, ultrapassar fragilidades para desenvolver o trabalho em rede, estabelecer e manter o difícil diálogo entre as diferentes instâncias de poder, lidar com a escassez de recursos, entre outros. Para além dos resultados atrás descritos, e passados alguns anos reconheço também, os principais resultados que me (in)formam, hoje, como Assistente Social. Atrevo-me, assim, a (a)firmar os pressupostos que devem orientar as práticas profissionais do assistente social no trabalho com crianças e jovens.

O recurso às **Metodologias participativas** é essencial na intervenção em territórios como o do Lagarteiro, para garantir a capacitação pessoal e colectiva e a formação de consensos e de tomada de decisões, que devem ser partilhados com todos os participantes da intervenção que se deseja fomentar (Rifkin, 2003);

Outro aspeto metodológico importante a reter, passa pela importância da utilização de **metodologias participativas** na fase do **diagnóstico** e na **formulação de planos locais de ação**, que favoreçam o envolvimento dos sujeitos como protagonistas da ação social a ser implementada nos seus territórios (Becker et al., 2003) e o quanto estas são eficazes na autonomia dos moradores, reflectindo-se nas suas vidas mas também na vida da/em comunidade. Passados estes anos os

moradores continuam envolvidos na produção/dinamização das suas próprias atividades comunitárias, e concomitantemente no fortalecimento das organizações locais.

No contexto desta reflexão, destacamos, das atividades acima descritas, a importância e o impacto que a criação da Associação de Moradores continua a ter no território. Como refere Warren (2001 e 2004), citado por Viegas (2004) os efeitos desenvolvem-se a três níveis:

- a nível individual: aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral;
- a nível da esfera pública: representação de interesses de grupos específicos; contribuição para a discussão pública e a deliberação democrática;
- institucionais: representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de ações coletivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

Para Tocqueville (2001) nas condições de vida das sociedades modernas, os indivíduos, absorvidos pela luta diária de subsistência ou de aquisição de bens materiais, tendiam a desinteressar-se do interesse coletivo e portanto, da vida política da sociedade, e que por via do associativismo, os sujeitos não só estabelecem inter-relações que facilitam a sua integração social, mas também são formados e capacitados para a participação política, através da interiorização de valores de cooperação, de reciprocidade e do desenvolvimento de atitudes de confiança e de hábitos de participação em processos de decisão coletiva.

Se tivesse que definir traços distintivos na IBC, seriam sem dúvida, a construção participativa, o diálogo constante entre a ação técnica e as pessoas alvo da intervenção, a recusa em levar ações de fora para dentro, criando assim a oportunidade para a geração das ações. Este factor constituiu a espinha dorsal da intervenção, conferindo-lhe identidade, e também a certeza da replicabilidade da metodologia.

A dimensão da intervenção com crianças e jovens, assumiu-se de algum modo como estruturante na reversão de um percurso de exclusão daqueles, e do território. Não, por se constituir como uma oportunidade imediata de resolução de problemas sociais existentes no território (embora, pudesse também responder a estas necessidades), mas essencialmente pela capacidade estratégica que a intervenção a este nível tem, de projetar uma nova imagem do território e de fazer convergir recursos pelo reforço da prática de trabalho em rede e da valorização e responsabilização da comunidade e dos indivíduos.

Procurou resolver problemas prementes de todas as faixas etárias, bem como da relação destas com o espaço envolvente (bairro e cidade), estruturando-se numa abordagem positiva de inclusão social deste público-alvo, essencialmente em duas dimensões: na promoção de competências sociais, emocionais e cognitivas, e na dinamização de oportunidades para a participação e exercício de normas sociais, apoiadas em modelos de referência positiva.

NOTAS CONCLUSIVAS

Sinto-me " (...) no direito e com liberdade para não renunciar (...) à paixão, antes vivê-la e dizê-la para a tentar partilhar."

Georges Jean

Proponho, no início deste trabalho reflexivo, contribuir para a identificação dos principais fatores que devem estar presentes neste tipo de intervenções para que a mudança aconteça, e para que se possa, efetivamente, quebrar o ciclo de pobreza e de exclusão social dos grupos sociais mais desfavorecidos.

No trabalho de formulação desta e de outras questões, tive a necessidade de organizar as práticas profissionais vividas nos últimos dezasseis anos. Na procura de aspetos comuns a todos os projetos de desenvolvimento local em que estive envolvida, na procura de uma congruência com o referencial teórico metodológico que norteou a minha ação, e com o desejo de a afirmar como o modelo de

intervenção mais adequado à construção de uma sociedade mais justa, constatee aquilo que ajudou a dar nome a este relatório: quando ousamos envolver-nos, o crescimento e o desenvolvimento profissional são inevitáveis, por um lado, por outro, a possibilidade de ficarmos o tempo (in) suficiente no mesmo território permitiu um olhar distanciado e crítico, favorável ao exercício de reflexão sobre as várias intervenções em que fui “protagonista”.

Quando integrei a equipa da IBC, enquanto chefe de projeto da operação no Lagarteiro, as minhas expectativas eram elevadíssimas. O programa possuía todos os atributos tecnicamente ambicionáveis num projeto de desenvolvimento local: Inovação no modelo de governança, no financiamento, na intervenção e na gestão, um plano de intervenção construído por todos e “à medida”, e tudo isto numa lógica participativa e de corresponsabilização. E, não menos importante, com uma forte vontade política.

A fase temporal prolongada que mediou entre fazer o diagnóstico e o início da intervenção, a debilidade da rede de organizações de base local e a ausência de projetos integrados neste território, pressupunha um grande desafio, associado às elevadas expectativas que foram criadas nos atores locais e também na população. Este desafio só foi possível ultrapassar, porque a maioria dos atores rapidamente inculcaram a lógica da IBC, permitindo assim uma concertação no trabalho das instituições, tendo sido decisivo nesta fase de “namoro”, o compromisso e o empenho dos técnicos, tornando possível em tão curto período de tempo, a operacionalização de um plano de ação.

A Intervenção no Lagarteiro, mostrou que é possível implementar novas formas de resposta no combate contra a pobreza, sendo para tal necessário, serviços públicos novos e diferentes. A IBC legitimou o envolvimento destes, e permitiu que os seus recursos humanos, alguns dos quais de excelência e ávidos de mudança, experimentassem novas formas de fazer, e de melhor se entrosarem entre si e com as organizações privadas, transformando visões sectoriais, numa estratégia territorial.

O envolvimento dos parceiros, quer ao nível das comissões executivas e de acompanhamento, quer ao nível técnico, foi um dos fatores de sucesso da intervenção e aquele que permitiu enfrentar inúmeros constrangimentos, como

foram, as descontinuidades sucessivas na coordenação da IBC, a morosidade dos processos, os atrasos na implementação do plano, a demora na contratação da equipa, os timings divergentes entre as fontes de financiamento, o desânimo da população, o atraso no início das obras de requalificação do espaço público e do edificado e também, da construção dos equipamentos. Estes, só foram superados, pelo clima de confiança e de comprometimento que se fez respirar (o que faz com que a maior parte da rede ainda se mantenha), dando sustentabilidade ao trabalho, como são disso exemplo as associações que dinamizam o equipamento ANIMAR e alguns serviços públicos (PSP, DGRS, ARS, Educação).

Neste processo, riquíssimo e com múltiplas aprendizagens, algumas das minhas expectativas foram inclusivamente, ultrapassadas. Restaram-me no entanto muitas dúvidas, sendo possível retirar algumas lições para o futuro.

No que concerne à superação das expectativas, gostaria de realçar a participação e o envolvimento dos parceiros, a capacidade de trabalho e de entrega de técnicos, dirigentes, população e docentes (nomeadamente no trabalho desenvolvido com a população escolar), que alavancaram inúmeras oportunidades que emergiram da cidade para o Lagarteiro (trabalho com a Fundação de Serralves, a Casa da Música, o Centro Português de Fotografia, entre outros), e por último as oportunidades criadas e suscitadas pela IBC, que foram preponderantes para a continuidade e para a sustentabilidade de alguns projetos.

As dúvidas persistem, algumas, específicas deste projeto, mas a maioria das questões reportam, de forma geral, a este tipo de intervenção:

- I) Valerá a pena implicar comunidades nestes processos, criando um clima de confiança, legitimando a sua participação, e posteriormente, de forma abrupta, abusiva e desrespeitadora, pura e simplesmente abortá-los de forma unilateral?
- II) Como é que se pode construir identidades positivas, nestes contextos e em tão curtos horizontes temporais?
- III) Será que conseguimos efetivamente, chegar, aos mais excluídos?
- IV) Que mudanças se verificaram na vida de cada agregado familiar do bairro, para além das referentes às condições de habitabilidade e do espaço envolvente, como medir o impacto deste empoderamento das crianças e dos jovens?

V) Este modelo de gestão e de intervenção não deveria ser a regra de todos os serviços, e não apenas um modelo com caráter experimental?

VI) Como empoderar os sujeitos da intervenção, quando muitas das vezes lhes é vetado o acesso à informação e aos serviços?

Por fim, e em tom conclusivo, enuncio algumas das aprendizagens conseguidas, e que devem ser tomadas como alerta, para intervenções futuras:

I) Neste tipo de território, as intervenções terão sempre que associar e que integrar as componentes, materiais e imateriais;

II) O perfil dos técnicos não deve ter em conta apenas a sua área académica e a sua experiência profissional, sendo, as suas aptidões comunicacionais, empáticas, de liderança, e pessoais, imprescindíveis na implementação de projetos com estas características;

III) A formação e a capacitação dos atores locais, das instituições, e dos serviços, deverão constituir uma prioridade, e acompanhar todo o processo;

IV) A importância do papel da animação territorial nestes contextos;

V) A definição clara, do financiamento e do seu período temporal;

VI) O modelo de proximidade/cooperação da administração central e local, é facilitador da comunicação, e permite melhorar e adequar alguns instrumentos de políticas públicas, bem como articular vários programas setoriais, pelo que deverá ser aplicado em projetos similares no futuro.

Partilho ainda os impactos transversais que a Iniciativa Bairros Críticos suscitou nos três territórios intervencionados, e que deverão ser também referências para os novos projetos de desenvolvimento local de base comunitária, inscritos no novo quadro comunitário Portugal 2020:

- Permitiu a congregação de políticas intersectoriais em territórios onde as intervenções abundam e os problemas se mantêm;

- Permitiu inovar na ação dos parceiros, que passaram a incorporar na sua atividade normal, novas formas de atuação e novos programas;

- Trouxe animação sócio territorial a territórios muito fragilizados e fechados em si

próprios, reforçando o nível de confiança dos atores locais;

- Facultou respostas integradas, a uma população dependente das políticas públicas;
- Permitiu uma ação concertada entre associações locais, anulando a sobreposição de ações idênticas, e evitando a concorrência improdutiva entre elas e as entidades públicas, potenciando desta forma, sinergias.

Foi para mim um privilégio coordenar uma iniciativa com uma equipa multidisciplinar, que se socorreu de várias estratégias para materializar e dar corpo ao direito de participação de muitas crianças e jovens. A exclusão social é muitas vezes acompanhada por um deficit no exercício da cidadania e consequentemente de privação no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos. A intervenção localmente desenvolvida com os interessados, é só por si, um passo no combate à exclusão através do exercício do poder (político, económico, social, cultural e de pressão social).

A necessidade de reflexão sobre as práticas em Serviço Social, constitui um imperativo defendido por muitos, como essencial à construção do conhecimento do Serviço Social “ (...) para que os saberes se tornem recursos para a ação, não podem ser usados como prescrições; precisam antes de ser mobilizados de forma adaptada e contextualizada num permanente vaivém entre teoria e ação para garantir ao profissional a sua competência profissional, eficácia, legitimidade do processo de trabalho e segurança relativamente às atividades que desenvolve” (Granja, 2014: 63). Ao longo deste trabalho, foi já assumido que o diálogo entre o empírico e o teórico é por vezes difícil no quotidiano das intervenções, nas quais impera, por um lado, a urgência da resposta, e por outro, a gestão de sentimentos e de emoções, consensos e mundividências distintas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrantes, Teresa (1994). Efeitos Perversos Dos Bairros Sociais: Observações E Sugestões. In Revista de Estudos Urbanos e Regionais Sociedade e Território, nº20 (pp.50-54).

Almeida, Ana Nunes de (2001), “A sociologia e a descoberta da infância. Contextos e saberes” in Fórum Sociológico, nº 3/4, IIª série, 11:32

Almeida, Ana Nunes. (2009). Para Uma Sociologia Da Infância. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.

Audigier, François (2000) «Compétences-clés» in , Concepts de base et compétences-clés pour l'éducation à la citoyenneté démocratique, Conseil De L'Europe, (pp. 20-24).

Amaro, Rogério Roque (1992). As Novas Oportunidades do Desenvolvimento Local, in Iniciativas de Desenvolvimento Local, Caracterização de Alguns Exemplos. Lisboa ISCTE/IEFP.

Amaro, Rogério Roque (2000). “A Escola como porta para os novos conceitos e praticas de desenvolvimento, através da Educação”, in Escola, Culturas e (Des) envolvimento, - Fórum da Comunidade Educativa do Vale de Campanhã – Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã.

Ariès, Philippe (1986), “La infância” in Revista de Educación, número 280

Ariès, Philippe (1979), A História Social da Infância e da Família, Rio de Janeiro, Zahar

Bonetti, Michel (1994). Revalorisation des Quartiers em Crise: de la Rehabilitation à la Gestion Urbain el ntégrée, in Sociedade e Território, n.º 20, Porto, Ed. Afrontamento.

BARBALET, J. M. (1989), A Cidadania, Lisboa: Editorial Estampa.

Calado, Pedro (2012). Recolhas – Fazer Escola com o Escolhas, Programa Escolhas, Gráfica Clio.

Capucha, Luís – Coord. (1998). Grupos sociais desfavorecidos face ao emprego – Tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis, Relatório Final – Versão Preliminar CIES/CESO, Lisboa (policopiado).

Capucha, Luís (2000). Território de pobreza onde é preciso voltar, in Sociedade e Território, n.º 30, Porto, Ed. Afrontamento.

Capucha, Luís (2005). Desafios da Pobreza, Oeiras, Celta Editora.

Carmo, Hermano (2014). Educação para a Cidadania: Um Imperativo Estratégico para o Serviço Social. In M.I.Carvalho e C. Pinto (Orgs).Serviço Social Teorias e Práticas (pp. 113-126). Lisboa: Pactor

Carvalho, Maria Irene e Pinto, Carla (2014). Serviço Social, Teorias e Práticas, Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e de Educação.

Clavel, Gilbert (2004). A Sociedade da Exclusão – Compreendê-la para dela sair. Porto, Porto Editora.

Coelho, António J.M. Baptista (1994). É Preciso Integrar A Habitação Social Na Comunidade Urbana. In Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, nº 20 (pp.71-78).

Costa, Alfredo Bruto (1998), Exclusões Sociais. Lisboa: Gradiva.

Costa, Alfredo Bruto (Coord.); Baptista, Isabel; Perista, Pedro; Carrilho, Paula (2008). Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e execução social no Portugal contemporâneo, Lisboa, Gradiva (Trajetos Portugueses).

Cruz, Hugo (2010). Texturas: um projeto de arte comunitária. Santa Maria da Feira. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

EAPN Portugal (2013). Rediteia n.º 46 – Bem-estar Infantil, Revista de Política Social, Ed. Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Esgaio, Ana (2014). A Intervenção Comunitária na Prática do Serviço Social: Um Imperativo na Conjuntura Socioeconómica Atual?.In M.I.Carvalho e C. Pinto (Orgs).Serviço Social Teorias e Práticas (pp. 205-222). Lisboa: Pactor

Fernandes, Luis& Ramos, Alexandra. (2010). Exclusão Social E Violências Quotidianas Em “Bairros Degradados”: Etnografia Das Drogas Numa Periferia Urbana. In Revista Toxicodependências v. 16, nº2 (pp.15-27).

Ferreira. (2011). Serviço Social e Modelos de Bem-estar para a Infância: Modus Operandi do Assistente Social na promoção da Proteção à Criança e à Família. Lisboa. QuidJurisSociedadeEditora

Ferreira da Silva, Luísa (org) (2001), Acção Social na área da família, Lisboa, Universidade Aberta

Ferreira, Leonor de Vasconcelos (2000). A Pobreza em Portugal na década de oitenta, Série Estudos e Documentos, Conselho Económico e Social, Lisboa.

Fook, Jan (2014). Refletir sobre a reação entre a Teoria e Prática em Serviço Social, In M.I.Carvalho e C. Pinto (Orgs).Serviço Social Teorias e Práticas (pp. 261-272). Lisboa: Pactor

Freire, Paulo (2010). *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*, Brasil, Ed. Paz e Terra (Coleção Leitura)

Freire, P. (1972). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento

Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã (1998). *Pensar a Escola Construir Projetos*, Santa Maria da Feira, Rainho & Neves Lda.

Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã (2000). *Escola, Culturas e (Des) envolvimento*, Santa Maria da Feira, Rainho & Neves Lda.

Gaulejac, de Vicent; Bonetti, Michel; Fraisse, Jean (1989). *L'Ingénierie Social*, Paris, Ed. SyrosAlternatives.

Grafmeyer, Yves. (1994). *Sociologia Urbana*. Portugal: Publicações Europa-América.

Granja, Berta (2014). Contributos para a Análise das Formas Identitárias dos Assistentes Sociais. In M.I.Carvalho e C. Pinto (Orgs). *Serviço Social Teorias e Práticas* (pp. 57-81). Lisboa: Pactor

Gros, Marielle Christine. (1994). Pequena História Do Alojamento Social Em Portugal. In *Sociedade e Território, Revista De Estudos Urbanos E Regionais*, nº20. (pp.80-90).

Guerra, Isabel (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Ed. Principia.

Guerra, Isabel. (1994). As Pessoas Não São Coisas Que Se Ponham Em Gavetas. *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais* nº20 (pp.11-16)

Kishimoto, T., M. (org.) (1999), *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*, São Paulo, Cortez Editora

Leandro, Maria Engrácia (1994), “Complexidade das estruturas familiares na sociedade moderna”, *Theologica*, 2º, Série 29 (2), Braga, Faculdade de Teologia, 13:29

Leandro, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta

Le Goff, Jacques (1985), *Constructing the Past: Essays in Historical Methodology*, Cambridge University Press

Leandro, Maria Engrácia (s/d), “Pluralidade de modelos familiares na sociedade contemporânea” in *Família e Sociedade, Actas da II Semana Social, Conferência Episcopal da Igreja Católica Portuguesa*, Coimbra, (pp.79:110)

Lopes, João Teixeira (1996), *Tristes escolas práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*, Porto, Edições Afrontamento

Madeira, Joaquina (2000), “As crianças como cidadãos” in Os Mundos sociais e culturais da infância, Actas do Congresso Internacional, volume I, Braga, Instituto de Estudos da Criança, (pp.91:95)

Marques, T.S. et al (2006), Lagarteiro: uma intervenção alicerçada na participação (documento de trabalho interno)

Martins, Paula Cristina (1999), “As crianças na psicologia. Notas para uma reflexão sobre os discursos psicológicos em torno da infância” in Sarmento, Manuel Jacinto; Pinto, Manuel (1999) (coords.), Saberes sobre as crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1988), Braga, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 127:138

Mouro, Helena (2014). Teoria e Teorizar em Serviço Social. In M.I.Carvalho e C. Pinto (Orgs).Serviço Social Teorias e Práticas (pp. 27-56). Lisboa: Pactor

Ornelas, J. (2002). A resolução de conflitos em contextos comunitários: Estratégias de negociação e mediação. In Educação para a Paz. Valores e metodologias de intervenção. Lisboa: Cruz Vermelha Portuguesa

Pinto, Manuel (1997), “A infância como construção social” in Pinto, Manuel; Sarmento, Manuel Jacinto (1997), As crianças: contextos e identidades, Braga, CECS, Universidade do Minho, coleção Infans, (pp.33:73)

Pinto, Manuel (2000), A Televisão no quotidiano das crianças, Porto, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem, capítulo II, 59:84

Queiroz, Maria Cidália & GROS, Marielle Christine. (2002). Ser Jovem num Bairro de Habitação Social. Porto: Campo das Letras.

Ribeiro, José. (1979). O desenvolvimento do Porto e a Habitação dos Trabalhadores. In Cidade/Campo (Cadernos da habitação do território) nº2

Rocha, Maria Dulce (2000), “Os direitos da criança e o novo milénio” in Os Mundos sociais e culturais da infância, Actas do Congresso Internacional, volume II Braga, Instituto de Estudos da Criança, (pp.114:121)

Rodrigo, Maria José ; Palácios, Jesús (cord.) (2000), Familia y desarrollo humano, Madrid, Alianza Editorial

Sampaio, Daniel; Cruz, Hugo; Carvalho, Maria João Leote (2011). Crianças e Jovens em Risco – A Família no centro da intervenção, Cascais, Ed. Príncípia.

Saraceno, Chiara (1997), Sociologia da Família, Lisboa, Editorial Estampa

Sarason, S.B. (1972), TheCrationofSettingsandthe Future Societies. San Francisco: Jossey-Bass

Sarmento, Manuel Jacinto (2003), “As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade” in M.J.Sarmento e Cerisara Beatriz (orgs) Crianças e Miúdos. Perspectivas sócio-pedagógicas da Infância e da Educação, Porto, Asa

Sarmento, Manuel Jacinto (2003). Imaginário E Culturas Da Infância (pp.51-69). In Cadernos de Educação, Revista da Faculdade de Educação da Universidade de Pelotas nº21 (pp.51-69).

Sarmento, Manuel Jacinto (2004). Infância, Exclusão Social e Educação Para a Cidadania Activa. In Movimento, Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense) nº3 (pp.53-74).

Sarmento, Manuel Jacinto, Fernandes, Natália & Tomás, Catarina. (2007). Políticas Públicas E Participação Infantil. In Educação, Sociedade e Culturas nº25 (pp. 183-206).

Sarmento, Manuel Jacinto, Pinto, Manuel. (1997). As Crianças, Contextos e Identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

Sarmento, Manuel Jacinto. (2000). Sociologia Da Infância: Correntes E Confluências. In Cadernos do Noroeste. Série Sociologia v. 13, nº 2 (pp.11-39).

Sarmento, Manuel Jacinto; Pinto, Manuel (1997), “As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo” in Pinto, Manuel; Sarmento, Manuel Jacinto (1997) (org.), As crianças: contextos e identidades, Braga, CECS, Universidade do Minho, coleção Infans, (pp.9:29)

Sebastião, João (2000) “A infância em Portugal: alguns equívocos e interrogações” in Fórum Sociológico, nº3/4, 2ª série (2000), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 113:125

Silva, Isabel Lopes da (2000), “Perspectivas de Educação pré-escolar: da socialização à educação para cidadania” in Os Mundos sociais e culturais da infância, Actas do Congresso, Braga, volume II, (pp.146:154)

Silva, Manuela (1964). Oportunidade do Desenvolvimento comunitário em Portugal. Revista Análise Social vol. 7/8, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Soares, Natália Fernandes (1997), “Direitos da criança: utopia ou realidade” in Pinto, Manuel; Sarmento, Manuel Jacinto (1997), As crianças. Contextos e identidades, Braga, CEDIC, 75:112

Sousa, Virgínia & Pimenta, Manuel. (2001). Urban Do Vale De Campanhã - Relatório Final. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã.

Viegas J, Dias C: *Cidadania, integração, globalização*, Celta, Oeiras, 2000.

Williams, Fiona (2010). Repensar as Famílias, Cascais, Ed. Princípia.

Documentação consultada

Constituição da República Portuguesa

Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) UNICEF

Declaração dos Direitos da Criança

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, com as alterações introduzidas pelo
Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de julho

Anexo 1 - Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 143/2005

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005

O Programa do XVII Governo Constitucional reconhece o papel decisivo das cidades no desenvolvimento das sociedades contemporâneas e a complexidade dos desafios associados às cidades enquanto concentrações de recursos humanos e institucionais, onde coexistem problemas e oportunidades.

Esse reconhecimento justifica o compromisso de lançar uma política de cidades que deverá visar o sistema urbano como um todo e as cidades que o constituem.

A política de cidades que se pretende implementar durante a legislatura deverá integrar, de forma articulada, quatro pilares complementares:

- a) Qualidade de vida e funcionalidade;
- b) Competitividade e inovação;
- c) Reabilitação e valorização dos espaços urbanos consolidados;
- d) Qualificação e reinserção urbana de áreas críticas.

Embora uma política de cidades forte e coerente dependa da forma como se conseguir a integração destes quatro pilares, uma atenção muito particular deve ser dada à temática das áreas urbanas críticas. Com efeito, pela concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de oportunidades, estes espaços, por um lado, constituem o mais urgente desafio em termos de promoção da cidadania e da coesão social e, por outro, representam um grande risco no que respeita a comportamentos que podem minar a qualidade de vida e a competitividade das principais aglomerações metropolitanas. Acresce que, por essas mesmas razões, estes são os espaços urbanos onde é mais complexa a intervenção, menos duradouros se apresentam os seus resultados e mais necessário se torna encontrar formas inovadoras de intervenção que assegurem um forte envolvimento local e resultem em maior capacitação das populações.

Assim, e de modo a adquirir, desde já, experiência sobre soluções inovadoras que devem integrar, em função do resultado da sua avaliação, o pilar «Qualificação e reinserção urbana de áreas críticas» da política de cidades que se pretende implementar, são agora lançadas operações nesse domínio.

Existe já, em Portugal, alguma experiência de intervenção neste tipo de áreas urbanas, nomeadamente no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana, das iniciativas comunitárias Urban (I e II) e da Intervenção Operacional de Renovação Urbana, que permitiram desenvolver acções onde tiveram relevo o desenvolvimento de parcerias numa perspectiva multidisciplinar, a participação das populações, a criação de estruturas locais de execução e o ajustamento das acções aos problemas específicos de cada uma das áreas.

O Programa Polis previa também uma componente dedicada a intervenções de requalificação em áreas de alojamento social, que não chegou a ser cabalmente potenciada.

Beneficiando da valia desta experiência, e tendo em vista o aprofundar da política de cidades que se pretende

executar, importa prosseguir os esforços de desenvolvimento das políticas anteriores, aperfeiçoando e inovando nas metodologias e nos instrumentos de intervenção. É este sentido de procura e desenvolvimento de soluções inovadoras e duráveis que fundamenta a Iniciativa que agora se toma para o desenvolvimento de operações de requalificação urbana de bairros críticos.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve aprovar o lançamento da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, cujo âmbito e modelo de organização e funcionamento obedecerão ao determinado nos seguintes números:

1 — As operações a desenvolver pretendem estimular e testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas inovadoras em termos da concepção, implementação e avaliação da acção pública em áreas urbanas críticas, e a experiência recolhida será levada em consideração na política de cidades que se pretende executar.

2 — Estas operações incidem sobre um número restrito de bairros das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, definidos pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ouvidas as respectivas câmaras municipais, e terão um horizonte temporal delimitado (2005-2007).

3 — Para cada bairro, deve ser preparado um programa de intervenção coerente e com um forte conteúdo inovador, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Concepção e natureza das intervenções, pondo em relevo a dimensão inovadora das soluções, a sustentabilidade das acções, a durabilidade dos resultados e a perenidade dos seus efeitos, sem dependência permanente de recursos públicos;
- b) Metodologia, dando forte relevo à coordenação estratégica e à convergência de acção entre diversos actores e assumindo claramente a participação cívica como condição de êxito da intervenção;
- c) Recursos, apostando na mobilização de novas fontes de financiamento e em parcerias público-privado.

4 — Os programas de intervenção em cada bairro devem responder a problemas imediatos e, ao mesmo tempo, estimular a criação de novas oportunidades a partir das potencialidades existentes, através de soluções desenvolvidas à luz dos seguintes princípios orientadores:

- a) Natureza exemplar, inovadora e experimental das intervenções a concretizar;
- b) Projectos mobilizadores viáveis, devendo cada intervenção incluir uma acção/projecto âncora com elevado potencial de mobilização dos moradores e de transformação estrutural das condições do bairro;
- c) Foco na reabilitação e qualificação habitacional, urbanística e ambiental;
- d) Coordenação estratégica e participação cívica como condições de êxito;
- e) Exploração de novos recursos e mobilização de novas fontes de financiamento como factor de sustentabilidade;
- f) Valor acrescentado e durabilidade de resultados e efeitos.

5 — Sem prejuízo da dimensão inovadora que se pretende estimular e no respeito dos princípios definidos no número anterior, são privilegiadas as acções que se enquadrem na seguinte tipologia:

- a) Surgimento de novas formas organizativas, capazes de associar a prestação de serviços essenciais para a melhoria da qualidade de vida no bairro (incluindo a gestão e manutenção do espaço público e do edificado) à criação de novas oportunidades de emprego para os residentes;
- b) Construção de respostas adequadas à integração social das crianças e dos jovens, bem como da população socialmente excluída e das minorias étnicas, nomeadamente através de acções nos domínios da educação, da formação, das artes, da cultura, do desporto e do lazer;
- c) Surgimento de iniciativas e equipamentos de suporte necessários ao desenvolvimento de acções de animação, formação e acompanhamento no acesso ao emprego e à microempresa;
- d) Disponibilização de espaços adequados ao desenvolvimento das actividades, incluindo as de natureza económica, dos residentes;
- e) Dinamização e apoio a iniciativas de natureza arquitectónica, urbanística e ambiental que contenham uma dimensão inovadora significativa;
- f) Preparação de um projecto global de reinserção funcional e urbanística do bairro na área (cidade) envolvente.

6 — Para cada bairro objecto desta Iniciativa será constituído um grupo de trabalho para, num processo fortemente participado e articulado com as organizações locais, preparar o programa de intervenção, traduzido num protocolo de parceria a celebrar entre todas as entidades envolvidas na sua execução.

7 — Cada grupo de trabalho integra representantes das seguintes entidades:

- a) Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que coordenará;
- b) Ministro de Estado e da Administração Interna;
- c) Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social;
- d) Ministro da Saúde;
- e) Ministro da Educação;
- f) Ministro da Cultura;
- g) Câmara municipal respectiva;
- h) Junta de freguesia respectiva;
- i) Outras entidades com experiência de trabalho relevante no bairro.

8 — Cada uma das entidades representadas no grupo de trabalho designa o seu representante no prazo de 15 dias a contar da data do despacho que selecciona o bairro.

9 — Os grupos de trabalho referidos no número anterior beneficiam de apoio metodológico a prestar pelo Instituto Nacional de Habitação para que as acções do programa de intervenção correspondam aos princípios anteriormente fixados.

10 — O contributo de cada grupo de trabalho deve estar concluído no prazo de seis meses e traduzir-se-á na identificação das acções e projectos concretos a desenvolver e na preparação de um protocolo de parceria que possa comprometer as entidades relevantes para o sucesso da operação.

11 — Os grupos de trabalho terminam as suas funções com a celebração do protocolo de parceria.

12 — O protocolo de parceria relativo a cada bairro estabelece:

- a) Os objectivos concretos a atingir, a estratégia a prosseguir, o programa de acção a desenvolver, as metas a atingir e os mecanismos de monitorização e avaliação;
- b) Os compromissos assumidos por cada um dos parceiros, incluindo a estrutura de financiamento da operação;
- c) Os meios financeiros disponíveis para a execução das acções previstas;
- d) Uma unidade de acção estratégica local com um modelo e composição ajustados às problemáticas, à natureza das parcerias, às capacidades de acção e às intervenções a implementar em cada bairro.

13 — O protocolo de parceria está sujeito a homologação conjunta do Ministro de Estado e das Finanças, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e dos ministros competentes em razão das acções a desenvolver.

14 — A unidade de acção estratégica local é, ao nível de cada bairro, uma estrutura de animação e acompanhamento das acções e projectos a executar e tem como principal missão:

- a) Dinamizar novas soluções e identificar e preparar as acções que concretizem o protocolo de parceria, bem como apoiar os seus executores no acesso aos financiamentos;
- b) Elaborar as propostas que considere necessárias à optimização dos resultados da intervenção;
- c) Assegurar a ocorrência das condições de durabilidade dos resultados alcançados e de continuidade das estruturas que venham a ser criadas.

15 — A coordenação desta Iniciativa cabe ao Instituto Nacional de Habitação, que para o efeito deve:

- a) Apoiar a preparação dos protocolos de parceria, designadamente na definição das respectivas estruturas de financiamento;
- b) Apoiar as unidades de acção estratégica local na execução dos protocolos de parceria;
- c) Executar os procedimentos necessários para organizar os processos a submeter às entidades financiadoras, em particular ao mecanismo financeiro do espaço económico europeu;
- d) Assegurar o relacionamento com as entidades financiadoras, sempre que o mesmo não seja da competência de outras entidades, designadamente o envio regular de relatórios relativos à implementação dos projectos financiados, bem como a comunicação de eventuais irregularidades detectadas;
- e) Seleccionar, com o apoio dos coordenadores das unidades de acção estratégica local, as acções que dêem concretização aos protocolos de parceria e que devam ser financiadas por recursos orçamentais geridos pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- f) Desenvolver as acções necessárias para promover o envolvimento de financiamentos privados em projectos específicos no quadro desta Iniciativa;

- g) Assegurar que os promotores dos projectos têm capacidade financeira e técnica necessária para que os projectos sejam implementados com sucesso;
- h) Articular-se com os diversos serviços da Administração, para que seja desenvolvida, nos domínios das respectivas atribuições e dos programas por que sejam responsáveis, uma intervenção concertada com os objectivos dos programas de acção em cada bairro;
- i) Assegurar o acompanhamento dos projectos e a avaliação da Iniciativa;
- j) Promover a incorporação dos resultados alcançados nas políticas de qualificação e reinserção urbana a desenvolver no próximo período de programação dos fundos estruturais.

16 — É criada uma comissão de acompanhamento, que conta com o apoio do Instituto Nacional de Habitação, à qual compete emitir parecer quanto à selecção e desenvolvimento dos projectos e ao acompanhamento e avaliação da Iniciativa, e que é composta por representantes dos Ministros referidos no n.º 7 e das câmaras municipais envolvidas na Iniciativa.

17 — O financiamento desta Iniciativa é assegurado pela articulação, no quadro do protocolo de parceria, dos recursos dos orçamentos das entidades participantes e dos programas, com financiamento nacional ou comunitário, que contemplem a elegibilidade das acções em causa, sem prejuízo das suas regras específicas.

18 — Para além dos financiamentos referidos no número anterior, esta Iniciativa será objecto de uma candidatura a financiamento no âmbito do mecanismo financeiro do espaço económico europeu, até ao limite máximo de 12,5 milhões de euros.

19 — Os membros dos grupos de trabalho e da comissão de acompanhamento não auferem qualquer remuneração suplementar pelo exercício das funções previstas na presente resolução, acumulando as funções de origem com a participação na presente Iniciativa.

20 — A presente Iniciativa vigora até 31 de Dezembro de 2007.

Presidência do Conselho de Ministros, 2 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto n.º 20/2005

de 7 de Setembro

O Santuário de Fátima encontra-se a promover a construção da Igreja da Santíssima Trindade, comumente designada por Nova Basílica de Fátima.

A implantação deste equipamento religioso, cuja construção já se encontra em curso, vem agravar as deficientes condições urbanísticas da área em causa, quer em matéria de infra-estruturas rodoviárias e de estacionamento automóvel, quer no que respeita aos equipamentos sociais de apoio necessários para dar cumprimento aos novos desideratos que a área pretende servir, quer ainda no que se refere à necessidade de se promoverem novos espaços verdes e áreas livres que permitam a circulação, o descanso e o lazer das pessoas que frequentarão o novo equipamento em construção.

O crescimento rápido, feito de forma incoerente e sem enquadramento em instrumento de planeamento adequado, determinou a imagem urbanística desqualificada que está hoje associada a esta zona de Fátima.

A área a classificar como área crítica de recuperação e reconversão urbanística integra-se no perímetro urbano da cidade de Fátima, delimitado pelo Plano de Urbanização de Fátima (revisão), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 148-B/2002, de 30 de Dezembro, actualmente em vigor para a zona.

A imagem urbana actual e as necessidades acrescidas, determinadas pela construção da Nova Basílica de Fátima, constituíram o fundamento para a elaboração do novo Plano de Pormenor da Avenida do Papa João XXIII, conforme deliberação da Câmara Municipal de Ourém de 15 de Outubro de 2002. Este instrumento de planeamento territorial, que se encontra ainda na fase inicial de elaboração, tem como área de intervenção a da presente área crítica de recuperação e reconversão urbanística.

Assim, tendo em vista possibilitar a célere intervenção da Câmara Municipal de Ourém na reabilitação e renovação urbana da área em causa, de modo a inverter as deficientes condições urbanísticas existentes, este órgão executivo solicitou ao Governo que a mesma fosse declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística, ao abrigo do disposto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro.

Nesse sentido, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Ourém aprovou, em 4 de Fevereiro de 2005, a delimitação da presente área crítica de recuperação e reconversão urbanística.

Considerando o disposto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Área crítica de recuperação e reconversão urbanística

É declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística de Fátima a área, no município de Ourém, delimitada na planta anexa ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Acções de recuperação e reconversão urbanística

A Câmara Municipal de Ourém promove, em cooperação com as demais entidades interessadas, as acções e o processo de recuperação e reconversão urbanística da área crítica de recuperação e reconversão urbanística de Fátima.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Julho de 2005. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Assinado em 14 de Agosto de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 18 de Agosto de 2005.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Anexo 2 – Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) URBAN 2 Porto
Síntese e resultados

ANEXO I - INTERVENÇÃO PIC URBAN II PORTO

Síntese e resultados

Descrição

O URBAN II surge na continuação do URBAN, co-financiado pelo II Quadro Comunitário de Apoio e destinado a reabilitar uma das zonas mais degradadas da cidade – o Vale de Campanhã.

A zona URBAN II, denominada Porto - Gondomar, abrange parte das freguesias de Campanhã e Rio Tinto, localizadas nos respectivos concelhos. A escolha destas áreas teve na sua origem um processo metodológico de identificação e selecção de situações críticas em áreas enquadráveis no âmbito deste Programa.

A área do concelho do Porto, que integra a zona URBAN, abrange o extremo norte do Vale de Campanhã e o extremo oriental da freguesia de Campanhã e do concelho do Porto, na qual se localizam os Bairros de S. João de Deus, Contumil e Pio XII, sobre os quais incide o programa. Com uma população estimada em cerca de 4.850 pessoas, num total de 1.071 fogos, estes bairros têm nos dias de hoje uma situação bastante diferente da década de 40, início de construção do Bairro de S. João de Deus. Naquela altura, estes bairros destinavam-se ao realojamento de famílias carenciadas que não tinham capacidade económica para acederem ao mercado de alojamento. Presentemente, já se encontram situações sócio económicas muito diversas, uma vez que as condições das famílias têm vindo a melhorar.

Constituindo uma experiência piloto à escala europeia, este programa de regeneração urbana apresenta a particularidade de integrar intervenções de ordem física com acções de carácter imaterial. Neste sentido, o programa URBAN II apresenta-se como particularmente inovador, num panorama ainda muito marcado pela sectorialização dos fundos comunitários e pela ausência de articulação entre as várias medidas. As intervenções de ordem material são executadas pela GOP, EM e as acções de carácter imaterial são executadas pela Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto.

O programa desdobra-se por vários eixos, medidas e acções, sendo os que concernem às intervenções propostas apresentados no seguinte quadro:

Eixo	Medida
I - Construção da coesão do espaço urbano	1 - Requalificação urbana e ambiental
	2 - Plataformas de integração social
II - Inclusão social e valorização profissional	3 - Pré-formação, formação profissional e promoção do auto-emprego
	5 - Prevenção da toxicodependência
III - Revitalização social, cultural e desportiva.	6 - Educação
	7 - Promoção da vitalidade sociocultural e desportiva
	8 - Participação e cidadania
IV - Assistência técnica.	9 - Assistência técnica

As fichas de caracterização correspondentes ao URBAN II encontram-se estruturadas em função das várias medidas em que se decompõe estes eixos.

Programa de financiamento

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Elegível	Comparticipação Comunitária	Taxa Participação (%)	Comparticipação CMP
8.990.975,19	5.996.295,36	66,70	2.994.679,83

Apreciação dos resultados do Projecto:

Medida 1 – Requalificação urbana e ambiental

Descrição

Esta medida visa especificamente promover a valorização e requalificação ambiental da zona urbana e a requalificação dos espaços públicos e de lazer no sentido de fortalecer a sociabilidade e o encontro de gerações. Neste âmbito realizaram-se intervenções nos Bairros de Habitação Social de S. João de Deus, Contumil e Pio XII conforme a descrição das fichas dos projectos.

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
7.011.224,60	4.945.674,33	3.091.046,46	62,50	1.854.627,87	2.065.550,27

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Novembro 2003	Junho 2007

Indicadores de realização

Designação	Unidade	Quantidade
Extensão do Pavimento Intervencionado	Km	1.660
Rede drenagem de águas pluviais requalificada/reabilitada	m	?
Rede Viária requalificada/reabilitada	m ²	17.678,41
Área verde reabilitada/requalificada	m ²	3.083,89
Blocos reabilitados	n.º	4

1.1 Rede Viária Estruturante do Bairro S. João de Deus

Descrição

A construção da rede viária estruturante do Bairro de S. João de Deus integra uma rede de infraestruturação viária que funciona como uma malha conexa permitindo a melhoria das acessibilidades a toda a área envolvente, ultrapassando em alguns casos o âmbito local para exercer uma importante influência supra-municipal. Esta intervenção destina-se a inserir o Bairro S. João de Deus no tecido urbano da cidade, conectando-o de forma mais eficaz com a sua envolvente territorial. O projecto contempla a execução de trabalhos de construção de um arruamento e a reformulação das seguintes ruas: dos Currais, Dr. Lopo de Carvalho e Travessa Diamantina, bem como a criação de dois novos atravessamentos, a ligação da Av. Fernão de Magalhães à R. dos Currais e o prolongamento desta. Inclui a respectiva infraestruturação (drenagem de águas pluviais e residuais, rede de iluminação pública) e o arranjo paisagístico da respectiva envolvente: arborização, arrelvamento e sistema de rega.

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
2.681.550,23	1.436.911,30	898.069,56	62,50	538.841,74	1.244.638,93

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Novembro 2003	Agosto 2004

Indicadores de resultado

Designação	Unidade	Quantidade
Extensão de pavimento intervencionado	Km	1,35
Rede de drenagem de águas pluviais	m	1.100

1.2 Ligação da Rotunda S. João de Deus à Rua Nau Vitória

Descrição

A construção da ligação do Bairro S. João de Deus à Rua Nau Vitória faz parte de uma rede de infraestruturação viária definida e funciona como uma malha conexa permitindo as acessibilidades a toda a área envolvente, ultrapassando, em alguns casos, o âmbito local para exercer uma importante influência supra-municipal. Esta ligação articula-se com a malha viária proposta para a área URBAN II Porto Gondomar.

O projecto traduz-se na construção de um troço de estrada com aproximadamente 310 m de extensão, que materializa a ligação da Rua Nau Vitória à Rotunda do Bairro S. João de Deus, concluindo assim a ligação Contumil por Norte.

Juntamente com os trabalhos de construção do troço de estrada foram executadas as seguintes infraestruturas: a rede de abastecimento de água, a rede de saneamento, a rede de águas pluviais e a iluminação pública. Foi também construído um talude, bem como desenvolvidos alguns trabalhos de paisagismo designadamente a plantação de árvores

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
828.446,26	745.812,35	466.132,72	62,5	279.679,63	82.633,91

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Fevereiro 2005	Novembro 2005

Indicadores de resultado

Designação	Unidade	Quantidade
Extensão de pavimento intervencionado	m	0,310
Rede de drenagem de águas pluviais	ml	431,00

1.3 Arranjo Urbanístico dos Espaços Exteriores do Bairro de Habitação Social de Contumil

Descrição

O Bairro de Habitação Social de Contumil foi edificado em 1977, com um total de 254 fogos e situa-se nas proximidades da Av. Fernão Magalhães. A intervenção contempla a reestruturação dos percursos internos do bairro que inclui a criação de novos locais de estacionamento, a redefinição dos percursos viários e pedonais, permitindo o acesso rodoviário e de veículos de emergência junto de todos os edifícios. Os recintos de recreio designadamente o campo de jogos e o recreio infantil serão objecto de reformulação. Acrescentar-se-á nova vegetação e floreiras para assegurar o sombreamento nas zonas necessárias e atenuar os efeitos pendentes do terreno. A drenagem de águas pluviais será objecto de intervenção. Contempla ainda, a colocação de mobiliário urbano por forma a contribuir para a valorização dos espaços exteriores.

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. comunitária	Taxa comp. (%)	Comparticipação CMP	
				elegível	n/elegível
1.779.613,13	1.685.375,85	1.053.359,91	62,50	632.015,94	94.237,28

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Maio 2006	Março 2007

Indicadores de realização

Designação	Unidade	quantidade
Rede viária requalificada/reabilitada	m ²	14.760,50
Área de espaços verdes criados ou reabilitados	m ²	13.608,37

1.4 Arranjo Urbanístico do Bairro de Habitação Social Pio XII**Descrição**

O Bairro de Habitação Social de Pio XII foi edificado em 1958, com um total de 124 fogos e situa-se nas proximidades da Av. Fernão Magalhães. A intervenção integrada de qualificação do Bairro, compreende por uma lado o arranjo urbanístico e, por outro, a reabilitação das fachadas dos edifícios. O arranjo urbanístico contempla a reformulação da rede viária, a marcação clara dos lugares de estacionamento, a readaptação do actual recinto de recreio, a colocação de nova vegetação, a renovação da iluminação pública e a colocação de mobiliário urbano.

A reabilitação das fachadas dos edifícios traduz-se na reparação externa dos blocos incluindo as caixilharias, bem como o fecho das entradas, onde serão colocados intercomunicadores, fechaduras eléctricas e de receptáculos de correio, inclui ainda o fecho total da caixa das escadas com janelas de correr com grelha.

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
1.721.614,98	1.077.574,83	673.484,27	62,50	404.090,56	644.040,15

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Maio 2006	Junho 2007

Indicadores de realização

Designação	Unidade	Quantidade
Rede de drenagem de águas pluviais remodelada/ampliada	m	520,30
Rede viária requalificada/reabilitada	m ²	2.917,91
Área verde reabilitada/requalificada	m ²	3.083,89
Inserção urbana	m ²	4.397,33
Blocos reabilitados	n.º	4
Projectos	n.º	1

Medida 3 – Pré-formação, formação profissional e promoção do auto-emprego

Descrição

- Esta medida destina-se a acompanhar os ativos em situação de especial vulnerabilidade face ao mercado de trabalho, em domínios como a informação, sensibilização, formação profissional, e requalificação profissional.
- Os projectos incluídos nesta medida dividem-se em duas ordens de intervenção:
- **Informação e acompanhamento de activos (2002/2004) /Itinerários de inserção profissional (2004/2006)** que incluem a elaboração de um **estudo diagnóstico das oportunidades do mercado de trabalho local** (realizado em 2002/2003) a dinamização de um **Clube de Emprego** e de um **Autocarro do Emprego** e o **Programa de Requalificação Profissional de Activos** que inclui acções nas áreas da pré-formação, formação profissional e Requalificação de activos empregados.
- **Autocarro do emprego** - Numa 1º fase o autocarro deslocou-se aos diferentes bairros da zona de intervenção no sentido de dar a conhecer as estruturas fixas de apoio à inserção profissional.
- No presente plano de ação, *funciona* como estrutura de proximidade onde é realizado um 1º atendimento no sentido da divulgação e recrutamento para as acções de formação do Programa.Urban..
- **Clube de emprego** - destina-se a apoiar projectos individuais de inserção profissional, por forma a facilitar a articulação entre a população desempregada e as entidades empregadoras ou promotoras de formação profissional.

Programa de (re)qualificação profissional de ativos - engloba acções de formação profissional de desenvolvimento de competências psicossociais e de competências específicas.

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
478.886,23	478.886,23	335.220,36	70,00	143.665,87	0,00

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Junho 2002	Junho 2008

Indicadores de realização e de resultado

Designação	Unidade	Quantidade
Encontros com instituições locais e empresas	Nº	130
Estudos de diagnóstico do mercado local de emprego	Nº	1
Atendimento de casos (autocarro de emprego)	Nº	400
Encam. para outras respostas	Nº	80
Atendimento de casos (clube de emprego)	Nº	1.00
Encaminhamento para outras respostas (clube de emprego)	Nº	60
Pessoas que conseguiram emprego	Nº	115
Ações de formação	Nº	12
Formandos	Nº	150

Medida 5 – Prevenção da toxicodependência

Descrição

Os projetos **Prevenir – prevenção primária de toxicodependências (2002/2004)** e **Prevenir para não remediar (2004/2006)** destinam-se à sensibilização de diferentes públicos integrados em comunidade educativa no domínio da prevenção da toxicodependência e doenças sexualmente transmissíveis. Estes projectos funcionaram em colaboração com a Fundação Portuguesa a Comunidade contra a Sida, materializando-se nas seguintes, ações

Cafés para pais –Tertúlias realizadas em diferentes cafés da cidade do Porto destinadas a discutir diversas temáticas com os pais, com o apoio de um animador de debates e de um especialista da temática em questão.

Brincar contra a Sida – Jogo – Realização de um concurso inter escolas de construção de jogos alusivos às temáticas comportamentos saudáveis, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis.

Formação interpares – Realização de sessões de sensibilização /informação junto das turmas de 7º e 8º anos das escolas 2/3 da Areosa e Nicolau Nasoni. Estas ações são ministradas por jovens universitários voluntários devidamente formados e orientados nesse sentido.

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
30.000,00	30.000,00	21.000,00	70,00	9.000,00	0,00

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Janeiro 2003	

Medida 6 - Educação

Descrição

A medida 6 desdobra-se em 5 áreas específicas de intervenção:

Construir o futuro: passos inovadores (2002/2004) /Construir o futuro passos seguros.(2004/2006) -.

Trata-se de um conjunto de actividades, junto das comunidades educativas de 1º Ciclo e pré escolar, destinadas à sensibilização e orientação dos **cuidados básicos de saúde**, nomeadamente da saúde oral (em parceria com o Centro de Saúde de Campanhã), Igualmente se inclui neste projecto acções de promoção e dinamização de actividades de **exploração e orientação profissional** dirigidas aos alunos das duas escolas EB 2/3 da zona de intervenção do Programa

- **Form(actividade):** Conjunto de acções destinadas a promover a formação dos agentes educativos, assim como a reflexão e o debate em torno da problemática educativa, para além de definir prioridades em termos de investigação nesta área. Este projecto materializou-se na realização de um fórum aberto a toda a comunidade educativa e em acções de formação de informática para pais.
- **Equipamentos e recursos de apoio à inovação (2002/2004)Oficina de Projectos.(2004/2006)**
Destina-se a apoiar as instituições educativas na criação de estratégias adequadas para o sucesso educativo através do **fornecimento de materiais lúdico pedagógicos** que facilitem o acesso das crianças e jovens a novos instrumentos de aprendizagem. Este projecto apoiou ainda algumas **propostas inovadoras das escolas** (como por exemplo a criação de uma rádio escola na Escola Nicolau Nasoni).
- **Brincar com...** Com este projeto pretende-se impulsionar oficinas temáticas em diversas áreas como artes plásticas, ciência, musica e expressão corporal,, dirigidas às crianças integradas nas escolas da zona de intervenção (a partir do ano lectivo 2006/2007 apenas às crianças integradas no ensino pré escolar), em que o lúdico se assume como meio privilegiados de aprendizagem. Este projecto inclui ainda as **actividades sem idades** realizadas aos fins de semana e destinadas às famílias que podem desenvolver junto com as crianças diversas oficinas temáticas, nomeadamente na área da plástica e da

ciência e todos os programas destinados à ocupação dos tempos livres das **férias escolares**.

- **Redes do Saber.** Conjunto de acções de formação, realizadas junto dos agentes educativos, na área da informática, com o objetivo de dotar estes agentes com novas competências que facilitem a sua articulação com as crianças /jovens. Para além dos pais foram igualmente participantes destas acções funcionários das escolas, contribuindo assim para a diminuição da iliteracia informática verificada.
- Este projecto inclui ainda acções de **sensibilização à informática para** crianças de 1º ciclo e para seniores

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
846.233,98	846.233,98	592.363,79	70,00	253.870,19	0,00

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Novembro 2002	Dezembro 2007

Indicadores de realização e resultado

Designação	Unidade	Quantidade
Instituições educativas abrangidas	Nº	8
Crianças e jovens beneficiários	Nº	2.800
Postos de internet criados	Nº	12
Ateliers de escolas apoiados	Nº	8
Crianças e jovens utilizadores da internet	Nº	200
Escolas apoiadas	Nº	6
Debates e fórum	Nº	3
Participantes	Nº	4.630
Acções de formação	Nº	4
Professores envolvidos nas acções	Nº	50
Acções de sensibilização	Nº	13
Oficinas realizadas/dinamizadas	Nº	6
Projectos educativos inovadores	Nº	24

Medida 7 – Promoção da vitalidade sociocultural e desportiva

Descrição

A medida 7 subdivide-se nas seguintes linhas de intervenção:

A linha de intervenção A – Projectos inovadores de animação sociocultural e desportiva: esta intervenção inclui um programa de dinamização da prática desportiva junto das crianças e jovens, a promoção de torneios e a formação dos agentes envolvidos, a promoção da prática de atividades ligadas ao cicloturismo. Abrange igualmente um programa intercultural destinado a conhecer, divulgar e valorizar a cultura local, promovendo uma imagem positiva da área. Contempla a promoção de intercâmbios com cidadãos provenientes de diversos contextos culturais, o desenvolvimento de ateliers de rua através da dinamização de ateliers temáticos. Inclui a realização de um ciclo de debates, uma exposição dedicada ao tema e actividades oficiais.

Projectos dinamizados:

- **Animar** onde se incluem as acções: A cultura aqui ao lado; Oficinas de Expressão Artística (Constituição de um Rancho Folclórico Sénior, e de um orquestra júnior); Itinerâncias;
- **Desporto em Movimento**, a sua operacionalização é efetuada com as ações dos Centros de Prática Desportiva Regular e Encontros Desportivos;
- **Pedalar** foi um projecto lançado em 2005 com vista à promoção do livre acesso à bicicleta a toda a população da área de intervenção e da cidade, disponibilizando cerca de 150 bicicletas no Complexo Desportivo do Monte Aventino e através dinamizando passeios de cicloturismo.

A linha de intervenção B – Projetos integrados de apoio à população idosa e com necessidades especiais - tem como intervenção os programas “**Seniores em movimento**” e “**Seniores Animados**”, destinados a promover a actividade física e cultural dos idosos, minimizando processos de isolamento e exclusão nesta faixa etária e, simultaneamente, promovendo as relações intergeracionais. Materializa-se na dinamização das seguintes acções: **Actividade**, programa regular de actividades desportivas para seniores e **(Re) Criação Poética**, dinamização de ateliers de artes performativas e apresentação dos resultados deste trabalho em espectáculos.

Financiamento e repartição

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
1.208.250,88	1.208.250,88	845.775,62	70,00	362.475,26	0,00

Unid: €

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Janeiro 2002	Dezembro 2007

Indicadores de realização e de resultado

Designação	Unidade	Quantidade
Projectos de animação desportiva apoiada	Nº	14
Oficinas realizadas	N.º	15
Projectos de animação cultural apoiados	Nº	37
Actividades dinamizadas	Nº	40
Idosos envolvidos em acç. de ocupação dos tempos livres	Nº	350
Participantes envolvidos	Nº	3.670
Formandos	Nº	15
Participantes envolvidos nos trabalhos oficiais	Nº	2.120
Visitantes de exposições	Nº	2.000
Novas actividades suscitadas	Nº	6
Horas de prática desportiva	Nº	700
Torneios-convívio	Nº	4
Ateliers de artes performativas dinamizados	Nº	3
Participantes nos ateliers de artes performativas	Nº	45

Medida 8 – Participação e cidadania

Descrição

A intervenção neste domínio centra-se na criação de um núcleo técnico de coordenação e acompanhamento de iniciativas. Trata-se de uma medida que se propõe revitalizar as parcerias e os projectos locais, organizar recursos e coordenar acções, mediante a constituição de um núcleo técnico, a criação de uma base de dados e a edição de um boletim informativo. Pretende-se ainda melhorar o nível de qualificação dos técnicos e os quadros das instituições locais, bem como a troca de experiências com parceiros europeus.

Financiamento e repartição

Unid: €

Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
				Elegível	n/Elegível
240.854,31	240.854,31	168.598,02	70,00	72.256,29	0,00

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Julho 2002	Dezembro 2007

Indicadores de realização e de resultado

Designação	Unidade	Quantidade
Elementos do painel técnico	Nº	12
Acções de informação/encontros	Nº	23
Parceiros utilizadores da base de dados	Nº	6
Beneficiários da informação	Nº	50
Debates e acções de formação	Nº	6
Boletins publicados	Nº	3
Boletins distribuídos	Nº	4000
Intercâmbios realizados	Nº	4

Medida 9 – Assistência técnica

Descrição

Esta medida traduz-se na remuneração de um coordenador operacional, de um gestor financeiro. Inclui ainda a criação de uma base de dados permanente sobre as características dos beneficiários e o estado de execução dos projetos.

Financiamento e repartição

Assistência Técnica	Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Taxa Comp. (%)	Comparticipação CMP	
					Elegível	n/Elegível
IN	174.802,28	174.802,28	122.361,60	70,00	52.440,68	0,00
OUT	86.000,00	86.000,00	60.879,40	70,80	25.120,60	0,00
	260.802,28	260.802,28	183.241,00	70,30	77.560,98	0,00

Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Janeiro 2002	Dezembro 2007

Anexo 3 - Protocolo de Parceria – Programa de Intervenção Lagarteiro

Chimere

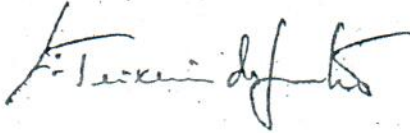
PROTOCOLO DE PARCERIA
PROGRAMA DE INTERVENÇÃO 2008-2012
LAGARTEIRO (PORTO)

No âmbito da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro, e prorrogada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007, de 31 de Dezembro, desenvolveu-se o seguinte Programa de Intervenção 2008-2012 para o Lagarteiro, no concelho do Porto.

e. Fonseca

HOMOLOGAÇÕES MINISTERIAIS:

Ministro de Estado e das Finanças



Ministro da Presidência



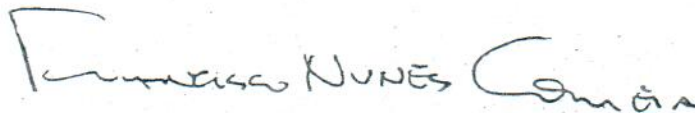
Ministro da Administração Interna



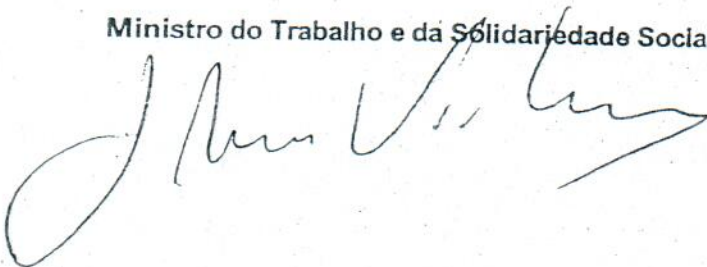
Ministro da Justiça



Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional



Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social



C. fonea

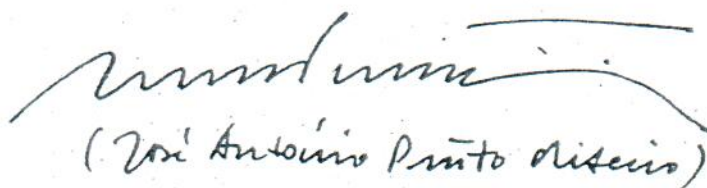
Ministra da Saúde



Ministra da Educação



Ministro da Cultura



(José António Pinto Ribeiro)

HOMOLOGAÇÃO DA AUTARQUIA:

Presidente da Câmara Municipal do Porto



e-fonseca

PROTOCOLO DE PARCERIA
PROGRAMA DE INTERVENÇÃO 2008-2012
LAGARTEIRO (PORTO)

OUTORGANTES:

ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI)
INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE (IPJ)
INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL (IDP)
POLICIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (PSP)
POLICIA JUDICIÁRIA (PJ)
DIRECÇÃO GERAL DE REINserÇÃO SOCIAL (DGRS)
DIRECÇÃO GERAL DE SERVIÇOS PRISIONAIS (DGSP)
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA (IHRU)
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP)
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (ISS, IP)
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE (ARSN)
INSTITUTO DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA (IDT)
DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE (DREN)
DIRECÇÃO GERAL DAS ARTES (DGA)
FUNDAÇÃO PORTO SOCIAL
JUNTA DE FREGUESIA DA CAMPANHÃ
OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL
FUNDAÇÃO FILOS
ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NORTE VIDA
LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL (LPPS)
FUTEBOL CLUBE "OS AMIGOS DE CAMPANHÃ"
ASSOCIAÇÃO JUVENIL CAOS
BENÉFICA E PREVIDENTE, ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

C. FONSECA

Considerando:

1. O papel decisivo das cidades no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, assim como a diversidade dos problemas e desafios que lhes estão associados.
2. A complexidade das intervenções em áreas urbanas críticas, mas também a sua urgência, visando atingir níveis de cidadania e de coesão social próprios de uma sociedade desenvolvida.
3. A necessidade de responder aos problemas existentes numa óptica de criação de novas oportunidades.
4. A importância da cooperação inter-institucional, da articulação de instrumentos de política e da participação dos cidadãos, tendo em conta a complexidade e interdependência dos problemas e oportunidades que se colocam às áreas urbanas críticas.
5. A criação, pelo XVII Governo Constitucional, da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro e prorrogada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/2007, de 31 de Dezembro, envolvendo sete ministérios, autarquias e parceiros locais.
6. A realização experimental desta Iniciativa em três bairros-piloto, um dos quais o Lagarteiro, no concelho do Porto.

Relembrando que a política de cidades deve incluir dimensões múltiplas, como o emprego, a educação, a cultura, a intervenção social, a segurança ou a saúde, articulando-as de forma coordenada de modo a qualificar e reinserir urbanística e socialmente as áreas críticas;

Salientando que os processos de qualificação e reintegração de áreas urbanas críticas devem orientar-se por princípios gerais de sustentabilidade, inovação, abertura, participação e proximidade, mobilizando agentes institucionais e locais numa relação de diálogo construtiva e responsabilizadora;

Reconhecendo a necessidade de estas intervenções serem desenhadas de modo a responder às necessidades e oportunidades específicas de cada área urbana, implicando a passagem progressiva de processos de decisão centralizados, sectoriais e burocráticos para processos coordenados, participados e flexíveis;

Reconhecendo ainda que estas intervenções devem explorar recursos e soluções de financiamento público e privado que assegurem a eficiência das políticas públicas, a sustentabilidade das acções e a durabilidade dos resultados;

Reforçando a avaliação positiva do trabalho que o Grupo de Parceiros Locais tem realizado em prol de um Programa de Intervenção 2008-2012 para o Lagarteiro, numa complementaridade entre organismos centrais, regionais e locais.

E. F. M. B. C.

É celebrado o presente Protocolo de Parceria, que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Os organismos e instituições locais outorgantes declaram a sua concordância com o Programa de Intervenção 2008 – 2012 definido para o Lagarteiro (Porto), em anexo ao presente protocolo e que dele faz parte integrante, adiante designado por Programa.

Cláusula Segunda

Os organismos e instituições locais outorgantes, enquanto entidades responsáveis por acções identificadas no Programa, ou as entidades por quem se façam representar, comprometem-se a concretizá-las dentro das suas atribuições e competências, cabendo ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, enquanto coordenador da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", a organização da sua execução.

Cláusula Terceira

Os organismos e instituições locais outorgantes, enquanto entidades parceiras de acções identificadas no Programa, ou as entidades por quem se façam representar, comprometem-se a encetar todos os esforços para garantir a melhor execução dessas acções.

Cláusula Quarta

Os organismos e instituições locais outorgantes, enquanto entidades responsáveis ou parceiras de acções identificadas no Programa, ou as entidades por quem se façam representar, comprometem-se a promover todas as diligências adequadas à obtenção de apoios financeiros complementares, nomeadamente através de candidaturas, patrocínios ou protocolos com entidades públicas e privadas.

Cláusula Quinta

Os organismos e instituições locais outorgantes, enquanto entidades responsáveis ou parceiras de acções identificadas no Programa, ou as entidades por quem se façam representar, comprometem-se a colaborar na sua monitorização e avaliação.

E. Fonseca

[Handwritten signatures and initials]

Cláusula Sexta

O IHRU, enquanto entidade coordenadora da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", no âmbito da Comissão Executiva do Lagarteiro, compromete-se a enviar semestralmente um relatório de actividades de gestão para os organismos e instituições locais outorgantes, ou para as entidades por quem se façam representar, e para os Ministérios competentes em razão das acções a desenvolver.

Cláusula Sétima

O presente protocolo vigorará no prazo de execução do Programa de Intervenção 2008-2012.

[Handwritten signatures and initials]

29 de Maio de 2008

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)

[Handwritten signature]

Instituto Português da Juventude (IPJ)

[Handwritten signature]

Instituto do Desporto de Portugal (IDP)

[Handwritten signature]

Polícia de Segurança Pública (PSP)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Polícia Judiciária (PJ)

E. Fonseca

Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS)

Direcção Geral de Serviços Prisionais (DGSP)

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Instituto da Segurança Social (ISS)

Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN)

Instituto da Droga e da Toxicoddependência (IDT)

Direcção Regional de Educação do Norte (DREN)

Roberto Xavier

Direcção Geral das Artes (DGA)

E. Fonseca

Margarida Figueiredo

Fundação Porto Social

João Pedro Duarte Santos

Junta de Freguesia da Campanhã

Obra Diocesana de Promoção Social

Orlando Pereira

Fundação FILOS

A. Pereira

Associação para a Promoção da Saúde NORTE VIDA

Irone Cristina Gomes Pereira Pinto

Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS)

João Carlos de Almeida

Futebol Clube "Os Amigos da Campanhã"

João

Associação Juvenil CAOS

Carlos Selgas

Benéfica e Previdente, Associação Mutualista

C.

mi

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

SEAG Em 20.01.2009

Concedido Insc

ANEXO

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO 2008-2012 LAGARTEIRO (Porto)

No âmbito da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro, e prorrogada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007, de 31 de Dezembro, desenvolveu-se o seguinte Programa de Intervenção 2008-2012 para o Lagarteiro, no concelho do Porto.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

SE.A.G. Em 10.01.2009

e msc

1.

SÍNTESE

Programa de Intervenção 2008-2012 Lagarteiro (Porto)

C. Gomes

EIXO 1. Requalificação urbanística e ambiental do bairro

(Medidas)

1.1 Reabilitação e Conservação dos Edifícios

(Acções)

- a) Reabilitação das partes comuns dos edifícios

1.2 Reabilitação e Manutenção de Espaços de Habitação

- a) Reabilitação física de fracções habitacionais devolutas
- b) Apoio e mobilização dos residentes para a reparação e remodelação do interior dos fogos de acordo com o programa municipal "Casa como Nova"
- c) Reabilitação física do interior dos alojamentos sempre que tal se mostre necessário e não se encontre no âmbito do programa "Casa como Nova"
- d) Disponibilização aos moradores de um Manual da Casa: uso, fruição e manutenção.

1.3 Novos espaços públicos ou colectivos

- a) Qualificação e reorganização urbanística de novos espaços públicos no bairro.
- b) Promoção de acessibilidades que articulem o bairro com o seu exterior (via pedonal e rodoviária).
- c) Desenvolvimento de acções de sensibilização para a "Manutenção e Vivência dos Espaços Públicos".

1.4 Novos equipamentos no bairro e na envolvente do bairro

- a) Sede do projecto – a activar;
- b) Espaço(s) ANIMAR – a activar;
- c) Centro social de Azevedo.

EIXO 2. Promover uma cidadania activa

(Medidas)

2.1 Saúde É Vida

- a) Acções dirigidas à problemática das dependências e outras manifestações de exclusão social
- b) Acções saúde e família: cuidados intergeracionais.

2.2 Segurança Activa

- a) Núcleo de Segurança Comunitária.
- b) Iniciativas de mediação familiar e comunitária.

2.3 Escola Em Rede

- a) Nós e o Ambiente - promover o desenvolvimento da educação para a cidadania ambiental.
- b) Projecto Educar para a Arte no 1.º Ciclo e pré-primária.
- c) Eu sou Capaz - Promoção de um projecto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das suas potencialidades.
- d) Férias Grandes
- e) Escola Acessível.
- f) Tempos livres para o sucesso escolar

C. Inace

2.4 A.N.I.M.A.R. – Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Activar, Reinserir

- a) E-Bairro – Criação de uma Plataforma de divulgação das TIC's
- b) Oficinas (de) Vida – Implementação de espaços destinados à prática de desportos, dança, expressão plástica, artesanal, de fotografia, de teatro, de música, etc
- c) Oficina da Criança - espaço destinado ao desenvolvimento de actividades lúdicas e de dinamização do tempo livre.
- d) Preparação do espaço de convívio e lazer para a população
- e) Bairro (Com) Vida - promover uma oferta sistemática de manifestações artísticas.
- f) Desporto é Futuro.
- g) Eco-Bairro
- h) Aprenditeca
- i) Lagarteiro Mix – Rádio Comunitária
- j) (Pro)habilidades Sociais

2.5 Comunidade Empreendedora

- a) Criação do Gabinete/equipa de Emprego e Empreendedorismo do Lagarteiro
- b) Constituição do Pólo RVCC
- c) Agência de Pequenas Iniciativas Locais
- d) Plataforma de Novas Actividades

3. Questões operacionais, participação, proximidade, Informação

- 3.1 Criação do Gabinete Técnico Local
- 3.2 Avaliação, Monitorização e Apoio Técnico
- 3.3 COP's e E-Learning
- 3.4 Seminários de Apoio Técnico e Formações Específicas Locais
- 3.5 Documentário e sistema de Comunicação

E. Fonseca

2.

FICHAS DE ACÇÃO

Programa de Intervenção 2008-2012
Lagarteiro (Porto)

C. Fonseca

EIXO 1
MEDIDA 1.1

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO
REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

1.RESUMO	Esta Medida procura responder a alguns problemas que afectam o Lagarteiro e os seus habitantes no que diz respeito à degradação do edificado, investindo na melhoria das condições de habitabilidade. Simultaneamente promove a cidadania das pessoas e a sensibilização para a conservação, manutenção e promoção da vida colectiva nos edifícios.
2.OBJECTIVOS	Promoção da requalificação do edificado. Promoção de uma gestão eficaz da vida colectiva em edifícios arrendados: utilização e manutenção.
3.ACÇÕES	a) Reabilitação das partes comuns dos edifícios Reabilitação das partes comuns dos edifícios: elementos estruturais e de cobertura, zonas de circulação ou comunicação interna comum (entradas, vestíbulos, escadas e corredores) e instalações gerais afectas ao uso comum.
4.PROGRAMAÇÃO	a) Desenvolvimento do programa de Intervenção (2008 – 2012)
5.DESTINATÁRIOS	a) Agregados familiares residentes no Lagarteiro.
6.METODOLOGIA/ IMPLEMENTAÇÃO	Desenvolvimento de projectos de intervenção/reabilitação nos edifícios. Promoção da organização eficaz da vida colectiva dos edifícios. Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento e para posterior continuidade das acções.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhores condições de habitabilidade e imagem urbana do bairro. Desenvolvimento de capacidades organizativas para a manutenção do edificado e para a vida colectiva nos edifícios (relações de vizinhança).
8.RESULTADOS/ IMPACTES	Nº de edifícios reabilitados N.º de edifícios organizados colectivamente para a gestão do uso, usufruto e manutenção Aumento da satisfação dos moradores em viverem no prédio/ no bairro
9.LIGAÇÕES	Eixo 1 Medida 1.2 Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	Junta de Freguesia de Campanhã
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) MAOTDR/ IHRU e CMP – (financiamento)

C. Faria

EIXO 1

MEDIDA 1.2

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO

REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE HABITAÇÃO

1.RESUMO	Esta Medida procura responder a alguns problemas que afectam o Lagarteiro e os seus habitantes no que diz respeito à manutenção das fracções arrendada, investindo na melhoria das condições de habitabilidade, salubridade e segurança e conforto.
2.OBJECTIVOS	Melhorar as condições de habitabilidade, salubridade, segurança e conforto de algumas habitações, Melhorar as condições de habitabilidade, salubridade e segurança de algumas fracções de modo a serem reutilizadas para uma funcionalidade mais adequada e útil ao bairro: por exemplo, comércio. Elaborar um Manual da Casa: uso, fruição e manutenção.
3.ACÇÕES	<p>a) Reabilitação física de fracções habitacionais devolutas. Reabilitação de fracções sempre que tal se mostre necessário.</p> <p>b) Apoio e mobilização dos residentes para a reparação e remodelação do interior dos fogos de acordo com o programa municipal "Casa como Nova"</p> <p>c) Reabilitação física dos interiores dos alojamentos sempre que tal se mostre necessário e não se encontre no âmbito do programa "Casa como Nova"</p> <p>d) Disponibilização aos moradores de um Manual da Casa: uso, fruição e manutenção.</p>
4.PROGRAMAÇÃO	a) a d) Desenvolvimento do programa de Intervenção (2008 – 2012)
5.DESTINATÁRIOS	a) a d) Residentes no Lagarteiro.
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	Levantamento e caracterização das condições habitacionais. Desenvolvimento dos projectos de intervenção/reabilitação em fracções habitacionais. Promoção da manutenção eficaz dos fogos: um serviço e um manual. Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento e para posterior continuidade das acções.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhores condições de habitabilidade e satisfação dos residentes. Desenvolvimento de capacidades organizativas para a manutenção dos fogos.

C. F. F. F. F.

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 1 REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO
 MEDIDA 1.2 REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE HABITAÇÃO

7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhores condições de habitabilidade e satisfação dos residentes. Desenvolvimento de capacidades organizativas para a manutenção dos fogos.
8.RESULTADOS/IMPACTES	Nº de fogos reabilitados Nível de satisfação dos moradores em viverem no fogo Taxa de sub e sobreocupação no bairro N.º de moradores conhecedores do Manual da Casa elaborado.
9.LIGAÇÕES	Eixo 1 Medida 1.1 Eixo 2 Medida 2.1b) Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	Junta de Freguesia de Campanhã
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) e c) MAOTDR/IHRU e CMP (financiamento) b) e d) MAOTDR/IHRU (candidatura) e CMP

E. Fonseca

EIXO 1

MEDIDA 1.3

REQUALIFICAR URBANÍSTICA E AMBIENTALMENTE O BAIRRO
NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS

1.RESUMO	Esta Medida visa a resposta a alguns problemas que afectam o Lagarteiro, os seus habitantes, a vivência quotidiana do espaço público e na ligação do bairro ao exterior. Pretende-se melhorar o espaço urbano do bairro, transformando-o num lugar de encontro e convívio, promovendo a sua requalificação, abertura ao exterior e à atracção de novas populações para a envolvente, bem como promover a conservação colectiva. Pretende-se ainda melhorar as acessibilidades (reinserção urbanística do bairro).
2.OBJECTIVOS	Requalificação do espaço público, dotando-o de melhores condições de conforto e de segurança, transformando-o num espaço de encontro e de convívio da população local e atraindo novas populações para a envolvente ao bairro. Melhoria da imagem urbana do bairro (para a população local e do concelho) através da requalificação dos espaços colectivos, da diversificação da sua estrutura funcional e da sua qualificação ambiental. Promoção de novas acessibilidades que promovam a reinserção urbanística do Lagarteiro, gerando fluxos mais intensos de saída e entrada. Sensibilização da população para a manutenção dos espaços públicos.
3.ACÇÕES	<p>a) Qualificação e reorganização urbanística de novos espaços públicos no bairro.</p> <ul style="list-style-type: none"> - organização do programa de intervenção, validação e processo de acompanhamento e gestão dos processos da obra - reorganização urbanística do bairro, através da qualificação do espaço público e das infra-estruturas hidráulicas, eléctricas, gás e comunicações - qualificação do mobiliário urbano, arborização e ajardinamento - reorganização das vias e acessibilidades dentro do bairro <p>b) Promoção de acessibilidades que articulem o bairro com o seu exterior (via pedonal e rodoviária).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização de veredas de peões de ligação do espaço do bairro com envolvente. - Arruamentos de ligação e abertura do bairro. - Constituição de uma malha urbana com traçado bem desenvolvido e bem articulado à escala do sector urbano de Azevedo/Lagarteiro; <p>c) Desenvolvimento de acções de sensibilização para a "Manutenção e Vivência dos Espaços Públicos".</p>
4.PROGRAMAÇÃO	<p>a) e b) Desenvolvimento do programa de intervenção (2008 a 2012)</p> <p>c) Desenvolvimento após a intervenção na acção a).</p>

P. Fonseca

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 1

MEDIDA 1.3

REQUALIFICAR URBANÍSTICA E AMBIENTALMENTE O BAIRRO
NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS

5.DESTINATÁRIOS	a) e b) Residentes no Lagarteiro e na envolvente. c) Residentes no Lagarteiro.
6.METODOLOGIA/ IMPLEMENTAÇÃO	Elaboração e arranque de projectos de intervenção no espaço público e a partir de uma certa fase desse processo, desenvolvimento de acções de sensibilização para a manutenção dos espaços públicos. Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Requalificação do espaço público e desenvolvimento de capacidades organizativas para a conservação e manutenção do espaço público. Melhores acessibilidades do bairro à sua envolvente e promoção de uma maior abertura ao exterior com inserção e articulação espacial do bairro à escala do sector urbano.
8.RESULTADOS/ IMPACTES	Área de espaço público intervencionado e refuncionalizado. Nº de utilizadores do espaço público. Tempo médio nas deslocações para o trabalho/ escola fora do bairro.
9.LIGAÇÕES	Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	Junta de Freguesia de Campanhã
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) e b) MAOTDR/IHRU (candidatura); QREN/CMP (candidatura e financiamento) c) CMP

C. fmece


EIXO 1

MEDIDA 1.4

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO

CONSTRUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS NO BAIRRO E NA ENVOLVENTE DO BAIRRO

1.RESUMO	Execução e gestão de novos equipamentos colectivos.
2.OBJECTIVOS	Recomposição morfológica e diversificação da estrutura funcional do espaço urbano. Reinserção urbana e nova imagem do bairro.
3.ACÇÕES	<p>a) Sede do projecto. Cedência de uma habitação (T3 ou T4) no próprio bairro.</p> <p>b) Espaço ANIMAR Reabilitação de um ou vários espaços e/ou a criação de uma rede entre espaços já existentes que dêem suporte às actividades do A.N.I.M.A.R. (Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Activar, Reinserir) que funcionará como <i>interface</i> entre o bairro e a cidade, contribuindo para o reforço no bairro das identidades e das sociabilidades urbanas alargadas e para uma melhoria das condições ambientais. O espaço deverá ser suficientemente flexível para permitir diferentes oportunidades de actividades culturais e desportivas ao longo do tempo do bairro: indutor de inovação e de partilha de vivências, interesses, atitudes e valores.</p> <p>c) Centro Social de Azevedo (Creche/jardim de infância/ Centro de Dia e Apoio Domiciliário) Reabilitação de um edifício para equipamento que permita a melhoria e eventual alargamento das actuais instalações do serviço social do bairro em r/c de edifício, desadequado na dimensão e sobretudo na desqualificação física que apresenta.</p>
4.PROGRAMAÇÃO	<p>a) e c) Desenvolvimento desde o início do programa de intervenção (2008 a 2012).</p> <p>b) Definição do projecto e valências em 2008, início em 2009, até 2011.</p>
5.DESTINATÁRIOS	<p>a) Equipa de projecto e residentes (conhecimento e acompanhamento do projecto).</p> <p>b) Residentes no Lagarteiro e na envolvente.</p>
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	<p>Elaboração e arranque de projectos dos equipamentos - acção b) e c).</p> <p>Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento. Trabalho em rede assente em protocolos de parceria e articulação, designadamente com Autoridade de Saúde e Escola EB1, com outras Acções (ver na Ficha Item 'Ligações').</p>

C. F. M. G. 

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 1

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO

MEDIDA 1.4

CONSTRUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS NO BAIRRO E NA ENVOLVENTE DO BAIRRO

7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Requalificação dos equipamentos colectivos que servem o bairro e a sua envolvente, promovendo uma maior abertura ao exterior.
8.RESULTADOS/ IMPACTES	1 Espaço/Rede de Espaços "ANIMAR" 1 Creche/Jardim de Infância/ Centro de Dia/ Apoio Domiciliário. 1 Sede de projecto
9.LIGAÇÕES	Eixo 2 Medida 2.1 Eixo 2 Medida 2.2 Eixo 2 Medida 2.3 Eixo 2 Medida 2.4 Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	Autoridade de Saúde Concelhia (acompanhamento das acções a), b) e c) sob o ponto de vista técnico, nas áreas da salubridade e acesso a deficientes)
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) MAOTDR/IHRU - candidatura, CMP (cedência de espaço no Bairro) b) MAOTDR/IHRU - candidatura c) ODPS - candidatura a programa que financie este tipo de iniciativa, CMP (cedência de espaço) e MTSS

E. Fonseca

EIXO 2

MEDIDA 2.1

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA – ESTAR BEM EM REDE
SAÚDE É VIDA

1.RESUMO	A estruturação desta Medida assenta na ideia de que a promoção da saúde é um processo de capacitação da comunidade; para actuar na melhoria de sua saúde e qualidade de vida. A Medida pressupõe a participação activa e a mobilização da comunidade e seus recursos.
2.OBJECTIVOS	Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais relacionadas com as dependências. Melhorar os níveis de qualidade de vida e de auto-realização da população através da promoção de uma vida saudável nas várias gerações.
3.ACÇÕES	<p>a) Acções dirigidas à problemática das dependências e outras manifestações de exclusão social</p> <p>a.1) Sinalização e diagnóstico integrado de situações graves de saúde associadas à problemática das dependências.</p> <p>a.2) Programa de formação de técnicos, agentes locais e famílias na área da prevenção das toxicodependências</p> <p>b) Acções saúde e família: cuidados intergeracionais.</p> <p>b.1) Família e Vida Saudável.</p> <p>Articulação dos programas em curso na Administração Regional de Saúde do Norte, IP: vacinação, saúde da mulher e da criança, saúde do idoso, doenças cérebro-vasculares, diabetes, rastreio oncológico e tuberculose</p> <p>b.2) Escolas Promotoras de Saúde.</p> <p>Articulação prioritária com o projecto educativo de intervenção prioritária</p> <p>b.3) Prevenção e orientação da parentalidade-adolescente</p>
4.PROGRAMAÇÃO	Desenvolvimento a partir de 2008 até ao final da iniciativa
5.DESTINATÁRIOS	População residente no bairro e na envolvente.
6.METODOLOGIA/ IMPLEMENTAÇÃO	<p>A prática de saúde como prática educativa, numa metodologia de participação, num processo de capacitação de indivíduos e de grupos para a transformação da realidade (não um processo de persuasão ou de transferência de informação). Utilização da metodologia de trabalho de rua, com vista ao contacto e mobilização da população alvo.</p> <p>Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento e para posterior continuidade das acções. Trabalho em rede assente em protocolos de parceria e articulação com outras Acções (ver na Ficha Item 'Ligações').</p>

e. f. m. x. c. e.

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 2

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA – ESTAR BEM EM REDE

MEDIDA 2.1

SAÚDE É VIDA

7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Definição da real situação epidemiológica na comunidade do bairro (actualmente desconhecida), de doenças graves e de alto risco para a saúde pública. Construção de um ambiente favorável à saúde, com estímulo a hábitos saudáveis e a projectos de vida livres de dependências químicas. Melhoria da qualidade de vida dos pais adolescentes e dos idosos dependentes.
8.RESULTADOS/IMPACTES	<p>Nº de sinalizações e diagnósticos integrados de situações graves de saúde associadas à dependência química e exclusão social</p> <p>Nº de jovens envolvidos no Programa de Capacitação e Autonomia dos Jovens face às Dependência</p> <p>Nº de famílias em contacto com um modelo de vida saudável</p> <p>Nº de utentes do Programa médico-social de apoio domiciliário a idosos</p> <p>Nº de jovens envolvidos no programa de apoio e orientação da parentalidade na adolescência</p>
9.LIGAÇÕES	<p>Eixo 1 Medida 1.1</p> <p>Eixo 1 Medida 1.2</p> <p>Eixo 1 Medida 1.4b)</p> <p>Eixo 2 Medida 2.2b)</p> <p>Eixo 2 Medida 2.3 a) e c)</p> <p>Eixo 2 Medida 2.4</p> <p>Eixo 3 Medida 3.1</p>
10.PARCEIROS	<p>a1) MTSS, FILOS (recursos humanos); ODPS; Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); Junta de Freguesia (recursos técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos).</p> <p>a2) MTSS, FILOS (recursos humanos); ODPS; Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Junta de Freguesia (recursos técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos).</p> <p>a3) MTSS, Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Junta de Freguesia (recursos técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos).</p> <p>b1) MTSS, Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Junta de Freguesia (recursos técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos).</p> <p>b2) MTSS; MEAI/PSP; ME; NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos)</p> <p>b3) MTSS, FILOS (recursos humanos); MS/Centro de Saúde; ODPS; NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos)</p>
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	<p>a1) e a2) MS/ARS; MS/IDT; ME/DREN/ESCOLA</p> <p>b1) MS/ARS</p> <p>b2) MS/ARS; MP/SEJD/IPJ</p> <p>b3) MS/ARS; MP/SEJD/IPJ</p>

C. Fonseca

EIXO 2

MEDIDA 2.2

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

SEGURANÇA ACTIVA

1.RESUMO	<p>A acção agora proposta assenta na mobilização da comunidade do Lagarteiro para as questões de segurança do bairro, procurando que participe na identificação dos problemas mas também na procura de soluções para os mesmos e na sua prevenção.</p> <p>No âmbito desta acção pretende-se ainda intervir ao nível da gestão/mediação da conflitualidade entre vizinhos e ao nível intra-familiar. A metodologia do policiamento de proximidade adequa-se a esta Medida.</p>
2.OBJECTIVOS	<p>Transformação do espaço público num espaço seguro, alterando a imagem negativa do bairro.</p> <p>Desenvolvimento de um policiamento de proximidade, com partilha de responsabilidade e relações de parceria com outros actores centrais e locais, indicia claramente um caminho de aproximação entre as forças de segurança e a sociedade civil.</p>
3.ACÇÕES	<p>a) Núcleo de Segurança Comunitária. Criar um grupo que actue em parceria com a base comunitária, para conhecer e solucionar os problemas de segurança existentes e que deverá envolver as associação do Bairro, as instituições de segurança e protecção civil e os eleitos locais</p> <p>b) Iniciativas de mediação familiar e comunitária. b.1) Prevenir para Melhorar. Acções de prevenção, de modo a reduzir os níveis de insegurança junto de públicos vulneráveis (crianças, jovens, mulheres, idosos e outros) e prevenir comportamentos anti-sociais no bairro. b.2) Intervenção sobre conflitos e violência doméstica. Serviço orientado para fornecer apoio e mediação para a resolução de disputas domésticas e comunitárias, assistindo as partes envolvidas na procura de soluções mutuamente aceitáveis. b.3) Mediação com Jovens em Risco Serviço destinado a fornecer apoio, orientação e formação dos jovens ao nível da aprendizagem de estratégias de resolução e negociação dos conflitos.</p>
4.PROGRAMAÇÃO	a) e b) Desenvolvimento a partir de 2008 até ao final da iniciativa.
5.DESTINATÁRIOS	População residente no bairro e envolvente
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	<p>Desenvolvimento de iniciativas sobre urbanismo seguro no bairro, de modo a diminuir a sensação de vulnerabilidade colectiva.</p> <p>Desenvolvimento de um policiamento de proximidade, para apoio a grupos vulneráveis numa base de proximidade e parceria.</p>

P. Fonseca

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 2

MEDIDA 2.2

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA
SEGURANÇA ACTIVA

7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhor imagem do bairro no exterior e novas possibilidades de utilização dos espaços colectivos. Maior envolvimento das forças de segurança com a comunidade. Reforço das redes positivas de vizinhança e de solidariedade.
8.RESULTADOS/IMPACTES	Redução da sensação de insegurança no bairro. Nº de situações de violência doméstica. Nº de situações de conflitualidade entre a vizinhança. Criação de 1 Espaço de Mediação Familiar e Comunitária Nº de utentes semanais do Espaço de Mediação Familiar e Comunitária
9.LIGAÇÕES	Eixo 1 Medida 1.4b) Eixo 2 Medida 2.1 Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	a) e b1) MP/ACIDI; ODPS; MS/IDT; FILOS; MTSS/CDSS Porto; ME; Associação Juvenil CAOS b2) MP/ACIDI; ODPS; MS/ARS; FILOS; Associação Juvenil CAOS; ME b3) MP/ACIDI; ODPS; FILOS; Associação Juvenil CAOS; ME; MEAI/PSP; <u>DGDR</u>
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a e b.1) MAI/PSP b.2) MTSS/ISS; MAI/PSP b.3) MTSS/ISS; MP/SEJD/IPJ; <u>MJ/DGRS</u> X

C. Faria

EIXO 2

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

MEDIDA 2.3

ESCOLA EM REDE

1.RESUMO	No âmbito desta Medida desenvolve-se a capacitação e o enriquecimento da cidadania activa em vertentes diversas: educação ambiental, educação artística, valorização de si e auto-estima, cultura da participação e do diálogo, entre outras.
2.OBJECTIVOS	Fortalecer o quadro de competências e de habilidades sociais da população do Bairro (com enfoque para os jovens), numa lógica de afirmação face aos outros Potenciar a escola e as dinâmicas associativas como actores estratégicos de mudança, capacitando um quadro de vida sustentado em referenciais de igualdade de oportunidades e de democracia participativa Aumentar o sucesso educativo.
3.ACÇÕES	<p>a) Nós e o Ambiente - promover o desenvolvimento da educação para a cidadania ambiental. Educação para a cidadania ambiental, em que as actividades em favor do ambiente devem articular-se, por um lado com a Medida de reabilitação urbanística e ambiental do bairro, por outro, com o Projecto do Parque Oriental.</p> <p>b) Projecto Educar para a Arte no 1.º Ciclo e pré-primária. Educar para a arte no 1º ciclo e pré-primária: trata-se de uma tarefa que pretende contrariar dinâmicas de insucesso, de abandono e de ruptura com a escola utilizando as artes como uma espécie de contra resposta a essas práticas. Esta acção contribui ainda para a prevenção de questões de violência, racismo, exclusão social, escolar e cultural, absentismo e insucesso escolar.</p> <p>c) Eu sou Capaz - Promoção de um projecto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das suas potencialidades. Promoção de um projecto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das suas potencialidades e concretiza-se por acções de apoio e acompanhamento escolar nos vários níveis de ensino.</p> <p>d) Férias Grandes Deve-se abrir a possibilidade das camadas jovens do bairro fazerem férias fora, com um programa activo, diversificado e que permita um desenvolvimento físico e cultural das crianças.</p> <p>e) Escola Acessível. Adequação do serviço de transportes para os alunos do 5º, 6º e 7º Ano, do transporte de apoio às actividades de ocupação de tempos livres do 1º, 2º e 3º Ciclo e para apoio às actividades de Verão.</p> <p>f) Tempos livres para o sucesso na Escola Alargamento do serviço de ATL ao 2º ciclo do Ensino Básico, com o objectivo de diminuir o abandono e o índice de insucesso escolar.</p>
4.PROGRAMAÇÃO	Início no ano lectivo 2008/2009
5.DESTINATÁRIOS	Residentes no bairro.

e. force

ESCOLA EM REDEProtocolo Iniciativa Bairros Críticos – Bairro do Lagarteiro Pág. 27

EIXO 2

MEDIDA 2.4

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

ANIMAR – ATRAIR, NEGOCIAR, INCENTIVAR, MOBILIZAR, ACTIVAR, REINSERIR

1.RESUMO	<p>Esta Medida visa a criação de um espaço ou de uma rede de espaços que funcionem como interface entre o bairro e a cidade, contribuindo simultaneamente para o reforço das identidades e das sociabilidades urbanas alargadas e para uma melhoria das condições ambientais do Bairro. Procura-se centralizar uma oferta de actividades com forte carga identitária, orientadas para uma releitura do espaço e modos de vida, tendo em vista uma representação mais positiva da vivência no Bairro e na cidade, favorecer a melhoria das competências sociais e cívicas da população do bairro e reforçar a abertura externa do bairro promovendo uma imagem de mudança, alicerçada em novos referenciais de criatividade, cidadania e de inovação social.</p>
2.OBJECTIVOS	<p>Criação de um local de referência que se assuma como espaço marcante, simbolizando uma nova forma de estar, mais aberta ao exterior, fazendo emergir novas oportunidades para a mudança social e para o desenvolvimento local: um espaço aberto, indutor de inovação e de partilha de vivências, interesses, atitudes e valores.</p>
3.ACÇÕES	<p>a) E-Bairro – Criação de uma Plataforma de divulgação das TIC's Plataforma de divulgação das TIC's dentro de uma matriz de mudança, reforçando as condições para a valorização da identidade, facilitando as condições de participação da população e de valorização dos recursos sociais locais. Abre as populações (sobretudo os mais jovens) à diversidade de contextos, de valores e de modos de vida existentes.</p> <p>b) Oficinas (de) Vida – Implementação de espaços destinados à prática de desportos, dança, à expressão plástica, artesanal, de fotografia, de teatro, de música, etc. Implementação de espaços destinados à prática de desportos e dança, à expressão plástica, artesanal, de fotografia, de teatro, música, etc.</p> <p>c) Oficina da Criança - espaço destinado ao desenvolvimento de actividades lúdicas e de dinamização do tempo livre. Espaço destinado ao desenvolvimento de actividades lúdicas e de dinamização do tempo livre das crianças fora do espaço lectivo e em tempo de férias escolares. Permitirá a extensão dos serviços que já se encontram mobilizados no bairro por outras instituições.</p> <p>d) Preparação do espaço de convívio e lazer para a população Espaço de convívio e de lazer para a população, de diferentes faixas etárias e categorias sociais, implicando um intercâmbio de exposições, espectáculos (música, teatro) com outras instituições da cidade. Espaço associado à gastronomia, bem como à prática de jogos de sociedade, jogos de computador, visionamento de televisão por cabo, etc.</p> <p>e) Bairro (Com) Vida - promover uma oferta sistemática de manifestações artísticas. Oferta sistemática de manifestações artísticas, envolvendo produções oriundas do bairro e orientações provenientes do exterior. Os vectores a privilegiar no que respeita à programação de actividades são: diversidade artística, englobando artes performativas e artes cénicas, com a dinamização de um conjunto de workshops temáticos.</p> <p>f) Desporto é Futuro. Actividades desportivas dirigido a todos os segmentos etários da população do bairro e da cidade sob a orientação de um conjunto de animadores especializados. Esta acção pretende ancorar-se ao Parque Oriental da cidade.</p> <p>g) Eco-Bairro. Desenvolvimento de Hortas Biológicas, Oficinas Ambientais e Monitores Ambientais.</p> <p>h) Aprenditeca. Espaço aberto de aprendizagem informática que proporciona de forma aberta e flexível condições para actividades de auto-formação com impactos na empregabilidade e no desenvolvimento pessoal</p>

e. f. m. e. g.

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 2

MEDIDA 2.4

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

ANIMAR – ATRAIR, NEGOCIAR, INCENTIVAR, MOBILIZAR, ACTIVAR, REINSERIR

3.AÇÕES	<p>i) Lagarteiro-Mix: Uma rádio comunitária que se dedique à divulgação de informação sobre a cidade e sobre temas relevantes para a população do Bairro, constituindo uma janela para o exterior e um mecanismo indutor de divulgação e de valorização das identidades locais à luz de novas abordagens</p> <p>j) (Pró)habilidades sociais: Programa de intervenção junto dos pais no quadro de uma gestão de competências parentais e dos adolescentes e jovens no quadro da estimulação e aprendizagem de competências básicas.</p>
4.PROGRAMAÇÃO	<p>a) a e), g) a j) Definição do programa funcional/projecto 2008. Início 2009</p> <p>f) A iniciar em 2009</p>
5.DESTINATÁRIOS	Toda a população do Bairro e envolvente
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	<p>É indispensável implicar os actores locais (moradores e instituições) no planeamento e na estrutura organizativa e funcional do Espaço, numa lógica de gestão participada;</p> <p>Produzir material de comunicação para as acções a desenvolver</p> <p>Realizar eventos emblemáticos e divulgá-los também para fora do Bairro</p>
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Existência de um espaço aberto de recurso e convívio, de forma a satisfazer as necessidades de realização da cidadania, com condições para actividades de auto-formação com impactos na empregabilidade e no desenvolvimento pessoal. Aproximação das gerações e dos seus referentes de vida.
8.RESULTADOS/IMPACTES	<p>n.º de actividades promovidas pelo espaço ANIMAR</p> <p>n.º de participantes nas actividades desenvolvidas</p> <p>n.º de residentes beneficiários das actividades desenvolvidas</p>
9.LIGAÇÕES	<p>Eixo 1 Medida 1.4 b)</p> <p>Eixo 2 Medida 2.1</p> <p>Eixo 2 Medida 2.3</p> <p>Eixo 2 Medida 2.5</p> <p>Eixo 3 Medida 3.1</p>
10.PARCEIROS	<p>a), b), c) e i) MP/ACIDI, JF da Campanha (recursos humanos e logísticos), ODPS, Associação Juvenil CAOS (recursos técnico-logísticos e humanos)</p> <p>d) a h) MP/ACIDI, JF da Campanha (recursos logísticos), MTSS, ODPS</p> <p>d) MC/DGA</p> <p>j) JF da Campanha (recursos financeiros); DGDR</p>
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	<p>a) a j) MAOTDR/IHRU - candidatura</p> <p>c) MTSS/ISS; ME/DREN</p> <p>e) ME/DREN; MP/SEJD/IPJ</p> <p>f) ME/DREN; MP/SEJD/IPJ</p> <p>g) ME/DREN</p> <p>h) MP/SEJD/IPJ</p> <p>i) MP/SEJD/IPJ</p> <p>i) MTSS/ISS; ME/DREN; MP/SEJD/IPJ; MJ/DGRS</p>

e. f. m. a.

EIXO 2

MEDIDA 2.5

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

COMUNIDADE EMPREENDEDORA

1.RESUMO	Promoção do empreendedorismo formal para a criação de pequenas iniciativas económicas de base local, qualificação da população pela dinamização de acções de formação e educação-formação, mas, sobretudo, pelo reconhecimento das competências existentes.
2.OBJECTIVOS	<p>Elevar os níveis de escolaridade dos residentes do Bairro. Reforçar as condições de empregabilidade dos residentes socialmente mais fragilizados. Promover a acção empreendedora de base local e incentivar o regresso a actividades profissionais organizadas para pessoas com um afastamento muito elevado do trabalho e em estratégias de sobrevivência em matéria de rendimento e actividade profissional</p> <p>Estruturar localmente uma base de serviços que poderá alargar-se à envolvente do Bairro</p>
3.ACÇÕES	<p>a) Criação do Gabinete/equipa de Emprego e Empreendedorismo do Lagarteiro</p> <p>b) Constituição do Pólo RVCC Constituição de um pólo de actividades centradas no Reconhecimento, validação e Certificação de Competências dos residentes do bairro e em particular dos que não completaram o 9º ano de escolaridade. A lógica de actuação será a do reforço do empowerment e da promoção da cidadania activa dos participantes.</p> <p>c) Agência de Pequenas Iniciativas Locais Constituição de uma pequena agência organizadora das actividades de actuais prestadores de serviços que realizam a sua actividade na economia informal. Organização de serviços e angariação de clientes para os prestadores organizados em Bolsa de Serviços que respondem às solicitações da Agência. Progressivamente são propostas acções de formação de curta duração para melhorar a qualidade de serviço. São definidas metas para cada membro da Bolsa de Prestadores, podendo alguns assumir o objectivo de criar o próprio negócio.</p> <p>d) Plataforma de Novas Actividades Criação de uma cooperativa de serviços que venha a assumir um conjunto de actividades relacionadas com o Parque Oriental (jardinagem, apoio ao centro hípico, vendas em quiosques). Esta cooperativa assumirá uma interlocução directa com os promotores dos investimentos do Parque Oriental.</p>
4.PROGRAMAÇÃO	a) a d) Início 2009

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 2

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

MEDIDA 2.5

COMUNIDADE EMPREENDEDORA

5.DESTINATÁRIOS	População do Bairro e da envolvente
6.METODOLOGIA/ IMPLEMENTAÇÃO	Os técnicos da equipa a criar terão de ter competências no domínio do reconhecimento e validação de competências.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Disponibilidade, na proximidade imediata, de uma solução com impacto na condição social e cultural, cujo ponto de partida são as competências existentes. Possibilidade de criação da própria actividade ou de organizar formas de trabalho tendo por base as competências instaladas nos residentes do bairro.
8.RESULTADOS/ IMPACTES	<p>n.º de indivíduos com reconhecimento/certificação de competências</p> <p>n.º de beneficiários do gabinete de emprego/empreendedorismo e do pólo RVCC</p> <p>taxa de inserção profissional dos utilizadores do gabinete de emprego/empreendedorismo</p> <p>n.º de programas de desenvolvimento de competências pessoais</p> <p>n.º de acções/cursos de qualificação para a gestão e o empreendedorismo</p> <p>n.º de novos negócios criados com duração de mais de um ano</p> <p>n.º de prestadores de serviços apoiados pelo gabinete de emprego/empreendedorismo para qualificação/modernização dos seus serviços</p> <p>n.º de estágios profissionais atribuídos aos jovens no bairro</p> <p>n.º de jovens que permaneceram no emprego após a realização dos estágios e decorridos um ano</p> <p>n.º de jovens que criou o próprio emprego e se manteve após um determinado período de tempo</p>
9.LIGAÇÕES	<p>Eixo 2 Medida 2.4</p> <p>Eixo 3 Medida 3.1</p>
10.PARCEIROS	<p>a) a d) Junta de Freguesia (recursos humanos)</p> <p>c) Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnicos)</p>
11. ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	<p>a) a c) MTSS/IEFP; ME/DREN</p> <p>d) MTSS/IEFP</p>

C. Faria

EIXO 3

ESTAR BEM EM REDE

MEDIDA 3.1

QUESTÕES OPERACIONAIS

1.RESUMO	Acções de operacionalização transversal do Plano, formação, avaliação, monitorização, apoio técnico e comunicação.
2.OBJECTIVOS	Assegurar o desenvolvimento do Plano com Qualidade.
3.ACÇÕES	a) Criação de Gabinete Técnico Local b) Avaliação, Monitorização e Apoio Técnico c) COP's e E.learning d) Seminários de Apoio Técnico e formações específicas locais e) Documentário e sistema de comunicação
4.PROGRAMAÇÃO E PRAZO DE EXECUÇÃO	Programação: Desenvolvimento durante todo o Programa de Intervenção.
5.DESTINATÁRIOS	Comunidade técnica e população do Bairro do Lagarteiro
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	Constituição e selecção da equipa de projecto. Selecção das equipas de avaliação, monitorização e de apoio técnico e elaboração de planos de trabalhos de acompanhamento da Iniciativa e do PA's. Constituição e animação da Comunidade de Prática através de uma Plataforma Tecnológica; montagem e animação de formação transversal através de e.learning. Elaboração e desenvolvimento de um plano de seminários de apoio técnico e de formações específicas locais. Elaboração de projecto e desenvolvimento.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhor qualificação técnica e de decisão na dinamização dos Planos de Acção. Maior eficácia e eficiência e de desenvolvimento de factores de inovação na intervenção. Coesão na implementação do Projecto. Acesso à informação e maior participação transversal no desenvolvimento da Iniciativa.
8.RESULTADOS/IMPACTES	Indicadores de Realização <ul style="list-style-type: none"> - Equipa de projecto activa. Activação da COP e nº de participações diárias. Nº de formandos / nº de participantes nos seminários. - Relatórios trimestrais de monitorização e relatórios semestrais de avaliação, documentos técnicos, banco de Imagens e um documentário. Indicadores de Impacte <ul style="list-style-type: none"> - Execução atempada dos PA's e taxa de sucesso nos objectivos fixados. Níveis de eficácia e eficiência na execução do PA. - Evidência e autonomia de competências técnicas e relacionais na montagem e gestão de projectos, evidência de práticas reflexivas. - Participação da população. Maior conhecimento e construção de uma imagem positiva do território.
9.LIGAÇÕES	Com todas as Acções.
10.PARCEIROS	ME/DREN, MTSS/ISS, MS/ARS E IDT, MAI/PSP, MP/ACIDI, MC/DGA
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) a d) MAOTDR/IHRU - candidatura e) MAOTDR/IHRU e MC/DGA

E. Fonseca

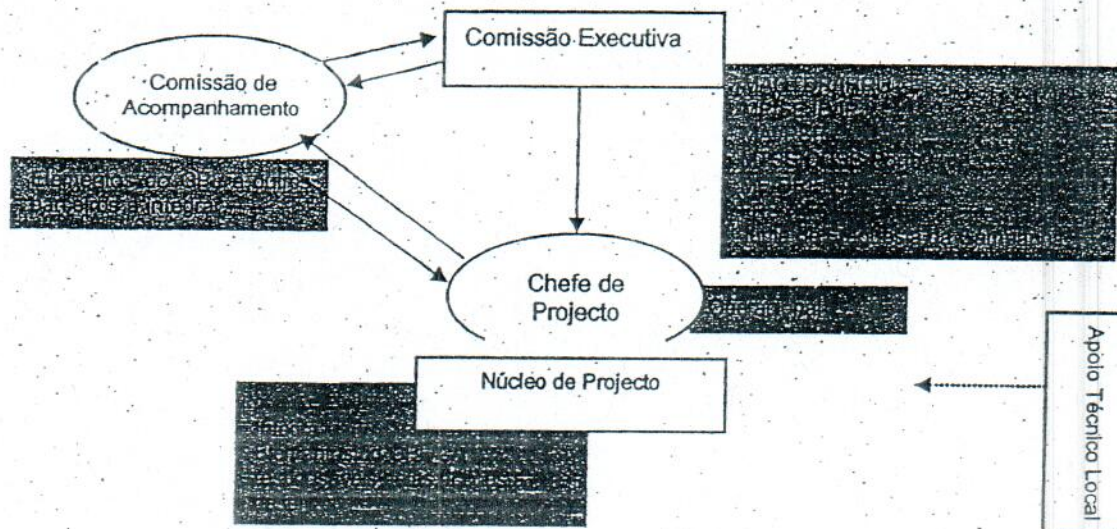
3.

MODELO DE GESTÃO

Programa de Intervenção 2008-2012
Lagarteiro (Porto)

e. f. m. s. a.

Modelo de Gestão Local – Lagarteiro



1 - COMISSÕES EXECUTIVAS

1.1 - Composição

- MAOTDR/ IHRU
- MP/SEJD/IPJ
- MAI/PSP
- MTSS/CDSS Porto
- ME/DREN
- Fundação Porto Social
- Junta de Freguesia da Campanhã

1.2 - Conteúdo Funcional

A Comissão executiva assumirá a responsabilidade pelos resultados globais do projecto e assegurará ainda a adequada coordenação entre todas as iniciativas prevista no âmbito do plano de intervenção desenhado.

As suas principais tarefas são:

- seleccionar o Chefe de Projecto, com base na experiência e em critérios profissionais pré-definidos;
- facilitar e promover a rápida implementação dos projectos que compõem o plano de intervenção;
- avaliar e seguir a evolução da implementação do projecto;
- informar e comunicar publicamente a evolução e impacte do projecto;
- promover, mensalmente, iniciativas de acompanhamento do projecto e apoio à tomada de decisões com o Chefe de Projecto e os membros das sub-equipas que vierem a ser formadas.

E. Fonseca

2 - NÚCLEO DE PROJECTO

2.1 - Composição

Chefe de Projecto

Equipa técnica

Parceria executora

2.2 - Conteúdos Funcionais

O núcleo de projecto será dirigido pelo Chefe de Projecto e será responsável pelas tarefas operacionais. O Núcleo de projecto terá um "escritório residente" no território e será estruturado à volta de sub-equipas constituídas por elementos da equipa técnica e das parcerias executoras responsáveis pelos projecto/sub-projectos definidos no Plano de Intervenção.

Cada sub-equipa será então composta por técnicos (das entidades da parceria executora e/ou técnicos a contratar) com as qualificações necessárias, que levarão a cabo a implementação operacional.

As principais tarefas do Núcleo de Projecto serão:

- desenvolver e propor um plano de acção detalhado, que inclua as actividades e tarefas previstas, a sua calendarização e responsabilidades de execução, com vista à operacionalização do plano de intervenção já definido.
- conduzir, diariamente, o desenvolvimento e implementação do plano;
- gerir e supervisionar a acção dos diferentes parceiros locais;
- comunicar a evolução do projecto à comissão executiva;
- gerir as operações administrativas e financeiras do projecto.

3 - CHEFE DE PROJECTO

3.1 - Nomeação

Será designado pela Comissão executiva e validada a sua nomeação pelo Grupo de Parceiros Locais.

3.2 - Conteúdo Funcional

Seleção da equipa técnica (com a aprovação final da Comissão executiva)

Coordenação da Equipa técnica e das parcerias executoras

Monitorização

e. f. m. e. c.

4 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

4.1 - Composição

Todos os elementos do Grupo de Parceiros Locais

- MAOTDR- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- MP – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural - Programa Escolhas / Instituto Português da Juventude / Instituto do Desporto de Portugal
- MAI – Comando da Polícia de Segurança Pública da Área Metropolitana do Porto
- MJ – Polícia Judiciária / Direcção Geral de Reinserção Social / Direcção Geral De Serviços Prisionais
- MTSS – Centro Distrital de Segurança Social do Porto / Centro de Emprego do Porto
- MS – Centro de Saúde da Campanha / Instituto da Droga e da Toxicodependência - Unidade de Prevenção Porto Sul e CAT Oriental
- ME – Direcção Regional de Educação do Norte
- MC – Delegação Geral das Artes

- Câmara Municipal do Porto/Fundação Porto Social
- Junta de Freguesia da Campanhã

- Obra Diocesana de Promoção Social
- Fundação FILOS
- Associação para a Promoção da Saúde NORTEVIDA
- Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão (Escola EB1 do Lagarteiro e Escola C+S Ramalho Ortigão)
- Liga Portuguesa de Profilaxia Social
- Futebol Clube "Os Amigos de Campanhã"
- Associação Juvenil CAOS
- Benéfica e Previdente, Associação Mutualista

Possibilidade de integrarem outros parceiros identificados como pertinentes para as acções a desenvolver e promotores financeiros; com possibilidade de participação dos residentes quando esta seja considerada necessária.

C. Faria

4.1 - Conteúdo Funcional

A Comissão de Acompanhamento é uma comissão consultiva em que participam todas as instituições/entidades envolvidas no Plano de Intervenção, de forma a:

- acompanhar a execução do projecto;
- facilitar as suas ligações entre outros projectos da iniciativa (ou de fora dela);
- assegurar a necessária produção de sinergias entre todos os participantes, visando um melhor cumprimento dos objectivos;
- prestar assistência técnica alargada;
- discutir eventuais alterações do Plano de Acção que venham a ser necessárias.

A Comissão de Acompanhamento assume poderes deliberativos em caso de alteração do PA.

Este fórum deverá reunir-se de 3 em 3 meses, em sessão plenária.